

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

IMAGEM ESPECULAR:

**Visões do Maranhense no Discurso do Álbum Comemorativo do
Tricentenário de São Luís**



Edinamária Conceição Mendonça

**Rio de Janeiro
Abril de 2010**

EDINAMÁRIA CONCEIÇÃO MENDONÇA

IMAGEM ESPECULAR:

**Visões do Maranhense no Discurso do Álbum Comemorativo do
Tricentenário de São Luís**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título em Mestre em Memória Social.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia M. A. Ferreira.

Rio de Janeiro

Abril de 2010

IMAGEM ESPECULAR:
Visões do Maranhense no discurso do Álbum Comemorativo do
Tricentenário de São Luís

Edinamária Conceição Mendonça

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Memória Social da Universidade Federal do Estado do
Rio de Janeiro como requisito para obtenção do título em
Mestre em Memória Social em 05 de abril de 2010.

Aprovada por:

Profa. Dra. Lúcia M. A. Ferreira (Orientadora) – UNIRIO

Profa. Dra. Diana de Sousa Pinto – UNIRIO

Profa. Dra. Regina Maria da Cunha Bustamante – IFCS/UFRJ

Profa. Dra. Evelyn Goyannes Dill Orrico (Suplente) – UNIRIO

Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros (Suplente) – UFF

Aos meus pais e filhos.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Antonio Santos Mendonça e Maria de Lourdes Conceição Mendonça; aos meus filhos Stella, Maristella, Eduardo e Beatriz e, a minha irmã Elúcia, por me apoiarem em todos os momentos.

A Luis Henrique Gonçalves do Nascimento por ter me mostrado um mundo novo e ter me dado a chave para desbravá-lo.

A minha orientadora profa. Dra. Lúcia Ferreira que tão gentilmente me recebeu no Programa de Memória Social quando eu ainda era estrangeira na cidade maravilhosa. Por toda a paciência em me ouvir e por apoiar-me em todos os momentos desta pesquisa. Agradeço-lhe, sobretudo, o exemplo de professora e intelectual.

A profa. Dra. Regina Bustamente por sua gentileza em receber-me como ouvinte em sua disciplina “História e Imagem: construindo relações”, ainda em 2007. Agradeço, sobretudo, as orientações e questionamentos acerca da imagem e de seus usos na sociedade. Sem dúvida, foram decisivos para que eu conseguisse realizar esta dissertação.

A minha querida professora e amiga Francisca Ester de Sá Marques que sempre me apoiou e que acreditou mais em mim do que eu mesma. Sou-lhe imensamente grata por tudo.

A todas as professoras e professores que colaboraram para meu desejo de conhecer, dentre elas foram marcantes as profas. Diana, Raimundinha, Josuila, Geralda e Rosa.

A minha amiga Maria José Barcelar Almeida que sempre ter acreditado em minha capacidade intelectual, apoiando-me em todos os momentos.

A minha amiga Catarina Santiago que durante todos estes anos teve sempre um olhar amoroso para comigo. Seu gesto é o de um artista que vê primavera quando ainda é só inverno. Sou-lhe imensamente grata.

A minha amiga Fabienne que tem sido minha referência de amizade.

A minha amiga Andréa Paula Moraes que pôs à minha disposição todos os materiais necessários e as pessoas de seu convívio pessoal que poderiam me ajudar. Através dela estendo meus agradecimentos a seus irmãos João, Roberto, Evilton e a Liesle (In Memoriam) com quem tive instigantes debates sobre história do Maranhão.

A minha amiga Josenilma Aranha Dantas que sempre acreditou em minha capacidade intelectual e que colaborou com observações sobre o objeto e com a pesquisa bibliográfica.

A minha amiga Michelle Nascimento Cabral que dividiu comigo alegrias e problemas na cidade maravilhosa.

A minha amiga Zaíra Cavalcanti que teve a ingrata tarefa de por acentos e vírgulas na versão final deste texto.

A meu amigo José Reinaldo que me cedeu sua bibliografia sobre fotografia no Maranhão e teve longas conversas comigo.

A minha prima Hilda e família; a minha amiga Fernanda Cavalcanti Mello e família que muito colaboraram para a produção deste trabalho.

A minha prima Ana Ládía C. Silva que gentilmente cedeu-me seus textos sobre cultura e a história do Maranhão.

A Valdenira Barros que me cedeu uma cópia do álbum, ao fotógrafo Edgar Rocha que digitalizou as imagens e o álbum; e ao historiador José Henrique de Paula que me cedeu seus textos sobre a formação cultural do Maranhão;

E, por último, agradeço aos meus colegas da Pós-Graduação em Memória Social, à coordenadora do PPGMS, Diana Pinto, e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da Bolsa, sem a qual este trabalho não teria sido realizado.

A dívida é grande, mas o fardo ficou mais leve com todas estas contribuições.

Muito obrigado.

“E o nosso nome voará de boca em boca – de pais a filhos – até as mais remotas gerações e o esquecimento não prevalecerá contra ele.”

Gonçalves Dias

RESUMO

Estudo acerca das comemorações do tricentenário de fundação da cidade de São Luis, realizadas em 1912, no Maranhão. Analisa os processos discursivos de construção da imagem do maranhense no “Album Commemorativo do 3º Centenario da Fundação da cidade de São Luis, Capital do Maranhão”, publicado em 1913 pela Tipogravura Teixeira. Trabalhando com a Análise de Discurso de vertente francesa e com o campo da memória social, a pesquisa analisa a construção de efeitos de sentido entre materialidades discursivas de diferentes naturezas, a verbal e a imagética, procurando determinar as imagens do maranhense projetadas neste discurso, as estratégias discursivas, os efeitos de sentido e os processos memorialísticos no objeto em análise. Com base neste quadro teórico-metodológico, foi possível demonstrar que as relações entre memória e discurso se dão pelo estabelecimento de três redes de sentido. A primeira, a de legitimação da comemoração, que constrói a crença de que os maranhenses herdaram as qualidades positivas dos franceses em virtude da fundação da cidade por estes últimos. A segunda rede de sentidos está relacionada à construção de um discurso civilizador no Brasil e que, ao ser apropriado nos discursos do tricentenário, apresentam o maranhense como mais civilizado do que os outros brasileiros. A terceira rede diz respeito ao discurso modernizador no campo econômico. Nesta rede, é rememorado o passado de esplendor e glória para que o Maranhão possa mostrar-se moderno e próspero e fazer crer que os maranhenses irão superar as dificuldades econômicas e políticas da época. Nesta configuração discursiva, foi possível demonstrar a projeção, no discurso do álbum, de três imagens do maranhense: a imagem de um *Maranhão glorioso*, a de um *Maranhão civilizado* e a de um *Maranhão áureo*. Estas imagens constroem um discurso de distinção e pertencimento do maranhense e propõem um sentido oficial para a comemoração, buscando legitimar o evento e a governabilidade.

ABSTRACT

This is a study about the celebrations for the tercentenary of the foundation of the city of São Luís, in the State of Maranhão, Brazil, which took place in 1912. It analyses the discursive processes in the construction of the image of the maranhense in the “Commemorative Album for the Tercentenary of the Foundation of the City of São Luís, Capital of Maranhão State”, published in 1913 by Tipogravura Teixeira. Working from the perspectives of the French school of Discourse Analysis and of the field of social memory, this research analyzes the construction of shades of meaning between discourses of different natures, verbal and imagetic, trying to determine the images of the maranhense people projected in this discourse, as well as the discourse strategies, the shades of meaning and the memory processes in the object of analysis. Based on this methodological-theoretical framework, it was possible to show that memory and discourse are realized through the establishment of three different networks of meaning. The first of these, the legitimization of the celebration, builds up the belief that maranhenses inherited the positive qualities of the French, who founded the city. The second network of meanings is related to the construction of a civilizing discourse in Brazil which, when used in discourses of the tercentenary, present the maranhenses as more civilized than other Brazilians. The third network is about the modernizing discourse in the economy. According to this network, the past splendor and glory of Maranhão are remembered so that the state can be regarded as modern and prosperous and the maranhenses will be seen as able to overcome all economic and political difficulties of that period. In this discursive framework it was possible to demonstrate, in the discourse found in the album, the projection of three images: the image of glorious Maranhão, the one of civilized Maranhão and the one of golden Maranhão. These images build up a discourse of distinction and of belonging and they give an official meaning to the celebration, legitimizing the event as well as governance.

[1] Maranhenses are the people born in Maranhão State, Brazil

LISTA DAS IMAGENS

Imagem 1- Capa da primeira parte do álbum comemorativo	29
Imagem 2- Constituição dos campos discursos	31
Imagem 3 - Implantação da cruz durante a primeira missa em 1612 no Maranhão	48
Imagem 4 – Avenida Maranhense	60
Imagem 5 – Um grupo de visitantes na Exposição	76
Imagem 6 – Fábrica de Tecidos de Codó	84
Imagem 7 – Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Anil	85
Imagem 8 – Fábrica Tecidos São Luiz	85

SUMÁRIO

Introdução - Caminhar, olhar e interpretar	13
Capítulo 1 - Celebrando centenário: a fabricação de um <i>ethos</i> comemorativo	16
1.1- Os ritos comemorativos do 3º centenário da fundação da cidade de São Luis	17
1.2- As comemorações de centenário na modernidade	20
Capítulo 2 - Nas tramas do discurso e da memória social	23
2.1- Quadro teórico da Análise de Discurso	23
2.1.1 - Os procedimentos de trabalho em AD	27
2.2- Estratégias de fabricação da memória social	32
Capítulo 3 – A construção da imagem do maranhense no discurso do álbum do 3º centenário	35
3.1 - As condições de produção da imagem visual no álbum comemorativo	37
3.2 Um Maranhão glorioso: “Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brasil!”	41
3.2.1- As condições de produção da fundação da cidade de São Luis	42
3.2.2 - Valoração positiva versus negativa	44
3.2.3 Analogia entre o ontem e o hoje	57
3.3 Um maranhão ilustrado e civilizado: “O esplendor do bello sol da França Equinocial”	69
3.3.1 O orgulho da herança cultural francesa	70
3.3.2 A hegemonia dos modos civilizados	75
3.4 Um Maranhão áureo: “A Manchester Brasileira”	81
3.4.1 A grandeza do Maranhão	82
3.4.2 O efeito de decadência	87
Considerações finais	91
Referências	97

Anexos

Anexo 1 – Discursos de abertura e de encerramento do 3º centenário	108
Anexo 2 – Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho	119
Anexo 3 – Matérias do Jornal Pacotilha	130

Introdução

Caminhar, olhar e interpretar

Contar uma história é sempre uma questão de escolha, de um caminho que o narrador segue e de outros tantos descaminhos que decide ou não imagina trilhar. É nesta perspectiva que esta dissertação se inscreve: como uma escolha. Como uma interpretação dentre tantas possíveis. Como um olhar que realiza um trabalho de enquadramento sobre outro olhar. Mais especificamente, de um duplo trabalho de enquadramento: da interpretação que os sujeitos discursivos produzem em suas práticas discursivas e, no mesmo movimento, da interpretação que o analista produz ao recortar e analisar o *corpus* da pesquisa.

Em função deste duplo movimento, a metáfora do enquadramento pareceu apropriada para dizer do modo e da episteme que adoto neste trabalho, qual seja, a da interpretação. Interpretar, aqui, é olhar e dizer. É olhar de um lugar e de uma posição. É dizer deste modo porque, antes de tudo, é daqui e não de lá, desta e não de outra forma que se discursa. Neste sentido, é necessário dizer como este trabalho se constituiu, de como o problema, o objeto e as decisões analíticas que foram tomadas o configuraram tal como se apresentam ao leitor.

Em 1912, São Luis, capital do Estado do Maranhão, completou trezentos anos de sua fundação pelos franceses (1612)¹. A festividade de comemoração do tricentenário teve início no dia 08 de setembro de 1912 com a abertura da Exposição do Tricentenário e encerrou-se no dia 1º de novembro do mesmo ano. O ponto central da festa foi a “Exposição do Trabalho” realizada no Palácio do Governo, hoje Palácio dos Leões (antigo Forte Saint-Louis). A exposição tinha por objetivo difundir o progresso material e cultural da sociedade maranhense e para isso reuniu as obras dos maranhenses tanto no campo econômico, como intelectual e cultural.

Para registrar a comemoração, os organizadores do tricentenário elaboraram o “*Álbum Commemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão*”, publicado em 1913 pela Tipogravura Teixeira, onde são relatadas as cerimônias de abertura e de encerramento do evento, bem como são descritas cada uma das

¹Iniciei a pesquisa sobre as comemorações do 3º Centenário de São Luís, capital do Maranhão, em 2003, no âmbito do curso de Especialização em Jornalismo Cultural na Modernidade realizado pela Universidade Federal do Maranhão. Como resultado da pesquisa, publiquei, em 2005, o artigo “Representações sociais em fatos culturais: o Album Commemorativo do 3º Centenario da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão” no livro “Jornalismo Cultural: da memória ao conhecimento”.

seções que compuseram a Exposição, os produtos expostos, os prêmios concedidos e o valor total gasto com o evento.

No escopo deste objeto mais geral – as comemorações do tricentenário – realizei um recorte epistemológico no arcabouço da Análise do Discurso (AD)² e da Memória Social: o de estabelecer as relações entre memória e discurso buscando compreender os modos pelo quais estas relações constituem redes de sentido na sociedade, em condições sócio-históricas e culturais específicas.

No campo da Análise do discurso (AD) trabalho com os conceitos de discurso, interpretação e memória discursiva de Michel Pêcheux (2008), de condições de produção e de campo discursivo de referência com Jean-Jacques Courtine (1981) e de composição entre os discursos verbal e imagético de Suzi Laggazi (2009). No âmbito da Memória Social com Michel Pollack (1989;1992), o conceito de trabalho de enquadramento e com Pierre Nora (1993) o conceito de lugares de memória.

Nesta configuração teórico-metodológica tomo por objeto os processos discursivos de construção da imagem do maranhense no álbum. Tendo em vista que esta construção supõe um jogo imaginário das representações de si, busco compreender as relações entre as imagens de si projetadas discursivamente e as imagens representadas visualmente no álbum. Neste sentido, procuro estabelecer as estratégias discursivas utilizadas na construção discursiva do álbum para determinar que imagens do maranhense foram projetadas nestes discursos e os efeitos de sentido que produzem, bem como determinar que processos memorialísticos foram discursivamente mobilizados no objeto em análise.

Para contar esta história, de como um olhar trabalha sobre outro olhar, esta dissertação será organizada em três capítulos. Considerando a necessidade de configurar, para o leitor um território interpretativo acerca da comemoração e de seus personagens, produzi, no primeiro capítulo, uma narrativa acerca dos ritos comemorativos e do contexto mais amplo em que estas comemorações estão inseridas.

No segundo capítulo, cujo título é “Nas tramas do discurso e da memória social”, problematizo os conceitos e o modo de proceder nesta configuração teórico-metodológica delimitando a constituição do *corpus* da pesquisa. E, por último, no terceiro capítulo analiso “A construção da imagem do maranhense no discurso do álbum do 3º centenário”. Em virtude do complexo de formações discursivas que circulam no objeto em análise, dividi esta seção

² Conforme a tradição, usarei a sigla AD para me referir à Análise do Discurso de vertente francesa, a partir deste ponto do texto em diante.

em quatro subseções, as quais correspondem às interpretações propostas acerca das imagens do maranhense projetadas no álbum.

Espero que esta pesquisa possa colaborar para o debate e conhecimento acerca do modo pelo qual a memória da cidade de São Luis vem sendo discursivizada em momentos de comemorações. Do ponto de vista metodológico, gostaria que o esforço aqui empreendido contribuísse para a construção de procedimentos analíticos no campo da Análise de Discurso, no que diz respeito a objetos discursivos constituídos por materialidades verbais e imagéticas.

Capítulo 1

Celebrando centenário: a fabricação de um *ethos* comemorativo

Uma história da comemoração do 3º centenário de fundação da cidade de São Luis ainda está por ser contada. No entanto, para os objetivos desta pesquisa foi necessário construir uma narrativa acerca do modo como se deram aqueles ritos comemorativos. Na realização desta tarefa empreendi várias pesquisas em arquivos públicos como a Biblioteca Benedito Leite que dispõe de um arquivo de jornais antigos da cidade, dentre os quais analisei, especificamente, os jornais Pacotilha, Diário do Maranhão, Correio da Tarde e Diário Oficial do Estado do Maranhão. Pesquisei, também, no arquivo de álbuns sobre o Maranhão que estão na biblioteca do Museu de Artes Visuais e da biblioteca do Centro de Criatividade Popular Domingos Vieira Filho.

Recorri ainda à historiografia sobre o Maranhão: dos clássicos, a Mário Martins Meireles (2008) com sua “História do Maranhão”; à Jerônimo de Viveiros (1992) com “História do comércio do Maranhão” e a César Augusto Marques (1970) com o “Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão”.

Dos historiadores atuais a dissertação de José Henrique de Paula Borralho (2000), intitulada “Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão”, colaborou com uma visão crítica acerca da sociedade ludovicense, assim como a monografia de graduação de Ana Ládía Conceição Silva (2004), sob o título “C’est Muá et vós micê: afrancesamento caricato e identidade cultural no Maranhão oitocentista (1850-1890)” e o livro de Maria de Lourdes Lauande Lacroix (2008) intitulado “A fundação francesa de São Luis e seus mitos”.

No campo da sociologia acerca do Maranhão recorri a Rossini Corrêa (1993) em “Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia”. Em relação à formação do campo jornalístico maranhense, foram muito valiosas as informações que Sebastião Jorge (2008) elenca em seu livro “A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 - 1900)”.

Para compreender a posição do governo do Estado acerca das polêmicas envolvendo a administração pública, recorri aos textos publicados por Luis Domingues (1912) intitulados “Dois Anos de Governo (1910-1911)”, “Actos e Factos” e “Mensagem Apresentada ao

Congresso Legislativo de Maranhão na 3ª Sessão da 8ª Legislatura” e aos discursos dos organizadores do centenário registrados no álbum comemorativo.

1.1 Os ritos comemorativos do 3º centenário da fundação da cidade de São Luis

Para organizar o centenário, o então Governador do Estado, Luiz Antonio Domingues da Silva³, constituiu uma comissão organizadora composta pelos membros da instituição “Sociedade Festa Popular do Trabalho”. Como presidente da comissão foi escolhido o geógrafo e professor de Geografia do Liceu Maranhense, sr. Justo Jansen Ferreira. Juntaram-se a este, o historiador e então Diretor da Biblioteca Pública do Estado, o sr. José Ribeiro do Amaral e o sr. Domingos de Castro Perdigão, oficial da Secretaria de Governo e presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho.

Organização civil, sem fins lucrativos, a Sociedade foi fundada em 1871 com o objetivo de organizar exposições de produtos da agricultura, indústria e artes do Estado. Seus membros eram intelectuais, professores, poetas e escritores considerados ilustres naquele tempo. Antes da exposição do centenário, esta organização havia realizado outras três exposições do trabalho no Estado, a saber, em 1871, 1872 e 1906⁴ (que teria preparado para a participação do Maranhão na exposição nacional de 1908 ocorrida no Rio de Janeiro). A instituição estava, deste modo, credenciada para organizar evento de tão grande importância para o Estado (ALBUM..., 1913, p. 06).

Para tal, foi necessário um trabalho de deslocamento da data em que tais exposições deveriam realizar-se conforme o Estatuto da organização. Propostas para serem realizadas no dia 1º de maio, a data da exposição de 1912 foi alterada para coincidir com a da fundação da cidade (08 de setembro) e o seu sentido de comemoração do trabalho foi re-significado para o de comemoração do aniversário de fundação da cidade. O local também foi alterado sendo deslocado de outros espaços públicos para o Palácio do Governo.

Quanto ao financiamento da exposição, no primeiro momento, o Governador a pedido da comissão organizadora, enviou um telegrama ao Ministro da Agricultura solicitando uma verba de cem contos. Não tendo recebido apoio federal, o Estado foi o único

³ Luiz Antonio Domingues da Silva nasceu no dia 11 de junho de 1862, no município de Turiaçu, Estado do Maranhão. Formado em Direito, Faculdade de Direito do Recife atuou na vida política representando o Maranhão no Congresso Legislativo do Estado e no Congresso Nacional, vindo a ser eleito, pelo voto indireto, governador do Estado para o quadriênio de 1910-1914. Exerceu ainda cargos jurídicos em sua cidade e escreveu para os jornais “O Abolicionista” e “Revista Acadêmica” na cidade de Recife (FILHO DOMINGUES, 1982).

⁴ Apenas no álbum havia referência à realização destas exposições. Mas é certo que pelo menos uma ocorreu, pois encontrei em várias edições da Pacotilha a propaganda da casa comercial “A Exposição”, sendo uma evidente apropriação do nome do evento para o do estabelecimento, como fazem hoje as pessoas com os nomes de novelas e programas televisivos.

financiador da comemoração com dois contos quatrocentos e setenta mil reis (ALBUM..., 1913, p.15, 24). Este dinheiro fazia parte do primeiro empréstimo internacional feito pelo Estado, pois desde o final do século XIX, a econômica maranhense encontrava-se em situação de crise financeira (MEIRELES, 2008; VIVEIROS, 1992).

Tendo como objetivo reunir a produção econômica, intelectual e cultural maranhenses, os organizadores da exposição de 1912 enviaram cartas a pessoas consideradas ilustres, a empresários e instituições (públicas e privadas) para que encaminhassem seus produtos para serem expostos; também o jornal Pacotilha em várias edições convocou a população a enviarem suas produções artísticas.

A exposição do tricentenário foi organizada em cinco seções, a saber, *Agricultura*, *Productos Naturaes*, *Industria Pastoril*, *Varias Industrias e Artes Liberaes*⁵. Na seção *Agricultura* foram expostos os seguintes gêneros: arroz, açúcar, algodão, mandioca, araruta, cacau, fumo, feijão, milho e máquinas agrícolas. Bois de várias raças compunham a seção de *Industria Pastoril*. A de *Productos Naturaes* expôs a borracha, a maniçoba (uma espécie de borracha), madeiras, amostras de minérios e o jardim zoológico montado na área externa do Palácio. Este zoológico era composto de animais de várias espécies, dentre estes aves, onças, antas, coelhos, tartarugas e outros.

O narrador do álbum destaca que foram necessários dois pavimentos para expor os produtos da seção *Varias Industrias* devido ao grande número de produtos. Foram reunidos os mais diversos tipos de produtos por eles considerados como resultante de um processo industrial de produção, como móveis, trabalhos de alfaiataria, ourivesaria, vinhos e licores, tecidos, calçados, biscoitos, trabalhos em cera, cerâmica, sabão, fogos de artifício, dentre outros. Compuseram ainda esta seção, os trabalhos de ornamentação do evento.

A produção intelectual e cultural do maranhense estava na seção *Artes Liberaes* que foi composta pelas prendas femininas, a “Colleção Artística Artur Azevedo”, os mais diversos tipos de remédios, produtos tipográficos, fotografias e livros. Nesta seção estavam, ainda, as cartas “Geographicas do Estado” e da “Ilha do Maranhão” produzidos pelo sr. Justo Jansen Ferreira. Destas cartas resultou o quadro “Carta do Estado” que enfeitou o pavilhão de abertura do evento. Nas prendas femininas era possível encontrar desde um abafador de bule em veludo verde, passando pelos bordados, crochês, desenhos, pinturas até flores de papel. Já

⁵ Segui nesta denominação a grafia conforme se usava na época e que está citada no Álbum Comemorativo (1913).

a “Colleção Artística Artur Azevedo”⁶ era composta por 23.130 peças dentre as quais pinturas, litogravuras, álbuns e uma biblioteca com títulos de literatura teatral, peças de teatro e obras diversas.

Os ritos da comemoração consistiram em reunir todo o povo na Avenida Maranhense, no dia 08 de setembro daquele ano, no local onde teria acontecido a primeira missa, aguardando a chegada das autoridades e do Bispo ao som da banda de música do 48º batalhão de Caçadores. Com a chegada do governador, de seu secretariado e do Bispo Diocesano da Capital, D. Francisco de Paula e Silva foi realizado o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Maranhão e da França e cantado o hino nacional, o maranhense e a Marselhesa, nesta ordem. Em seguida, foi realizada a benção religiosa e ao final, o governador, as autoridades e o povo dirigiram-se, pela Avenida Maranhense, ao Palácio do Governo.

Ao chegar ao Palácio, a comitiva encaminhou-se para o Salão Nobre onde as autoridades compuseram a mesa de abertura da comemoração e discursaram o presidente da Sociedade “Festa Popular do Trabalho”, o sr. Domingos Perdigão e o governador, destacando-se nesta configuração, o silêncio do Bispo Diocesano que, estando presente, não lhe foi facultada a palavra e a ausência do intendente Coronel Mariano Martins Lisboa (cargo que equivale hoje ao de Prefeito)⁷. Após esta etapa do ritual, a comitiva visitou cada um dos estandes da exposição e o jardim zoológico.

A exposição ficou aberta à visitação pública até o dia do encerramento. Do ponto de vista do acesso da população à exposição foi exigido que a entrada só seria “franqueada gratuitamente a todos que se apresentarem decentemente vestidos [...]” (ALBUM..., 1913, p.15, grifo nosso). Alguns visitantes, considerados ilustres estiveram na exposição. Dentre eles foi destacado no álbum a presença de um casal de franceses, Paul Adam e esposa. Recebidos pelo governador e demais autoridades do Estado os mesmos foram levados em comitiva até o local da exposição onde receberam presentes como lembrança do Maranhão ao povo francês. A eles também foi oferecido um almoço onde estiveram presentes diversas autoridades e membros da elite local (ALBUM..., 1913, p. 09-10).

⁶ Esta coleção fora comprada pelo governador do Estado, Luis Domingues, à viúva do artista com recursos do empréstimo externo. De acordo com o Catálogo da Exposição O Universo de Artur Azevedo (2008) restam apenas 18.417 obras e 57 pinturas. Hoje, a Coleção está sob a guarda do Governo do Estado do Maranhão e é reconhecida como uma das mais importantes coleções da arte e da cultura brasileira e européia que havia na época em mãos de um particular no Brasil.

⁷ Acredito que esta ausência deveu-se às tensões políticas da época, tendo em vista que o Intendente (membro do partido Republicano) representava o grupo político contrário ao do governador, quer era do Partido Federalista.

O governador enviou um telegrama de congratulações ao Presidente da França, Armand Fallières⁸ (1906-1913), por intermédio do Ministro das Relações Exteriores, o Barão do Rio Branco, com a seguinte mensagem:

Povo Maranhense, comemorando hoje o tricentário fundação Capital Estado pelos Francezes, pede a V.Exc. gentileza apresentar Exmo. Plenipotenciario França os melhores votos pela felicidade desde glorioso Paiz. Agradecimentos e saudações muito cordiaes. Luiz Domingues. Governador. (ALBUM..., 1913, p. 09)

Note-se que a atitude inversa é que deveria ter acontecido, ou seja, se houvesse um elo entre a França e o Maranhão seria o caso da primeira enviar um telegrama em congratulação ao aniversário de trezentos anos da cidade de São Luis.

A solenidade de encerramento ocorreu no dia 01 de novembro daquele ano. À uma hora da tarde, na Avenida Maranhense o Corpo Militar prestou continências ao lugar onde foi colocada a primeira cruz. No auditório, a mesa da sessão de encerramento foi composta pelo sr. Justo Jansen, presidente da comissão, o governador Luis Domingues, o Bispo Diocesano e os membros da Sociedade Festa Popular do Trabalho – note-se novamente a ausência do intendente. O presidente da Sociedade, sr. Domingos Perdigão, fez a leitura dos prêmios concedidos pela exposição do tricentenário e em seguida o sr. Justo Jansen fez o discurso de encerramento. Ao final foi cantado o Hino Maranhense e distribuído “*para as pessoas gradas*” diversos exemplares do livro “Fundação do Maranhão” do professor de história do Liceu Maranhense e membro da Sociedade Festa Popular do Trabalho, sr. José Ribeiro do Amaral (ALBUM..., 1913, pg. 13, grifo nosso). Novamente o espaço da exposição foi posta à visitação ao som da banda de música do 48º Batalhão de Caçadores do Exército.

Estava encerrada a comemoração do tricentenário de fundação da cidade de São Luis.

1.2 As comemorações de centenário na modernidade

Os centenários como lugares de comemorações, não são um fenômeno que remonte a um tempo longínquo, ao contrário, seu surgimento dá-se a partir da modernidade. Um *ethos*

⁸ Ver: site da Biblioteca Nacional da França em <http://catalogue.bnf.fr/servlet/autorite>.

comemorativo no formato dos centenários só encontrou ambiente propício à sua difusão a partir das revoluções tecnológicas e sua visibilidade nas exposições universais, as quais tinham por projeto divulgar as ciências, a razão e a técnica, ou seja, a modernidade como um modo de ver, pensar e agir.

De acordo com Hobsbawm (2008, p. 289) “não há indícios anteriores ao século XIX de que os centenários, um ou vários, e muito menos os aniversários de menos de cinquenta anos fossem ocasião de comemoração pública”. As primeiras celebrações públicas ocorreram por volta da segunda metade do século XIX com a comemoração pública do Jubileu de Ouro (1887) e de Diamante (1897) da Rainha Vitória, na Inglaterra (CANNADINE, 2008, p. 143).

Ao procurar explicar este fenômeno, Hobsbawm concluiu que no contexto das grandes mudanças sociais e econômicas que estavam ocorrendo na Europa naquele final de século, os governantes buscaram estabelecer novos sentidos entre esta nova realidade e os símbolos nacionais com o objetivo de manter o controle político através destes eventos. Eles são um modo político de lidar com conflitos, de legitimar e manter a governabilidade.

A este modo de lidar com conflitos, Hobsbawm denominou de tradições inventadas. Como o próprio nome já diz, estas comemorações públicas e seus símbolos são uma invenção social que procura dar status de tradição a algo que é novo no conjunto mais geral da cultura de um povo. Justamente porque a tradicionalidade confere a estas celebrações a legitimidade necessária para a manutenção do *status quo*.

Para construir esta credibilidade, os organizadores destas cerimônias realizam diversas intervenções na vida social de uma determinada sociedade, desde a arquitetura das cidades com a derrubada das antigas habitações e construção de espaços modernos como avenidas, praças, parques e passeios públicos, a exemplo da França ao inaugurar a Torre Eiffel como parte da cerimônia de encerramento da Exposição Universal de Paris, realizada em 1889. No Brasil, as intervenções na arquitetura do Rio de Janeiro realizadas por Pereira Passos a partir de 1902 preparam a cidade para os tempos modernos e, também, para a comemoração do Centenário de Abertura dos Portos de 1908 (O RIO DE JANEIRO..., 1997, 17-18).

Nesta configuração, não é importante apenas ser moderno. É preciso mostrar que é. E esse dar a ver não é apenas para si, mas é também para os outros, no âmbito nacional e internacional. Neste sentido, a parte central destas festividades são as Exposições Universais. Estas exposições são organizadas em locais construídos especificamente para sua realização e procuram reunir em seus estandes as mais modernas descobertas científicas, especialmente

aquelas ligadas à fabricação de máquinas mais rápidas e eficientes para as indústrias. Elas são uma espécie de vitrine do desenvolvimento econômico, social, cultural e intelectual de um povo, ou de vários povos, dependendo do âmbito da comemoração, fornecendo não só a própria estrutura, mas principalmente, um modo de vida e de consumo.

Do ponto de vista dos discursos, são produzidos, nestas comemorações, objetos memorialísticos e propagandísticos como estátuas, moedas com esfinge do governante, nomeação de praças e ruas e até publicações impressas, como os álbuns comemorativos (HOBSBAWM, 2008). Modernamente, nas comemorações de centenário os organizadores apropriam-se tanto destas formas clássicas como da fotografia. Estas funcionam como um discurso legitimador e, no mesmo movimento, como um lugar de memória do evento.

Colocando a comemoração do 3º centenário em uma configuração mais ampla, veremos que naquele ano já havia um *ethos* acerca destas comemorações na memória dos maranhenses, tendo em vista a recente participação do Maranhão no Centenário de Abertura dos Portos com o envio do álbum “Maranhão 1908”. Este álbum contém textos e fotografias sobre a capital e outras cidades de destaque econômico na época. Assim é que em 1912 os organizadores do tricentenário apropriaram-se deste modo de comemorar datas históricas, da forma e da estrutura das exposições universais e da idéia de produzir álbuns para legitimar e manter a governabilidade.

Deste modo, argumento que a festa do tricentenário de São Luis funcionou como um modo de lidar com conflitos materiais e simbólicos que afetavam a sociedade maranhense da época e que o álbum foi um objeto memorialístico e um discurso que legitimou a comemoração e o governo.

Capítulo 2

Nas tramas do discurso e da memória social

No capítulo anterior *contei* as histórias dos lugares, das personagens e dos textos produzidos sobre a comemoração do tricentenário de fundação da cidade de São Luis. Neste, explicito as filiações teóricas e os conceitos nos quais esta pesquisa se inscreve.

Tomo para esta investigação o campo da Análise de Discurso de vertente francesa (AD) e o da Memória Social. Na AD filio-me ao pensamento de Michel Pêcheux como a referência norteadora deste modo de analisar os discursos que circulam na sociedade. Ainda neste campo, com Jean-Jacques Courtine (1981) trabalho com os conceitos de campo discursivo de referência e de condição de produção (CP). Considerando que o autor toma por objeto os discursos políticos, suas formulações contribuíram para a compreensão da natureza política do discurso do álbum comemorativo do 3º centenário de São Luis. Com Freda Indursky (1999) destaco as contribuições da autora em relação à noção de formação discursiva e de sujeito do discurso. E, por último, trabalho com o conceito de composição de Suzi Laggazi (2009) para responder ao desafio metodológico de analisar discursivamente imagens visuais.

No campo da Memória Social, trabalho com Pierre Nora (1993) o conceito de lugar de memória e com Michel Pollack (1989;1992) o conceito de trabalho de enquadramento. A escolha de ambos está relacionada ao fato de que tais conceitos são produzidos em função de pesquisas que têm nas celebrações públicas seu objeto de estudo e por o fazerem considerando que estas cerimônias são um lugar duplamente marcado pela memória, ao mesmo tempo em que se legitimam pelo uso da memória, já são, elas mesmas, constituídas por processos memorialísticos.

2.1 Quadro teórico da Análise de Discurso

O termo discurso tem sido frequentemente utilizado nos mais diversos tipos de comunicação, de tal modo que já faz parte das nossas conversas cotidianas e dos discursos das mais diversas ciências. Se por um lado esta apropriação social trouxe para os debates o modo pelo qual os homens utilizam a linguagem, por outro, produziu uma naturalização do conceito, ou dos conceitos de discurso e de seu significado. Fala-se que o político A ou B discursou no jornal ou na TV; que o presidente leu o discurso na abertura da conferência; que o discurso da televisão é nocivo para a educação das crianças, enfim, em todas estas formas do dizer, ora o discurso se apresenta como um texto escrito, ora como televisivo ou verbal. Fala-se também, com a emergência de novas tecnologias da imagem, no discurso das imagens. Constantemente toma-se a forma pelo objeto, ou seja, esta apropriação generalizada faz com que por vezes o termo discurso signifique um texto escrito, uma fala ou uma imagem.

Para a AD o discurso não é um texto ou uma imagem. O discurso pode ser entendido como sendo da ordem do enunciável (COURTINE, 1981). Uma ordem que se dá pela relação que estabelecemos entre vários textos – aqui compreendendo por texto tanto as produções verbais quanto as imagéticas – de uma mesma região de saber. Quando nos referimos a um tipo de discurso, como o econômico, por exemplo, o fazemos por reconhecermos em um texto – que é a manifestação material do discurso - as marcas discursivas que o classificam como sendo do âmbito da economia.

Estas marcas discursivas são lugares materiais que se apresentam nos textos sob a forma de uma nomeação, adjetivação, classificação, etc. São rastros materiais do processo de produção do sentido. Um processo que institui uma ordem do dizer em um determinado domínio do saber, ou seja, em uma formação discursiva (FD). Indursky (2000, p. 71), considera que uma formação discursiva “compreende um domínio de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente” e acrescenta, com Pêcheux (1988), “regulando o que pode e deve ser dito” em determinada ordem do enunciável.

O desenvolvimento da noção de FD realizado tanto por Pêcheux (1988) como por outros analistas do discurso de vertente francesa possibilitou que a mesma se ampliasse de modo a compreender não apenas a identidade entre os enunciados discursivos que a constituem, mas também a alteridade. Quer dizer, se nas primeiras formulações acerca deste conceito, Pêcheux demarcou que à FD correspondiam os enunciados que poderiam ou não ser ditos em uma determinada região do saber, ou seja, aqueles que se identificavam com tal

região, já no desenvolvimento posterior, a FD aparece também como sendo dividida, pois seu espaço discursivo está constantemente sendo invadido por outras FDs. Ou seja, as fronteiras entre o domínio de saber de uma FD e o discurso outro – o domínio de saber de outra FD – se constituem na disputa pela legitimação dos sentidos na sociedade. O discurso outro é o lugar da alteridade, é a condição do estabelecimento da diferença na identidade (INDURSKY, 2000). Mas estas fronteiras não são fixas, seus limites são muito tênues e em determinadas condições de produção elas podem permitir a entrada de saberes alheios ao seu domínio.

Nesta disputa pela legitimação dos sentidos no interior de um determinado discurso, uma das FDs se constitui como a dominante em relação às outras que o compõem, ou seja, naquela ordem específica um domínio de saber se apresenta como o sentido dominante. Indursky (1997, p. 26), citando Orlandi (1983), explica o funcionamento do sentido dominante: “Todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles. O que existe, então, é um sentido dominante que se institucionaliza como produto da história: o literal” e “a intitucionalização de um sentido dominante sedimentado lhe atribui prestígio de legitimidade e se fixa, então, como o centro: o sentido oficial (literal)”.

É pela noção de formação discursiva que o conceito de sujeito do discurso é posto em movimento, pois é nela que os sujeitos empíricos representam-se discursivamente. A cada FD corresponde um sujeito ideal, um sujeito que se identifica completamente com aquele domínio de saber. Esta imagem ideal do sujeito de uma FD é formulada pela noção de forma-sujeito. Indursky (2000, p. 72), citando Pêcheux (1988), afirma que “é a forma-sujeito que regula o que pode e deve ser dito, o que não pode ser dito e também o que pode, mas convém que não seja dito no âmbito de uma determinada formação discursiva”.

A forma-sujeito regula assim a identificação no âmbito de uma determinada FD, no entanto, a diferença se estabelece pela possibilidade do sujeito do discurso posicionar-se de modos diferentes a partir do que Pêcheux (1988, apud INDURSKY, 2000) chamou de modalidades de tomada de posição. As modalidades são três: superposição, contra-identificação e desidentificação. A superposição revela uma identificação total do sujeito discursivo com forma-sujeito da FD, que é a imagem ideal de identificação em determinado discurso.

A segunda modalidade “conduz o sujeito do discurso a contra-identificar-se, ou seja, a distanciar-se do saber da formação discursiva que lhe é imposta” (INDURSKY, 2000, p. 72) sem, no entanto negá-la. Já a terceira modalidade diz respeito ao processo de desidentificação

do sujeito com a forma-sujeito de uma determinada FD. Esta desidentificação resulta numa negação desta FD, levando-o a identificar-se com outra forma-sujeito, ou seja, com outra FD. O sujeito do discurso não é, portanto, o sujeito empírico, aquele que diz alguma coisa, mas é uma *posição* que o sujeito empírico ocupa em uma determinada formação discursiva.

Outra noção importante para esta dissertação é a noção de interdiscurso. O interdiscurso é o complexo de formações discursivas que permeiam um determinado discurso (INDURSKY, 2000). Ele possibilita ao analista compreender as redes de sentidos que se constituem em uma determinada configuração sócio-histórica e cultural. Estas redes vão tecendo os encontros e desencontros dos sentidos no tecido da vida social. Portanto, não será apenas nos discursos do álbum que compreenderemos as redes de produção de sentido que possibilitaram aos organizadores do centenário realizá-lo. Como vimos no primeiro capítulo, estas redes estendem-se às primeiras comemorações públicas de centenários ocorridas no final do século XIX, na Europa, e ao início do século XX no Brasil. Sem esta rede de sentidos que foi se estruturando ao longo destes anos, as comemorações de centenário em geral e o realizado em 1912 no Maranhão não teriam as condições simbólicas para serem processados como um acontecimento social e histórico.

Desse modo, um discurso para fazer sentido precisa remeter-se a outros discursos que estão fora do saber de uma determinada formação discursiva, cujos sentidos ressoam em uma memória discursiva (Pêcheux, 2008). Na tecitura das redes de sentido, a memória discursiva é mobilizada de modo a oferecer a validação dos enunciados ao longo dos tempos, pois a memória discursiva pode ser compreendida como todos os discursos que na memória dos tempos já foram tornados anônimos e que estão disponíveis para serem apropriados nas situações práticas da linguagem (PÊCHEUX, 2008).

Retomo então a questão inicial da necessidade de conceituar o discurso. Compreendendo que o discurso não está em um lugar determinado, mas na dispersão dos textos e numa ordem enunciável, podemos dizer, com Orlandi (2003, p. 26), que o discurso é “um efeito de sentido entre interlocutores”. É um efeito porque não é o sentido literal daquilo que os sujeitos empíricos *quiseram* dizer, mas é o resultado de uma construção analítica acerca do que foi dito, nestas ou naquelas condições de produção.

As condições de produção (CP) de um discurso têm a ver com as condições sócio-históricas e culturais em que os discursos são constituídos, assim como a forma pelo qual se apresentam e onde se apresentam (COURTINE, 1981; ORLANDI, 2001). Considerando que

o discurso está numa ordem do dizer, só o apreendemos ao estabelecermos uma relação entre o que foi dito aqui e ali, em diferentes temporalidades.

2.1.1 Os procedimentos de trabalho em AD

Por ser uma disciplina de interpretação, a AD não é apenas um método para investigar os discursos que circulam na sociedade. É, antes de tudo, uma abordagem que se volta sobre si mesma, pondo em questão seu próprio fazer. O paradoxo da AD é que “(através de suas vicissitudes, seus caminhos de direções e seus fracassos) esta prática é indissociável da reflexão crítica que exerce sobre si mesma” (PÊCHEUX, 1981, p. sn, tradução nossa).

Esse paradoxo de que fala Pêcheux, de exigir uma “reflexão crítica que se exerce sobre si mesma”, é o de que o *gesto interpretativo* do analista é objeto de investigação dele mesmo. O analista do discurso toma os documentos e o seu próprio fazer como sendo este também uma construção interpretativa, dentre outras tantas, acerca dos acontecimentos, da história, das memórias postas em circulação em uma sociedade e também do desejo memorialístico dos sujeitos.

Dizendo com Orlandi (2001, p. 61), o analista do discurso “não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições”. Isto significa dizer que ele põe em causa, questiona as suas fontes e seu próprio conhecimento acerca daqueles acontecimentos históricos e discursivos, pois sabe que o que vê e também o que produz é um trabalho de construção interpretativa. Significa ainda que produzir uma análise, em AD, é realizar um trabalho sobre o trabalho. É dar a volta sobre si mesmo.

Neste modo de conceber a interpretação e o trabalho do analista o objeto é construído e constituído no trabalho de enquadramento que este realiza ao estabelecer recortes no *corpus* de que dispõe. Neste sentido, o analista do discurso trabalha com a noção de procedimentos. Mas não em função de uma ação metodológica que este faria do exterior sobre o seu objeto. É no processo de investigação e estruturação da pesquisa que os procedimentos vão sendo constituídos e vão constituindo a interpretação e vice-versa.

Estes procedimentos variam de acordo com os recortes que o analista produz em suas materialidades discursivas. Por materialidades discursivas entendo os discursos quando materializados, ou seja, tornados textos, imagens, gráficos, figuras e quaisquer outras formas de inscrição da linguagem. É em função destas materialidades discursivas postas em *relação* que os procedimentos e os pressupostos teóricos vão orientando a interpretação. Observe-se que é somente porque postos em *relação*, os procedimentos, os pressupostos teóricos, as materialidades discursivas e as tomadas de posição do analista é que o objeto se configura enquanto tal. Em outras palavras, os procedimentos são constituídos em função da especificidade do objeto e da questão de pesquisa a que o analista se propõe a investigar.

Neste sentido, o que os analistas do discurso produzem são outros discursos, são interpretações de interpretações. Como já apontei antes, o analista do discurso trabalha com procedimentos os quais postos em relação à questão e aos objetivos de pesquisa, constroem objetos discursivos específicos, de modo que o objeto se apresenta desta ou de outra forma, porque foi discursivizado deste modo. Afinal, são as perguntas que constroem os objetos e não o contrário.

É necessário, então, explicitar os procedimentos de trabalho a partir dos quais o analista constrói sua interpretação. Para analisar como se deram os processos discursivos de construção da imagem do maranhense no álbum do 3º centenário elejo três procedimentos: a determinação das condições de produção do referido discurso, a constituição do *corpus* da pesquisa e, por último, a análise do funcionamento discursivo do álbum.

Procedi à construção do *corpus* da pesquisa a partir do conceito de campo discursivo de referência, que é o conjunto dos discursos que o analista elege para orientar a formação do seu *corpus* (Courtine, 1981). Reuni então documentos de mesma natureza para compor cada campo discursivo sendo o primeiro deles constituído pelo Comemorativo do 3º centenário o qual denominei campo de referência e, a partir dele, construí outros três campos discursivos, a saber, os campos discursivos jornalístico, político e acadêmico.

Embora a AD já tenha demonstrado que não é necessário o acúmulo de documentos e/ou discursos para sua validação, no caso específico da comemoração do 3º centenário foi necessário compor o *corpus* por esta diversidade de campos discursivos porque para compreender os efeitos de sentido de um discurso faz-se necessário remeter-se a outros discursos que estão fora do saber de uma determinada formação discursiva, ou seja, é necessário buscar na memória discursiva as redes de produção de sentido inseridas em tais materialidades discursivas.

Dessa maneira, para compreender os efeitos de sentidos dos discursos que compõem o álbum comemorativo, faz-se necessário remeter-se a outros discursos, que estão fora das formações discursivas que o compõem, no caso às reportagens jornalísticas, às monografias publicadas pelo governador e, também, à historiografia maranhense. Para que ao estabelecermos relação de composição entre estas diferentes materialidades nos seja possível determinar as condições de produção em que os discursos acerca da comemoração foram enunciados e os efeitos de sentidos produzidos. Estas CPs são o contexto sócio-histórico e cultural em que os acontecimentos se deram e constituem-se em um modo de validação da interpretação produzida pelo analista (COURTINE, 1981).

É no jogo entre o enunciado e a memória discursiva que os efeitos de sentido podem ser apreendidos, porque os sentidos “tem a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. Deste modo, as margens do dizer, do texto, também fazem parte dele” (ORLANDI, 2001, p. 30). Assim, o campo discursivo de referência eleito funcionará como um articulador discursivo na relação com os outros campos discursivos, ou seja, é um lugar material e simbólico que funcionará como referência para buscar, noutros dizeres, os vestígios para apreender os sentidos.

O álbum – campo discursivo de referência – cuja capa é a bandeira do Maranhão é composto por dois tipos de inscrição, verbal e imagética e está dividido em quatro partes. Na primeira parte são relatados os fatos decorridos durante a comemoração do 3º centenário descrevendo os ritos de abertura e transcrevendo o Diário Oficial do Estado do Maranhão, do dia 09 de setembro de 1912. Também são apresentados na primeira parte, o discurso do senhor Domingos Perdigão, Presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho – instituição que organizou a comemoração – e o discurso do então governador do Estado, sr. Luiz Antonio Domingues da Silva. Contém, ainda, a descrição da cerimônia de encerramento da festividade a partir da transcrição do Diário Oficial do Estado do Maranhão de 01 de novembro daquele ano e o discurso do Presidente da Comissão organizadora do 3º centenário, sr. Justo Jansen Ferreira.



Imagem 1- Capa da primeira parte do álbum comemorativo

A segunda parte do álbum é composta pelo relatório da Sociedade “Festa Popular do Trabalho”, produzido pelo seu Presidente e dirigido aos seus membros. Relata as condições materiais e econômicas de que dispunha a Sociedade para realizar a comemoração. Descreve cada uma das cinco seções que compuseram a Exposição, os prêmios concedidos e o valor total gasto.

Na terceira parte, intitulada “Catalogo da Exposição Commemorativa do Tricentenario da Fundação da Cidade de São Luís do Maranhão”, são descritas todas as peças expostas e seus respectivos produtores.

E, por último, temos o “Mapa Geral dos Premios concedidos pela Exposição Commemorativa do Tricentenario da Fundação da Cidade de São Luís do Maranhão em 1912” que constitui a quarta parte contendo a relação dos títulos concedidos durante a festa do tricentenário, como também o nome dos agraciados.

Do ponto de vista da materialidade imagética, o álbum contém 51 imagens fotográficas em preto e branco – incluindo a imagem da capa do álbum – e uma gravura. As imagens são apresentadas de forma intercalada com os textos e dispostas uma a cada página. Possuem uma legenda que identifica os lugares e as personagens e têm a marca da casa tipográfica Teixeira que imprimiu o álbum. A forma de apresentação não obedece a uma ordenação específica, ou seja, não há a formação de um bloco ou de uma hierarquia entre elas, exceto em relação à imagem do governador e do intendente da capital, que são apresentados na ordem em que estes níveis de poder se estruturam no contexto sócio histórico da época. Assim sendo, a primeira imagem é do âmbito estadual e a segunda do municipal.

O segundo campo discursivo é jornalístico e reúne as matérias sobre a comemoração produzidas pelos jornais maranhenses Pacotilha, Diário do Maranhão, Correio da Tarde e Diário Oficial do Estado do Maranhão, publicadas entre 1910 e 1912.

O terceiro campo discursivo é composto pelo discurso político. Conforme era costume na época, publicavam-se textos conhecidos por “monografia”, onde o governante, político ou outra personagem defendia ou atacava uma idéia. Luiz Domingues, na posição de Governador e dispendo da gráfica da Imprensa Oficial, fez publicar três monografias no ano de 1912. A primeira intitulada “Dois Anos de Governo (1910-1911)”; a segunda “Actos e Factos” e a terceira “Mensagem Apresentada ao Congresso Legislativo de Maranhão na 3ª Sessão da 8ª Legislatura”. As três monografias tratam de questões administrativas, econômicas e políticas do governo do Estado no período de 1910 a 1912.

O quarto campo discursivo denominado de acadêmico é composto pelos textos dos historiadores maranhenses BORRALHO (2000;2009), JORGE (2008), LACROIX (2008), MEIRELES (1982;2008), MARQUES (1970), SILVA (2004;2008), VIVEIROS (1992). Compendo este campo discursivo temos também o sociólogo maranhense CORRÊA (1993).

O esquema abaixo tem por objetivo demonstrar visualmente a constituição destes campos discursivos:

Imagem 2- Constituição dos campos discursivos

Considerando que o campo discursivo de referência é constituído por linguagens de diferentes naturezas, a verbal e a imagética, faz-se necessário problematizar o modo como a imagem será trabalhada nesta configuração.

No estudo das imagens visuais, as teorizações que tratam do discurso verbal e imagético têm proposto que a relação entre estas linguagens é de complementaridade entre seus códigos. A crítica a esta formulação está assentada no fato de que não é possível estabelecer um complemento do sentido de uma linguagem pela outra, tendo em vista que ambas são constituídas de códigos e estruturas diferentes, de modo que não há uma linguagem verbal que possa traduzir, efetivamente, os sentidos da linguagem visual e vice-versa.

Para construir os procedimentos de análise destas materialidades discursivas proponho, juntamente com Lagazzi (2009), que a relação que se estabelece entre texto, imagem e disposição gráfica sejam de composição. Propor a noção de composição é pensar que cada uma destas materialidades possui regiões de opacidade discursiva próprias da sua natureza lingüística e que tais regiões impossibilitam o uso da noção de complementaridade, pois “não temos materialidades que se complementam, mas que se relacionam pela contradição, cada uma fazendo trabalhar a incompletude na outra” (Id., p. 68). Estas relações remetem à heterogeneidade discursiva e ao interdiscurso. Dizemos que um discurso é heterogêneo porque é constituído pela formação discursiva que o conforma e, *também*, pela diferença que se institui no seu interior em função da relação com outras FDs que estão no interdiscurso. O interdiscurso é o conjunto de formações discursivas que circulam numa determinada configuração sócio-histórica e cultural.

Nesta construção teórica metodológica Lagazzi (Ibid., p. 68) reitera a importância da noção discursiva de recorte como um procedimento de análise que visa “ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”. Recorrei a esta noção ao construir as composições que compõem o terceiro capítulo desta dissertação onde serão retomadas as noções e os procedimentos de análise em AD.

É necessário, ainda, apontar as questões metodológicas do campo da memória social e o modo pelo qual elas serão apropriadas nesta dissertação visando à compreensão das estratégias de construção da memória do evento e dos discursos produzidos.

2.2 Estratégias de fabricação da memória social

A memória social é problematizada nesta pesquisa sob duas concepções: como constitutiva da vida social e como um campo de disputas.

Como constitutiva da vida social, a memória “deve ser entendida também, ou, sobretudo, como fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” (POLLACK, 1992, p. s/n). Ao rememorarmos um acontecimento, recorreremos às lembranças de tais fatos. No entanto, ao contrário do que faz crer o senso comum, as lembranças, que são os componentes da memória, não estão fixadas em algum lugar, intocadas, prontas para serem trazidas à tona. A memória social não é um objeto material, mas uma construção subjetiva do sujeito interpretante que seleciona dentre uma infinidade de lembranças, aquelas, que devem ser rememoradas, porque toda vez que mobilizamos os recursos da memória para tornar atual o passado, ou seja, quando tomamos a palavra ou lançamos mão de objetos e/ou de rituais, já estamos, por este mesmo movimento, reconstruindo estas memórias, de modo que elas são reconstruções do passado no hoje. Em função desta seleção, todo processo de rememoração já contém em si o esquecimento, pelo fato de que ao tornar visível uma lembrança, outras tantas são, pelo mesmo movimento, postas na sombra.

Recordar, neste caso, não é somente interpretar no presente o já vivido: [...] uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só na sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuam a viver, chegando até a nossa. (GONDAR, 2005, p. 17)

A memória é também constituída pelas disputas e jogos de poder nos processos de construção social da realidade, por isso concebê-la como um campo de disputas (POLLACK, 1989). Inseridas nesta concepção, as comemorações de centenário são duplamente marcadas, elas se dão *na e pela* memória, ou seja, elas constituem a memória de uma determinada sociedade, ao mesmo tempo que se estruturam e se legitimam em função de processos memorialísticos.

Problematizando a comemoração do 3º centenário de fundação da cidade de São Luís, parto então do pressuposto de que o que estava em jogo na comemoração do

tricentenário era *a disputa pela construção da memória* acerca de uma imagem de sociedade que se queria afirmar e legitimar. A meu ver, o que o governo do Estado fez entre 1910 e 1912 foi *produzir* o evento e os lugares de memória buscando legitimar as ações deste mesmo governo e, no mesmo movimento, *enquadrar* estas referências no discurso do álbum (MENDONÇA, 2005).

Os lugares de memória são produções materiais, sendo, tanto os objetos, como lugares materiais onde os objetos são expostos e que servem para realizar o processo de rememoração de acontecimentos, lugares e culturas. Desta maneira, não são a memória, mas servem para trazer à lembrança aquilo que não devemos esquecer (NORA, 1993). O trabalho de enquadramento da memória por sua vez é um

[...] trabalho permanente de reinterpretação do passado [...] é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos; os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais” (POLLACK, 1992, p. s/n)

Essa credibilidade corresponde às exigências para que o trabalho de enquadramento da memória possa ser tornado legítimo para si e para os outros. O primeiro é de que esta memória construída “tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente” (POLLACK, 1992, p. s/n). O segundo, é que “esse trabalho deve satisfazer certas exigências de justificação (...) por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos” (Id, p. s/n). No sentido de responder a estas exigências de justificação, os produtores destas comemorações atuam em dois movimentos: o primeiro é o da ancoragem dos discursos, verbais e imagéticos, na tradição. O outro movimento consiste em adequar o novo nos quadros de referências já existentes, de tal modo que possam configurar cenários e memórias para o futuro.

Para isso, os organizadores da festa do tricentenário produziram lugares de memória e realizaram um trabalho de enquadramento da memória história e das referências culturais da sociedade maranhense, como a realização da Exposição do Tricentenário, a inauguração da estátua de Benedito Leite, a reforma de praças e prédios públicos, além da publicação do álbum comemorativo.

Capítulo 3

A construção da imagem do maranhense no discurso do álbum do 3º centenário

Retomando o percurso realizado, no primeiro capítulo, tratei das condições de produção em que o centenário e os discursos produzidos sobre ele se deram. No segundo, explicitarei os conceitos com os quais irei, neste terceiro capítulo, proceder à análise do objeto discursivo.

Como já disse antes, a Análise do Discurso trabalha com procedimentos os quais, postos em relação à questão e aos objetivos da pesquisa, constroem objetos discursivos específicos. Em decorrência desta construção analítica, os objetos discursivos variam conforme a estruturação da pesquisa e o uso dos procedimentos, assim, outro analista dispondo das mesmas materialidades, produzirão outro objeto discursivo. Afinal, são as perguntas que constroem os objetos e não o contrário (BLOCH, 2001).

Na construção do objeto discursivo desta pesquisa considereirei quatro questões que abrangem os âmbitos discursivos e memorialísticos dos discursos acerca do tricentenário. No âmbito discursivo examino quais são as estratégias discursivas utilizadas na produção do álbum, que imagens do maranhense estão sendo projetadas nestes discursos e que efeitos de sentido produzem. No âmbito da memória investigo que processos memorialísticos são mobilizados nesta construção discursiva.

Considerando as questões propostas, o objeto discursivo pode ser formulado como sendo os processos discursivos de construção da imagem do maranhense no “Album Commemorativo do 3º Centenario da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão”. O objetivo geral é estabelecer as relações entre memória e discurso de modo que se possa compreender como estas relações mobilizam processos memorialísticos e redes de sentido naquela configuração sócio-histórica e cultural específica. Para alcançar este objetivo, buscarei, especificamente, compreender as relações entre as imagens do maranhense projetadas no discurso verbal e aquelas representadas visualmente e os efeitos de sentido que produzem, bem como estabelecer as estratégias discursivas de fabricação da memória social no discurso do álbum.

Concernente com os procedimentos de análise da AD de que o analista demonstre os procedimentos de trabalho a partir dos quais estruturou a análise, faço uma descrição do modo pelo qual elaborei o objeto discursivo acima exposto e as interpretações acerca das imagens do maranhense projetadas no discurso do álbum. É importante destacar que uma análise de discurso não é o resultado de uma ação metodológica que o analista faz do exterior sobre o seu objeto. É no processo de investigação e estruturação da pesquisa em constante movimento, que os procedimentos vão sendo constituídos e vão constituindo a interpretação e vice-versa. Não existe um momento que se poderia dizer *agora estou analisando*.

Em outras palavras, a análise já está sendo processada deste o início da investigação, ao recolher os documentos, ao examinar e produzir a questão da pesquisa, ao compreender as exigências mais gerais do campo que se escolhe trabalhar, todos estes momentos já fazem parte do trabalho analítico. Ou seja, os recortes compostos por seqüências discursivas e imagens que estabeleço mais adiante para a análise, bem como a estruturação de campos discursivos e os efeitos de sentidos propostos, já se constituem em um momento interpretativo muito específico desta pesquisa. Gostaria de lembrar que no capítulo dois estruturei o *corpus* desta pesquisa em quatro campos discursivos, que são o de referência – o próprio álbum, o jornalístico, o político e o acadêmico.

Tendo como referência o álbum, identifiquei, nos discursos que o constitui, determinadas marcas discursivas verbais e visuais. As marcas discursivas são lugares materiais que se apresentam nos textos sob a forma de uma nomeação, adjetivação, classificação, etc. São rastros materiais do processo de produção do sentido e, como tal, orientam para uma determinada interpretação. Uma vez identificadas, estabeleci entre elas relações de composição e, em função destas relações, procedi então por recortes sucessivos

nas materialidades discursivas que compõem o álbum remetendo-os às condições de produção e ao funcionamento discursivo. Este procedimento analítico possibilitou a compreensão das redes de sentidos que sustentam o interdiscurso do centenário, de modo que foi possível indicar pelo menos três imagens, ou redes de sentidos, que são constantemente retomadas no discurso do álbum.

A primeira é a de um “Maranhão grandioso”, a segunda é a de um “Maranhão civilizado” e a terceira de um “Maranhão áureo”. Estas imagens sustentam-se em uma memória discursiva acerca da formação histórica da cidade, nos modos de vestir e de se comportar em sociedade e ao desenvolvimento econômico que o Maranhão teria alcançado entre os séculos XVIII e XIX. O duplo destas imagens é a apresentação do maranhense como sendo, ao mesmo tempo, um sujeito civilizado, moderno e orgulhoso de sua história.

Na análise destas proposições realizo uma desmontagem dos “arranjos sócio-históricos que orientam o funcionamento do discurso” (Ferreira, 2009, pag. sn) ao pôr em relação as sequências discursivas – que são seqüências escritas construídas a partir de recortes efetuados no campo discursivo de referência (Courtine, 1981) – e as imagens visuais para, a partir deste gesto analítico, produzir outra montagem, esta última a nível discursivo, ou seja, a nível das formações discursivas que circulam no álbum comemorativo.

Esta montagem é um recorte, uma seleção no conjunto das 52 imagens e dos textos que constituem o álbum em função das redes de sentidos identificadas. Pois, como já disse, para a AD não é necessário o acúmulo de documentos e de discursos para que uma análise possa ser realizada, nem tampouco a AD visa à exaustividade dos textos que constitui o *corpus* de uma pesquisa. Como um texto remete a outro, e a outro, numa cadeia sucessiva de remissões, é materialmente impossível dar conta de tal acúmulo. A interpretação resultante desta montagem é, antes de tudo, uma interpretação possível, dentre outras que se poderia enunciar.

Buscando tornar a explicitação acerca das interpretações propostas mais compreensível para o leitor, organizei a análise em quatro seções e, tendo em vista a complexidade de cada uma das imagens, acima identificadas, foi necessário, ainda, desdobrar cada um destas seções. Sobre este desdobramento gostaria de lembrar que embora estes aspectos sejam apresentados na análise de forma separada, eles não se dão deste modo na construção dos efeitos de sentido. Este movimento de separação é apenas um efeito discursivo, pois as três redes de sentidos apontadas não se dão, na construção dos efeitos de

sentido, de modo separado umas das outras, mas formam uma imagem complexa, especular, que produzem várias nuances levando o espectador a adentrar em suas múltiplas facetas.

3.1 As condições de produção da imagem visual no álbum comemorativo

Consistente com o referencial teórico-metodológico da AD e a proposição de Lagazzi para o estudo das imagens abordarei neste ponto as questões relativas às condições de produção, difusão e recepção dos tipos de imagens visuais que compõe o álbum, a saber, a gravura e a fotografia.

A gravura intitulada “Implantação da cruz por ocasião da fundação da cidade de São Luiz do Maranhão”⁹ foi publicada na página 03 do álbum comemorativo, sendo a única imagem deste tipo de representação. Ela foi transposta do livro “Fundação do Maranhão”, do historiador maranhense José Ribeiro do Amaral, lançado na festa do centenário e hoje se encontra em um banco de imagens norte-americano¹⁰.

Produzida por L. Gualtier, a partir do relato do padre Claude D’Abbeville, a imagem foi publicada em 1614 no livro “Histoire de la Mission des Peres Capucins em l’isle de Maragnom etc”, do citado padre. Este livro foi durante muitos séculos a principal referência dos historiadores acerca dos acontecimentos ocorridos em 1612 no Maranhão. No entanto, pesquisas atuais como a da profa. Lacroix (2008) e dos pesquisadores Mariz e Provençal (2008) têm apontado dúvidas acerca do relato registrado no livro. É importante lembrar que quando da época do tricentenário esta versão do padre era plenamente aceita pelos historiadores e pela população em geral.

Conforme Burke (2004a, p.106), para compreender as imagens é necessário recolocá-las “nos contextos originais para que não se faça uma interpretação errônea de sua mensagem”, posto que “para interpretar a mensagem, é necessário familiarizar-se com os códigos culturais” (p.46), pois “as modificações no longo prazo das convenções de representação parecem ser significativas” (p.144) para a compreensão do sentido das imagens em determinada sociedade.

É importante lembrar que as gravuras, em especial as religiosas, tinham a função de comunicar, doutrinar e de persuadir, pois a maioria da população ainda era analfabeta. A

⁹ Ver página 48.

¹⁰ Ver: JCB Archive of Early American Images. Disponível em: <http://www.lunacommons.org/>.

difusão desta mensagem propagandística alcançou, a partir do século XIV, um público mais amplo na Europa com o surgimento de técnicas de reprodução de imagens como a xilogravura e a partir do século XVIII, com a litografia. Considerando que a imagem da implantação da cruz em São Luis, durante a primeira missa, foi impressa no ano de 1614, imagina-se que a técnica utilizada tenha sido a da xilogravura. Já na reimpressão para o álbum é provável que tenha sido a litografia, porque a Tipogravura Teixeira era, em 1912, uma das maiores casas impressoras do Maranhão (REVISTA TIPOGRÁFICA, 30.11.1907).

A referência às convenções de produção explica por que os organizadores do álbum recorreram a uma gravura para referir-se aos fatos decorridos em 1612, pois não havia ainda a técnica fotográfica, assim sendo, a imagem da implantação da cruz durante a primeira missa no Maranhão destoa das demais imagens publicadas no álbum, que são fotografias.

Não sabemos exatamente se o artista que fez a gravura participava de alguma escola ou movimento artístico. Geralmente estes artistas não eram iniciados em academias, como eram chamadas as escolas de pintura (BURKE, 2004a). No entanto, desde o século XV, a perspectiva linear como uma regra de representação visual já havia sido implantada e por volta de 1614 já era senso comum utilizá-las nas imagens pictóricas (WERTHEIM, 2001, p. 57-89). Esta regra propunha, dentre outros cânones, que os elementos centrais do discurso imagético deveriam estar localizados no centro da imagem e à direita e à esquerda os elementos secundários, porque “seu rigoroso método geométrico de construção imitava diretamente o campo *visual* humano” (WERTHEIM, 2001, p. 80, grifo da autora), ou seja, em decorrência do método, o efeito de sentido produzido era de fazer crer que espectador estivesse no local dos acontecimentos, como se visse por si mesmo e não pela mediação do pintor ou desenhista.

Ora, isto causa um impacto visual e imaginário cujo efeito de sentido é tornar o espectador uma testemunha dos acontecimentos, pois procuram “transmitir a *ordem visual* vista pelo olho” (WERTHEIM, 2001, p. 65, grifo da autora). Este efeito coaduna com as exigências de justificação e de legitimação da comemoração do 3º centenário, pois a imagem da implantação da cruz remete diretamente ao rito mais importante de fundação da cidade que foi a primeira missa seguida da implantação da cruz.

Por outro lado, temos também no álbum outro tipo de representação visual que é a fotografia¹¹. Seguindo as mesmas recomendações de Burke, sobre a questão do uso e interpretação de imagens visuais, faz-se necessário apontar algumas questões acerca das

¹¹ Todas as imagens fotográficas publicadas no álbum são de autoria de Abdon Coelho.

condições de produção do discurso fotográfico no início do século XX, período em que esta análise se insere. Estas questões têm a ver com a mentalidade científica da época do surgimento da fotografia e da relação desta mentalidade com as questões especificamente técnicas do discurso fotográfico. O objetivo é demonstrar o modo como os organizadores do álbum irão apropriar-se do status e da legitimidade do discurso fotográfico para dar credibilidade a seus próprios discursos.

Desde sua aparição em janeiro de 1839, na Academia de Ciências da França (AMAR, 2001, p. 20), até meados do século XX, a fotografia estava impregnada por uma aura de verdade, de testemunho do real, segundo a qual a técnica fotográfica seria capaz de reproduzir o real tal como ele é.

[...] a fotografia tem sido aceita e utilizada como prova definitiva, ‘testemunho de verdade’ do fato ou dos fatos. Graças a sua natureza físicoquímica – e hoje eletrônica – de registrar aspectos (selecionados) do real, tal como estes fatos se parecem, a fotografia ganhou elevado *status* de credibilidade. (KOSSOY, 2002, p. 19)

Este *status* está diretamente relacionado ao modo de produção fotográfica, pois se acreditava que devido à intervenção entre o real e o fotógrafo de uma máquina, as imagens assim produzidas eram isentas da subjetividade do seu produtor. Estava implicada nesta crença uma expectativa de objetividade, de neutralidade e de imparcialidade que permeava o imaginário social da época. Como já vimos com a gravura, o ideal de conceber uma forma de representação ou um método – como foi o da perspectiva linear – que garantisse a veracidade das imagens já vinha sendo buscado desde muitos séculos.

Invenções neste sentido já vinham sendo testadas desde o século XIV com o surgimento das máquinas de desenhar, como narra Pierre-Jean, em sua História da fotografia (2001, p. 13 a 42), ao fazer um percurso sobre a história das técnicas de produção de imagens desde antes da invenção da fotografia até os seus desenvolvimentos no início do século XX. Dentre estes inventos estão as precursoras da câmara fotográfica que foram a câmara obscura, em 1655, e a câmara clara surgida em 1804¹². O que estava em jogo era uma aceleração de um processo de racionalização do olhar que começara bem antes. Esse processo de

¹² A câmara obscura era “um compartimento escuro, no qual uma parede contém um furo para que a imagem se forme na parede oposta” (AMAR, 2001, p. 14). Este invento foi muito utilizado pelos pintores renascentista para reproduzirem os contornos das paisagens e das fisionomias. Depois deste processo o quadro era complementado com outros traços e cores. Leonardo da Vinci foi um dos grandes adeptos desta técnica. Roger Bacon já havia descrito seu processo no século XIII. A câmara clara, ao contrário da escura, era utilizada ao ar livre pelos pintores e consistia em uma prancheta sobre um tripé com uma espécie de visor onde o artista colocava o olho para observar o objeto e reproduzir seus contornos no papel fixado na prancha.

racionalização responde primeiro ao desejo, e mais adiante com a popularização das imagens técnicas, a uma expectativa de objetividade.

Em seu famoso artigo “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, Benjamin (1996) argumenta que a construção desta aura na fotografia, diferentemente da obra de arte, deve-se ao modo de produção da imagem fotográfica, pois esta faz uso de uma técnica de natureza reprodutível. É a reprodutibilidade que possibilita à fotografia alcançar esse lugar valorativo de reprodução do real, justamente em função de sua performance.

Sabemos hoje, com os estudos de diversos pesquisadores como Barthes (1998), Dubois (1999) Aumont (1993) e Kossoy (2001; 2002), dentre outros, que a fotografia não é uma representação fiel do real, pois o homem, que fora naquela interpretação, aliado do processo de produção da imagem, participa de forma objetiva e subjetiva da construção imagética, de modo que na atualidade compreendemos que a aura da fotografia está em um efeito de verossimilhança entre o objeto e sua representação.

Mas é importante lembrar que, quando da comemoração do tricentenário, o imaginário social ainda estava impregnado pela aura do efeito de real fotográfico. Neste sentido, ao analisar as imagens fotográficas levarei em consideração estas condições de produção acerca da fotografia no início do século XX. Consoante com a concepção de que a linguagem não é transparente, este efeito de real construído pelo imaginário social do início do século XX será pensado nesta pesquisa como sendo um efeito de sentido, ou seja, não como *o* sentido, mas *um efeito* social e historicamente construído.

Neste sentido, argumento que o uso das imagens fotográficas no álbum do 3º centenário faz parte das estratégias de legitimação do evento e do discurso do próprio álbum, pois está diretamente relacionada aos objetivos dos produtores do álbum de deixarem um registro para a posteridade. Esta apropriação do uso de imagens em festas de centenário não é nova, conforme argumenta Hobsbawn (2008) ao tratar das tradições inventadas. Ele nos lembra que remontam aos tempos mais imemoriais e fazem parte das estratégias de legitimação política dos governos na modernidade.

3.2 Um Maranhão grandioso - “Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brasil!”

Na construção da imagem de um “Maranhão grandioso” e do maranhense como herdeiro desta memória, os organizadores do evento trabalharam com estratégias de produção de lugares de memória e de enquadramento da memória histórica da cidade com o objetivo de legitimar não apenas a comemoração, mas também o Governo de Luis Domingues. Como vimos no primeiro capítulo, a cidade de São Luis vivia, naqueles tempos, uma grave crise econômica e política. Para responder a este desafio de sobrevivência política e social, porque tal crise afetava todas as esferas da sociedade ludovicense, o governo do Estado apropriou-se do uso da realização de cerimônias públicas tomando como marco historiográfico a chegada de Daniel de La Touche e aos três anos de colonização francesa da cidade no período de 1612 a 1615.

Faz-se necessário estabelecer um território interpretativo que possibilite ao leitor compreender os procedimentos e as interpretações produzidas mediante a explicitação das condições de produção (CPs) das narrativas acerca da formação sócio-histórica do Maranhão e da cidade de São Luis. Para fazê-lo aproprio-me dos campos discursivos jornalístico, político e científico buscando formular uma interpretação para esta imagem do maranhense. Faz-se necessário, então, retomar o período anterior à fundação da cidade de São Luis considerando que estes acontecimentos são decisivos para a implantação da colônia francesa no Maranhão.

3.2.1- As condições de produção da fundação da cidade de São Luis

Desde 1540, a Coroa francesa vinha questionando a divisão territorial do novo mundo, imposto pelo Tratado de Tordesilhas, e a legitimidade das cerimônias de posse destes territórios:

A contestação francesa ao Tratado de Tordesilhas teve no monarca Francisco I o mais veemente representante. Em 1540 chegou a dizer ‘o sol brilhava tanto para ele como para os outros’ e que ‘gostaria de ver o testamento de Adão para saber de que forma este dividira o mundo...’. Declarou também que só a ocupação criava o direito, que descobrir um país, isto é, vê-lo ou atravessá-lo, não constituía um ato de posse e que considerava como domínio estrangeiro unicamente ‘os lugares habitados e defendidos’. São essas as bases da colonização moderna” (MOUSNIER apud VICENTINO, 1997, P. 183).

Baseados nestes argumentos, os franceses estiveram diversas vezes em território brasileiro sob o domínio de Portugal, quer seja como piratas, quer em missão de reconhecimento de território a mando de Francisco I ou dos governantes que o sucederam, como fizeram Henrique II, Catarina de Mèdicis e Luis XIII (MARIZ, 2007, p. 53). Destas tentativas apenas duas tiveram relativo êxito: a primeira ocorreu em 12 de julho de 1555, quando os franceses invadiram o Rio de Janeiro iniciando o projeto da França Antártica no Brasil. Após um período de colonização, as tropas portuguesas conseguiram expulsar os franceses do Rio de Janeiro. Mas o projeto de colonizar as terras sob domínio português não foi esquecido e em 1612 iniciava-se a implantação da França Equinocial no Maranhão.

De acordo com Meireles (2008), em 1594 o francês Jacques Riffault esteve na ilha de Upaon-Açu (primeira denominação da cidade de São Luís) juntamente com Charles des Vaux, onde, com o apoio dos tupinambás, nação indígena dominante na região, estabeleceram uma feitoria. Entusiasmados com o projeto, retornaram à França, objetivando convencer o Rei Henrique IV a autorizar e financiar a instalação de uma colônia no Brasil.

Henrique IV interessou-se pessoalmente pela aventura, mas ainda tinha dúvidas e por isso decidiu se assegurar melhor, antes de fazer vultosos investimentos, baseando-se em relatório avalizado por pessoa graduada e experimentada. O escolhido para dar este depoimento foi Daniel de la Touche, que conhecia bem a região amazônica. (MARIZ, 2007, p.55)

Em julho de 1605 Daniel de La Touche, senhor de la Ravardière recebeu do rei Henrique IV uma carta patente nomeando-o “Lieu-tenant-général du Roy es contrées de l’Amérique, depuis la rivièrre de l’Amazone jusque à l’Isle de Trinité” (MARIZ, 2007 p. 55). É importante lembrar que Henrique IV, mesmo tendo se convertido ao catolicismo, continuava simpatizante dos protestantes e, neste caso, a questão religiosa foi um ponto importante para a decisão do rei em favor de Daniel de la Touche e Jacques Riffault, pois ambos eram protestantes. A caravana de La Touche realizou então uma viagem de reconhecimento do território e em seguida retornou à França para organizar os preparativos de implantação da França Equinocial no Maranhão.

Neste ínterim Henrique IV havia sido assassinado (14 de maio de 1610), estando no poder a Rainha Maria de Mèdicis que era católica.

A conjuntura política mudara completamente com a ascensão ao trono do menino Luis XIII, sob a tutela da rainha regente Maria de Mèdicis, católica fervorosa que não via com bons olhos os dois líderes protestantes da expedição. [...] Por isso, ela limitou-se a confirmar a carta-patente de julho de 1605,

outorgada por Henrique IV, mas não concedeu aos dois protestantes nenhum apoio financeiro. (MARIZ, 2007, 56)

Sem o apoio da rainha regente, La Touche e Riffault buscaram e conseguiram o financiamento da burguesia francesa que esperava lucrar com as supostas riquezas cantadas pelos viajantes e poetas da época. Com os recursos, Daniel de la Touche organizou uma expedição composta por 500 homens e três navios (MEIRELES, 2008, p.40). A comitiva chegou ao Maranhão em 26 de julho de 1612 onde “três dias depois desceram à terra em procissão e, entoando cânticos religiosos, plantaram a cruz e batizaram a ilha de Sain´Anne” (Id, p.41). Depois seguiram para Upaon-Açu onde rezaram, a 12 de agosto daquele ano, a primeira missa na Ilha.

Em seguida, Daniel de la Touche providenciou a organização de uma povoação e construiu um forte e “cuidaram os franceses de, iniciando a catequese do silvícola, consolidar sua amizade” (Ibid, p. 45). Visitaram as aldeias e conversaram com os indígenas, buscando o apoio contra os portugueses e, ao mesmo tempo, fazendo o reconhecimento do território. Desenvolveram a agricultura com “plantações de tabaco, algodão e canafistula, chegando a mandar para a Europa bastante pimenta, âmbar, tatijuba (pau-amarelo), urucu e carajuru” (Op. cit., p. 47), dentre outros produtos.

Em 08 de setembro de 1612 a cidade de São Luis foi oficialmente fundada e para completar os ritos de cerimônia de posse da terra no dia 01 de novembro do mesmo ano foram colocadas, junto à cruz, as armas da França.

Neste ponto é importante destacar que o presente trabalho não está pondo em questão a autoria da fundação da cidade, ou seja, se esta se deve aos franceses ou aos portugueses. Sobre isso já há um debate específico entre historiadores maranhenses, portugueses e franceses (LACROIX, 2008; MEIRELES, 2008; MARIZ, 2007). Isto tem a ver com o fato de que tanto à AD como à memória social interessam os efeitos de sentido que os discursos pronunciados durante a festividade de comemoração do centenário produziram, assim como os processos memorialísticos nos quais estes discursos estavam inseridos e não a busca histórica das origens ou a originalidade destes discursos. Portanto, não estou negando ou afirmando a fundação da cidade pelos franceses, mas buscando compreender como a narrativa deste fato histórico foi apropriada como um argumento de legitimação pelos organizadores do evento e que efeitos de sentido produziram naquela configuração sócio-histórica.

Tomando a narrativa histórica acerca da fundação da cidade de São Luis pelos franceses como um território interpretativo mais amplo, retomo a análise do funcionamento discursivo dos efeitos de sentido que constituem a imagem de um “Maranhão grandioso”.

3.2.2 Valoração positiva versus negativa

Procedendo pela noção de recorte, seleciono dos textos e imagens do álbum, as sequências discursivas (SDs) que seguem:

SD1 – *A formosa cidade de São Luiz, Capital do Estado do Maranhão, foi fundada no anno de 1612, pelos francezes, ao mando de Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, e Francisco de Rasily, loco-tenentes da rainha regente Maria de Medices, mãe do rei Luiz XIII, de quem recebeu o nome. (ALBUM ..., 1913, p. 4, grifo nosso)*¹³

SD2 – Trezentos annos são passados que *a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos.*

Eram poucos os que vieram; porém, arrostaram todos os perigos da travessia quasi desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, só habitada por selvagens, *tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua patria e da civilisação.*

Mas era um povo forte, *acostumado a andar na vanguarda de todos os grandes idéaes da humanidade*” (ALBUM...,1913, p. 05, grifo nosso)¹⁴

SD3 – *As bandas de musica tocaram o Hymno Nacional, a Marselhesa e o Hymno Maranhense. (ALBUM...,1913, p. 05, grifo nosso)*¹⁵

SD4 – Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade que os Maranhenses, pelo nosso orgulho, e a Patria, pela sua honra, temos hoje como a Capital de um dos Estados Unidos do Brazil. [...] *E não só a fundação da Cidade, aos Francezes lhes devemos sinão ainda a humanidade e a lealdade de seu convivio com os indígenas; o empenho persistente no cultivo do solo; a fidalguia do trato com os Portuguezes, ainda no revéz das armas; e pelo tempo adiante a formação do nosso espirito ao molde do seu, no sentimento do Patriotismo e do Direito. [...] tres seculos depois affirmamos á França, sempiterno gloriosa, que somos um povo enobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, pelas sciencias e pelas artes e que, vaidosos embora da descendencia dos Portuguezes, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos Francezes. [...] Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brazil! Viva a Republica na França e no Brazil!* (ALBUM ..., 1913, p. 07, grifo nosso)¹⁶

¹³ Discurso de abertura do álbum.

¹⁴ Discurso do sr. Domingos Perdígão, na cerimônia de abertura do tricentenário.

¹⁵ Diário Oficial do Estado do Maranhão, do dia 09 de setembro de 1912, transcrito no álbum.

¹⁶ Discurso sr. Luiz Domingues, na cerimônia de abertura do tricentenário.

SD5 – Patriotismo muito *embora de povo estranho, nem por isso menos bemdito* por quem d'elle houve, com a fundação da Cidade, a gloria do fundador; e nem siquer, por nenhuma maneira, *extranhavel ante o abandono da terra que mais de seculo Portugal descobrira.*

E' que o *glorioso Reino*, de quem temos *justissima vaidade da descendencia*, – fosse a principio pelo dominio de Castella, fosse pela preocupação da falsa superioridade do Oriente, fosse – o que mais creio, – pela nossa *sorte de ter o Maranhão menos cuidado dos seus* que cobiçado *dos extranhos* por larguissimo tempo nos deixára a terra exposta á conquista do *extrangeiro sagaz*. (ALBUM..., 1913, p. 07, grifo nosso)¹⁷

SD6 – *Dotado de um solo fertilissimo, o Maranhão poderia ser um dos primeiros Estados da União Brasileira pelo valor da sua agricultura; grandes obstáculos lhe antolham os passos do caminho do progresso e são: a falta de braços para o serviço da lavoura, a falta de capital e a falta de viação.* (ALBUM..., 1913, p. 19, grifo nosso)¹⁸

SD7 – *Se as instituições , creadas aqui pelo Ministério da Agricultura, chegarem a produzir os seus benéficos efeitos [...] então o Maranhão resurgirá como que brotando do seu proprio solo, forte, florescente, rico e feliz.* (ALBUM..., 1913, p. 19, grifo nosso)¹⁹

Relacionadas à formação discursiva de um “Maranhão grandioso”, estas sequências discursivas remetem à estratégia de legitimação da festa do centenário pelo uso da memória histórica acerca da fundação da cidade de São Luis pelos Franceses em 1612. Esta estratégia funcionou pela construção de uma distinção entre os maranhenses, os franceses, os portugueses e os brasileiros: “*vaidosos embora da descendencia dos Portugueses, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos Francezes*” (SD4). O uso do termo *embora* demarca um modo de valoração para os portugueses e outro distinto para com os franceses, sendo esta última tratada como *gloriosa e fidalga no trato* (SD4), e de cuja herança os maranhenses sentem-se honrados. Esta distinção é produzida por um processo de comparação entre as imagens do maranhense, do francês e do português, bem como entre São Luis, França e Brasil e o modo de colonização portuguesa e francesa.

Este processo comparativo produz um jogo valorativo que se alterna entre uma imagem positiva e uma negativa destes pares, não havendo a fixação de uma ou outra imagem, pois o jogo alterna constantemente a posição de cada uma. Assim, os ludovincenses são *um povo enobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas lettras, pelas sciencias e pelas artes que sabem guardar com glória* (SD4) este fato memorável de sua história, portanto, aparece com um valor positivo. E esta valoração positiva se constrói na mesma medida que os franceses, dos quais se consideram legítimos descendentes, são apresentados como

¹⁷ Id.

¹⁸ Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho, produzido pelo seu presidente o sr. Domingos Perdigão.

¹⁹ Id.

possuidores de qualidades positivas como o patriotismo, a fidalguia e os costumes civilizados. Ao enaltecer o outro – no caso a França – enaltecem a si mesmos, posto que acreditam terem herdado dos franceses suas características culturais e intelectuais. Até mesmo quando os defeitos dos franceses são citados, o são para justificar os acontecimentos relativos à fundação, como na SD5 onde o Francês é apresentado como um *povo extranho, estrangeiro sagaz* (SD5). Estas características negativas são relativizadas mais adiante pela locução “*nem por isso menos bemdito*” (SD5) que se refere à ação positiva dos franceses de socorrer o Maranhão do abandono de Portugal.

No contraponto, os adjetivos positivos com os quais Portugal é apresentado transformam-se em efeitos de sentidos negativos na construção discursiva dos oradores do centenário. Assim, o *glorioso reino* de que têm *justissima vaidade da descendencia* (SD5). É o mesmo que os deixou entregues por mais de um século ao ataque de estranhos. Neste processo de comparação e de produção de distinção, quando se trata do francês o que é negativo é relativizado por uma valoração positiva. O contrário dá-se em relação ao português nos discursos da comemoração pelo viés desta mesma construção argumentativa.

Para demarcar, mais efetivamente, a distinção entre o modo de colonizar do Francês e do português, os oradores do 3º centenário apresentam o primeiro como *fidalgo* com os segundos, *ainda no revéz das armas* (SD4). Nesta SD, o orador está retomando a memória histórica acerca da expulsão dos Franceses do território português. Sob o comando de Jerônimo de Albuquerque, as tropas portuguesas invadiram o Maranhão em 10 de outubro de 1613 iniciando a Batalha de Guaxenduba.

Entre vitórias e derrotas de ambos os lados, em 03 de novembro de 1615, o capitão-de-mar-e-guerra Henrique Afonso tomou o forte de São Luis, último foco de resistência francesa. Ao referir-se à fidalguia, o orador está rememorando os episódios em que os franceses, mesmo no meio da Batalha de Guaxenduba, receberam os capitães portugueses com cortesia e honras, tendo La Ravardière enviado seu cirurgião pessoal para tratar dos doentes no forte inimigo, em função do grande número de feridos e a falta de médicos (MEIRELES, 2008, p. 49-61).

Por esta mesma forma de argumentação, ou seja, de virar o sentido pelo avesso é que o Maranhão é apresentado como o único estado da federação que teve a *sorte* de ser *menos cuidado dos seus* (SD5), ou seja, o que é negativo torna-se positivo, daí a sorte de ter sido o Maranhão abandonado pelos portugueses. Nestes discursos é a fundação francesa e sua colonização que *salva* os maranhenses do processo colonizador do português. Se a colonização portuguesa é marcada pelo desinteresse quanto ao destino da cidade de São Luis, o contrário se dá com a colonização francesa, que é glorificada por ter lhes *XX humanidade*,

lealdade, empenho persistente, fidalgia (SD4) e, estendendo-se para o futuro, a *formação do espírito* (SD4) patriótico, cívico e intelectual do maranhense, porque os franceses eram “*um povo forte, acostumado a andar na vanguarda de todos os grandes idéias da humanidade*” (SD2).

Herdeira desta história e deste futuro, a cidade de São Luis aparece como *formosa* (SD1 e 2), cujo solo é fértil, não apenas para os produtos da terra, mas principalmente, para as coisas do espírito, como as artes, as ciências e a civilidade. A França, como um farol que iluminaria seu caminho adiante na história gloriosa, é adjetivada como *sempiterno gloriosa* (SD4) e, em sua homenagem, os ritos de comemoração inseriram, no programa do 3º centenário, o hasteamento da bandeira da França no pavilhão de entrada da exposição e no salão nobre do Palácio do governo, bem como a execução do hino francês, a Marselhesa, na abertura e no encerramento do evento (SD3).

No discurso de abertura, o governador conclama os presentes a participarem exclamando “Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brasil!” (SD4). Observe-se que o Brasil aparece nesta ordem em último lugar, pois como não podem apagar a memória da colonização portuguesa no Maranhão, os oradores ao referirem-se ao Brasil o põem em uma posição desfavorável, em função da ordem em que se dá a nomeação, em relação ao Maranhão e à França.

Para compor estas SDs, trago a imagem da implantação da cruz na durante a primeira missa no Maranhão em 1612:



Imagem 3 - Implantação da cruz durante a primeira missa em 1612 no Maranhão

Conforme venho argumentando, os organizadores do tricentenário realizaram um trabalho de produção de lugares de memória (NORA, 1993). Estes lugares foram apropriados no discurso do álbum por um trabalho de enquadramento das referências sócio-históricas e culturais do maranhense. Nesta configuração, a imagem da implantação da cruz durante a primeira missa em São Luis é um lugar de memória, conforme a formulação de Nora (1993), pois responde às três exigências para que um objeto qualquer venha a ser um lugar de memória. A primeira delas é que seja um objeto material que remonte à memória de um acontecimento, personagem, lugar, etc.

A segunda exigência é que o objeto seja investido de uma vontade de memória pelos sujeitos que a rememoram para que este objeto passe por uma metamorfose que, simbolicamente, o transforme em lugar de memória, correspondendo, assim, à terceira exigência. A imagem da implantação da cruz vai funcionar, então, como argumento de legitimação visual dos discursos verbais acerca dos ritos de fundação da cidade de São Luis, assentando sua credibilidade no argumento de que a mesma é uma produção decorrente de um relato-testemunho histórico que o padre Claude D'Abbeville dera dos fatos que presenciara em São Luis, quando de sua fundação.

Na Imagem 3 destaco, para análise, as seguintes marcas visuais: a cruz, a inscrição, as caravelas, a natureza representada pelas três árvores, as choupanas indígenas, as armas do colonizador, as vestimentas, a posição e a ordem das personagens.

No entanto, é necessário observar que não há referências visuais na imagem que indiquem o lugar e o tempo em que aqueles acontecimentos estão ocorrendo, porque na representação o tempo da imagem é o tempo presente, o aqui e o agora da implantação da cruz. Não havendo, portanto, nenhuma marca discursiva que demarque esta ou aquela temporalidade. Poderia ser uma imagem de qualquer lugar e em qualquer época. O que a legitima como verdadeira em relação à fundação francesa no Maranhão é o testemunho, de cunho histórico, que o padre Claude D'Abbeville fizera ao artista e a sua reprodução, e conseqüente difusão, em livro do citado religioso. São estas as garantias históricas de que tal imagem refere-se ao citados atos fundacionais e não a outros.

Do mesmo modo, é importante observar que apesar das marcas visuais remeterem a processos de colonização, não é possível apenas por estas referências visuais dizer se as personagens representadas são francesas ou de outras nacionalidades, considerando que a indumentária, assim como o tipo de arma que utilizam, por serem muito comuns em vários países da Europa naquele tempo, conforme podemos encontrar registros em quadros (BURKE, 2004a), o que nos faz retomar o argumento de que a credibilidade desta imagem está no testemunho histórico do citado padre.

No centro da imagem temos uma cruz que identificamos como sendo a de Cristo pela inscrição em latim INRI na parte superior do objeto, que quer dizer "Jesus de Nazaré Rei dos Judeus". Símbolo maior da cristandade, representa, ao mesmo tempo, a religião e a política, tendo em vista que em 1612 – ou 1614 quando a imagem foi produzida – o Estado Francês ainda não era laico, ou seja, não havia separação entre estes campos sociais, de modo que tanto a religião como a política serviam ao Estado sob as mesmas armas, a espada e a cruz.

Lembremos que a religião é também nos processos de colonização e dominação do ocidente e oriente um símbolo da civilização frente à suposta barbárie dos povos gentios. Sob sua sombra justificaram-se as mais diversas intervenções políticas.

A cruz funciona na imagem como ligação entre o céu e a terra, entre o divino e o terreno, justificando por esta relação, as intervenções políticas dos reis absolutistas europeus em nome de Deus. A luz que irradia da parte superior da cruz representa tanto o lugar do divino, como a luz que a França representaria para os demais povos, inclusive os que se consideravam civilizados, afinal não é à toa que a Capital francesa é chamada de Cidade Luz.

Esta interpretação de que a cruz é o elo entre o terreno e o divino é demarcada pelo uso do iconotexto, que são estas faixas de textos justapostas nas imagens, buscando esclarecer o seu sentido (BURKE, 2004b, p. 53). A faixa contém a seguinte inscrição em latim “Ecce levabo ad gentes manum meam et ad populos exaltabo signum meum Isaías, 49”. A tradução das Edições Paulinas (1983, p. 861) é a seguinte: “Eis que levantarei para as nações a minha mão, e arvorarei entre os povos o meu estandarte”.

O que vemos é o uso de um discurso bíblico para legitimar o dizer. No entanto, ao ser apropriado e posto nesta imagem é ressignificado em função do processo colonizador da França. Observe-se que o iconotexto ocupa toda a parte superior da imagem no lugar destinado às referências do céu, no lugar onde estaria a cabeça de Cristo. Esta posição faz crer que o texto foi dito por uma ordem divina. Pela voz do profeta, o Rei, mais especificamente, a Rainha Maria de Médicis, profetiza o destino da França de ser um farol para as nações e afirma seu desejo de ampliação do poder Francês em relação a outros países colonizadores. No caso específico da França Equinocial, o objetivo era atingir as possessões portuguesas na América.

Como já indiquei, as gravuras, em especial as religiosas, também tinham uma função propagandística. Possivelmente a imagem da implantação da cruz em território português, ao ser divulgada na Europa, no livro do padre D’Abbeville, responde justamente ao objetivo de divulgar a idéia de que a França estava cumprindo seu destino de catequisar e civilizar os povos gentios, e ao mesmo tempo, era uma declaração de que a mesma não legitimava a divisão do novo mundo entre Portugal e Espanha, produzindo um efeito de sentido de força política, religiosa e militar no contexto europeu das disputas territoriais. Este desejo de expansão assentado no discurso religioso é expresso claramente nas recomendações da rainha regente à Daniel de la Touche por ocasião de sua partida para o Brasil, trecho que reproduzo abaixo a partir do texto de Mariz (2007, p. 60):

Senhor de la Ravardiere:

Tenho feito compreender ao senhor Razilly, quando ele se despediu de mim para iniciar sua viagem às Índias, que minha intenção é que nos lugares daquele país, que vós e eles possam conquistar para lá instalar uma colônia de franceses e lá plantar a fé de Nosso Senhor, *vós não adoteis outra religião que a católica apostólica romana*. [...] me será bem agradável que vós dois se dêem as mãos para que *somente esta religião seja estabelecida no país das Índias, nem permitam que outra profissão de fé, nem de ensino dela* [...] Eu vos asseguro também que me será muito agradável que minha vontade seja seguida [...] Em Fontainebleau, este 12 de outubro de 1611. (a) Maria de Médicis. (grifos da autora)

Neste trecho da carta o elo entre religião e política é explícito, bem como a mentalidade dos governantes sobre o processo de colonização de outras terras. Estes discursos constituem não apenas a FD religiosa, mas também a FD política que sustentava os discursos acerca da legitimidade dos povos europeus colonizarem outras regiões do mundo. De modo que o estandarte simboliza o poder da França sobre as suas colônias e demarca a sua posição contrária ao Tratado de Tordesilhas.

De fato, ao tomarem posse de um novo território, um dos primeiros atos era plantar o estandarte do país no local mais alto da região em que se instalassem. No relato do historiador maranhense Meireles (2008), este ato é descrito como um rito de grande pompa realizado pelas mais altas autoridades francesas instaladas na cidade de São Luis em 1612, contando com a presença de todas as tribos indígenas que habitavam a região. Assim sendo, a imagem de uma França poderosa, sob cuja bandeira e estandarte todos os povos estaria construindo sua descendência, é retomada nos discursos da comemoração, mais especificamente nas SDs 2 e 4, que tratam da importância deste país para o futuro do Maranhão. Retomo, para efeito de leitura, trechos das referidas SDs que se referem diretamente a este papel colonizador da França no Maranhão:

SD2 – Trezentos annos são passados que *a gloriosa França fundou esta formosa cidade*, em que habitamos. [...] *tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua patria e da civilização*. (ALBUM...,1913, p.05, grifo nosso)²⁰

SD4 – Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade que os Maranhenses, pelo nosso orgulho, e a Patria, pela sua honra, temos hoje como a Capital de um dos Estados Unidos do Brazil. [...] *E não só a fundação da Cidade, aos Francezes lhes devemos sinão ainda a humanidade e a lealdade de seu convivio com os indígenas; o empenho persistente no cultivo do solo; a fidalguia do trato com os Portuguezes, ainda no revéz das armas; e pelo tempo adiante a formação*

²⁰ Discurso do sr. Domingos Perdigão.

do nosso espirito ao molde do seu, no sentimento do Patriotismo e do Direito. [...] tres seculos depois affirmamos á França, sempiterno gloriosa, que somos um povo enobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, pelas sciencias e pelas artes e que, vaidosos embora da descendencia dos Portuguezes, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos Francezes. [...] (ALBUM..., 1913, p. 07, grifo nosso)²¹

Dando continuidade à análise das marcas visuais que compõem a imagem da implantação da cruz, trato, neste ponto, da questão das personagens. Temos, no primeiro plano, o colonizador representado na imagem pelos comandantes, padres e demais membros da tripulação e, no segundo plano, os naturais da terra, que são os índios. Como vimos, a teoria da perspectiva linear dava especial importância à organização e à divisão espacial na representação visual, de modo que estes lugares demarcavam determinados sentidos. O colonizador, embora em menor número, ocupa mais de um terço da imagem, enquanto os índios, não obstante serem mais numerosos, estão ocupando menos de um terço do espaço representacional da imagem.

Esta divisão do espaço visual segundo a teoria da perspectiva linear, indicaria para o receptor o status social de cada uma destas personagens, em função da sua localização na imagem. Considerando a mentalidade colonizadora da época, não lhes era estranho, ou questionável, que na imagem poucos colonizadores dominassem muitos índios.

Ainda sobre os colonizadores, podemos observar que há três grupos distintos, considerando a vestimenta, o uso de armas, a posição e o tipo de trabalho que realizam, o que permitiu sua identificação como comandantes, comandados e padres. Comparando estas marcas visuais citadas foi possível estabelecer a diferença entre o tipo de vestimenta dos comandantes, mais formal, em oposição à dos comandados que são mais simples. Enquanto os primeiros portam armas, os comandados estão desarmados. Outra diferença entre estes é que enquanto os comandados trabalham, os comandantes rezam.

Por outro lado, os índios – homens, mulheres e crianças – estão nus ou seminus. A representação do índio nu ou seminu vai ao encontro de duas questões. A primeira remete-se ao imaginário do outro (europeu) que havia, a partir de relatos dos viajantes, construído uma imagem mental dos indígenas como um povo selvagem que vivia nu, e a segunda, diretamente relacionada à primeira, é a de que esta nudez se explica pela sua condição de bárbaros, de não civilizados. Neste contexto, o europeu se afirma salvador dos povos, conforme vimos na carta da rainha da França a la Ravardière. Nela se inscreve a mentalidade colonizadora da época,

²¹ Discurso do sr. Luiz Domingues.

onde religião, política e colonização caminhavam juntas. Para dar mais ênfase à posição do índio como àquele que deve ser educado, treinado, domesticado, este aparece na imagem imitando a posição dos estrangeiros, ajoelhados em torno da cruz, o que remete à idéia de ordem e aceitação pacífica daqueles rituais.

Quanto aos padres, estes podem ser identificados como sendo capuchinhos. Esta identificação foi possível a partir das marcas visuais do corte de cabelo, das vestimentas e do uso de alpercatas que compõem os trajes típicos daquela congregação. Sabe-se que a França estava envolvida numa guerra secular com o clero e que Henrique IV, patrono da expedição e o próprio Daniel de La Touche eram protestantes, de modo que a presença destes padres causa, num primeiro olhar, um estranhamento ao analista. Mas este estranhamento se desfaz quando se põe, em relação de composição, estas marcas visuais com as condições de produção em que se deu a organização da viagem de Daniel de la Touche para fundar a França Equinocial. Conforme já foi dito, após a morte de Henrique IV, assumira a regência da França Maria de Médicis, que era católica. A mesma exigiu que os padres capuchinhos participassem da comitiva de La Touche com o objetivo de catequizar os indígenas e levarem a cruz de Cristo ao novo mundo (MARIZ, 2007).

Retomando novamente a carta acima transcrita, vemos que a rainha faz questão de rememorar a Daniel de la Touche sua delicada condição religiosa com a seguinte advertência: “*vós não adoteis outra religião que a católica apostólica romana*”. E continuando com as advertências, mas agora em tom mais sutil, conforme este trecho:

[...] me será bem agradável que vós dois se dêem as mãos para que *somente esta religião seja estabelecida no país das Índias, nem permitam que outra profissão de fé, nem de ensino dela* [...] Eu vos asseguro também que me será muito agradável que minha vontade seja seguida. (MARIZ, 2007, p. 60):)

E para garantir que suas ordens seriam cumpridas, a rainha enviou os padres capuchinhos, congregação que era de sua predileção e confiança, como responsável pelos ritos religiosos.

Afirma Nicolas Fornerod que “a concepção da França Equinocial foi sobretudo obra de protestantes” e que La Ravardière foi constringido a aceitar a colaboração da missão de capuchinhos imposta pela rainha. Aborreceu-se ainda mais com a carta de despedida de Maria de Médicis, exigindo que só a religião católica fosse ensinada aos indígenas e que todos os protestantes deveriam regressar à França discretamente. No entanto, La Ravardière cumpria à risca as instruções da rainha-mãe, pois não encontramos referências em contrário. No entanto, ele escreveu a seu amigo Duplessis-Mornay, já em São Luís, a 12 de novembro de 1612, dizendo que não queria levar os frades para o maranhão, e acrescentou ao amigo: “Mal consigo expressar as aflições e os tormentos de espírito que sofri na hora do embarque”.

Com o decorrer do tempo, os católicos desconfiaram dele devido a sua religião e passaram a discriminá-lo abertamente, tanto que, bem antes do desfecho da França Equinocial, La Ravardière fez declaração em São Luís perante notário de que, tão cedo regressasse da França o outro lugar-tenente do rei, François de Razilly, ele lhe passaria o poder e se retiraria a França. (MARIZ, 2007, p. 60-61)

Por este relato de Mariz vemos que a questão religiosa foi ironicamente a motivação e a derrota da França Equinocial. O que começara baseado em desconfiança acabou com o abandono de La Ravarière em mãos do inimigo português, quando estes últimos atacaram a colônia em 1615 (MEIRELES, 2008).

Dando continuidade à análise das marcas visuais na imagem da implantação da cruz, temos no cenário, o mais importante símbolo da expansão marítima que são as caravelas, representando o domínio e a colonização estrangeira das Américas, sendo esta última representada pelas choupanas dos índios, pela paisagem de montanhas, árvores e os próprios índios. Ainda em relação ao cenário destaco a organização e disposição de todos os elementos da imagem que obedecem aos códigos de representação da perspectiva linear construindo um efeito de sentido de ordem pela simetria com que os elementos visuais estão dispostos no espaço representacional da imagem.

Este efeito de ordem e simetria na imagem vem coadunar com representação discursiva do francês nas SDs 1-5. Na composição entre estas materialidades, o efeito de sentido de união, de solidariedade, representado pelo trabalho conjunto entre índios e estrangeiros para implantar a cruz na terra, vem ratificar a imagem positiva do francês em relação ao português. Neste sentido, penso que, quanto à herança francesa, são aqueles ritos de fundação e colonização que asseguram a relação do ontem com o hoje no discurso do álbum (SD 4 e 5).

Pelo estabelecimento de relações entre o ontem e o hoje, entre o nós e os outros, o discurso do álbum apresenta o maranhense como herdeiro da civilização francesa, porque herdeiro desta memória histórica de fundação da cidade. Em relação aos portugueses, vimos nesta formação discursiva a construção do efeito de sentido de ressentimento quanto ao período da colonização (SDs 5, 6 e 7).

Pela figura do ressentimento em relação ao modo de colonização do português, os organizadores do evento constroem uma crítica contundente ao governo brasileiro, posto que este fosse um herdeiro das práticas impositivas do colonizador. O sentimento de revolta do maranhense contra o governo central não era algo novo, afinal, o Maranhão estivera sob intervenção federal no ano de 1909, o que gerou no meio político maranhense um profundo

sentimento de contrariedade pelo novo governo republicano e fez lembrar outros ressentimentos (MEIRELES, 2008). Neste sentido, é preferível enaltecer o estrangeiro para distinguir-se nesta política nacional e deste modo construir a imagem de um maranhense orgulhoso e vaidoso da memória da fundação.

Os historiadores maranhenses Meireles (2008) e Viveiros (1992) mostram que acontecimentos como a Independência do Brasil, a abolição da escravidão e a implantação da República foram recebidos pelos maranhenses com revolta. Deste será demarcado nas SDs 6 e 7 o efeito devastador que a abolição da escravidão teve na economia maranhense. É a estes fatos que os oradores do centenário recorrem para demonstrar seu descontentamento com o governo brasileiro nestas SDs.

De acordo com Meireles (2008, p. 197-206), a adesão do Maranhão à Independência do Brasil também foi “uma ação de fora para dentro, forçada, haja vista que em nossa província não se haviam ainda oferecido manifestações que nos permitam reconhecer que aqui tenha havido, internamente, clima para uma adesão espontânea e pacífica”, posto que, de acordo com o mesmo houvesse revolta armada contra esta decisão da qual os maranhenses não haviam participado. No mesmo sentido, a memória acerca dos efeitos da abolição da escravidão também é vista de forma negativa, pois teria sido o golpe final na economia maranhense (MEIRELES, 2008; VIVEIROS, 1992) e a proclamação da República como responsável por mais revoltas, mortes, prisões e confusão social.

A liberdade dos escravos e o advento da República, uma desorganizando o trabalho agrícola e outro criando novas obrigações para o Estado, determinaram no Maranhão uma tremenda crise econômica, que se prolongou por um lapso de tempo de cerca de um quarto de século (VIVEIROS, 1992, p. 1)

Retomando o já dito, na construção do efeito de sentido de valorização positiva do maranhense identificando-o com o francês e sua distinção do português, foram utilizados processos de comparação e de adjetivação, bem como de rememoração da memória histórica da cidade. Mas todo processo de rememoração já contém em si o esquecimento, pelo fato de que ao tornar visível uma imagem, outras tantas são, pelo mesmo movimento, postas na sombra. Cabe então perguntar que esquecimentos estas rememorações produziram naquela configuração. Recorro, então, às condições de produção do centenário e ao discurso da historiografia para apontar interpretações possíveis acerca dos processos de esquecimento que constituem as rememorações analisadas nesta seção.

A estratégia de colocar a fundação da cidade no centro dos discursos do álbum promoveu um esquecimento das intrigas políticas locais entre o partido Federalista, do qual fazia parte o governador, Luis Domingues e o Republicano, que era o partido da oposição e do qual fazia parte o Intendente (equivalente ao cargo de prefeito na atualidade), o coronel Mariano Lisboa.

Após a morte do ex-governador Benedito Leite (06.03.1908), os grupos políticos em torno do qual se estruturava a vida política do Maranhão iniciaram uma disputa acirrada, resultando em uma grave crise política, não bastasse à econômica, que punha em risco a sobrevivência do Estado.

No dia 25 de fevereiro de 1909, o 2º vice-governador em exercício passou o exercício do cargo a Mariano Martins Lisboa Neto, na qualidade de presidente do Congresso, e viajou para a Paraíba e daí, para o Rio de Janeiro, com o objetivo de coordenar sua candidatura à governança no próximo quadriênio, conforme combinação partidária assentada em vida com Benedito Leite; não o conseguindo, (...), voltou atrás para reassumir o cargo, o que lhe foi negado pelo titular interino (...). Não obstante, chegando em São Luis, comunicou a seu opositor que reassumira o posto (12.6); este porém não se retirou do palácio e, porque as simpatias populares pendessem para aquele, a cujo lado ostensivamente se pusera o chefe opositorista Costa Rodrigues, procurou garantir-se com a Polícia Militar, que reforçou. O comandante da região, general Rodrigues Campos, em face da eminência do choque armado, transferiu-se para o Maranhão e aqui, observando os acontecimentos, ficou a aguardar a decisão dos altos poderes da República. (MEIRELES, 2008, 277-278)

Ainda de acordo com Meireles, após uma série de negociações com o vice-presidente Nilo Peçanha, o vice-governador Artur Moreira, e o presidente do Congresso, Mariano Martins Lisboa Neto, renunciaram a 29 de junho de 1909.

Para solucionar a crise foi estabelecida a *Dualidade*. A *Dualidade* foi um pacto firmado entre as elites locais, que consistia no Estado ser administrado ora por um grupo, o dos republicanos, ora pelo outro, o dos federalistas. Este consenso também ficou conhecido como a *paz branca* que foi uma paz política construída pelo consenso de que o Maranhão deveria ser administrado pelos maranhenses, tendo em vista que os chefes oligárquicos temessem outra intervenção federal no Estado.

É nesta configuração política que, em 1910, Luiz Antonio Domingues da Silva foi eleito Governador pelo partido Federalista para um período de quatro anos. A capital, no entanto, ficara a cargo do coronel Mariano Martins Lisboa, ex-presidente do Congresso Legislativo do Estado e membro do partido Republicano, na função de Intendente. A capital ficava com a oposição, representada pelo Intendente e o Estado com os situacionistas. Não

bastasse a oposição dos Republicanos, Luiz Domingues enfrentou, internamente, a oposição do chefe de seu partido político, o ex-governador do Estado, Urbano Santos, que fora o mentor político de sua eleição em 1910.

Por estas condições de produção vemos que entre 1910 e 1912, período de organização e realização da festa do 3º centenário, o clima social e político não eram dos mais calmos na cidade de São Luis. A comemoração do 3º centenário funcionou a meu ver, como um território onde os conflitos materiais e simbólicos da sociedade maranhense daquele tempo pudessem ser processados como um discurso aglutinador de diversos setores sociais.

3.2.3 Analogia entre o ontem e o hoje

Na seção anterior, analisei o efeito de sentido que estabelece uma valoração entre o francês, o maranhense e o português. Nesta, darei continuidade à análise da FD que trata da legitimação dos ritos celebrativos do tricentenário, estabelecendo uma interpretação acerca do efeito de sentido de analogia entre o ontem e o hoje. Mas, como se constrói uma analogia? De acordo com o dicionário Soares Moura (2001, p. 39), uma analogia é construída pelo estabelecimento de pontos de semelhanças entre objetos diferentes. Procedo então por um processo de comparação entre os ritos de celebração do tricentenário e os de fundação da cidade para estabelecer os pontos semelhantes entre eles.

Meu objetivo é demonstrar como se deu a construção do efeito de sentido de analogia entre o passado e o presente no discurso do álbum. Parto do pressuposto que tal construção se dá pelo estabelecimento de relação entre o lugar e os ritos comemorativos que se realizava em 1912 com aqueles realizados há trezentos anos.

Início a análise recuperando a descrição realizada por Meireles acerca dos eventos relativos à solenidade de estabelecimento da colônia, conforme segue:

*Rezada a santa missa pelos missionários, saíram os franceses em procissão, com os fidalgos à frente e um gentil-homem carregando o crucifixo, ladeado por Juí, filho do morubixaba Japiáçu, e Patuá, neto do cacique Marcoiá Però, cada um com um círio aceso; chegado ao local escolhido (na Avenida Pedro II), e após entoado o *Te Deum Laudamus* e proferido um sermão alusivo à cerimônia, o qual Des Vaux traduziu para os nativos, benzeu-se a cruz e fê-la erguer-se e adorar por todos os presentes. Enquanto isso, cantava-se já o *Vexilla Regis Prodeunt. Ao forte chamaram de Saint Louis*, em homenagem ao rei menino Luis XIII, de França e Navarra; [...] Pouco mais de um mês depois,*

a 1º de novembro, essa solenidade foi completada com a colocação, junto à cruz, das armas da França. Convocados, então, os habitantes das aldeias todas, saíram os franceses em desfile, em seus melhores uniformes, ao som das trombetas e tambores; à frente iam o principal Japiagu, ladeado pelos chefes Marcoiá-Peró, Matarapuá, Januaré-Uaeté, Uariru e Pirajurá, carregando o estandarte real, e seguido pelos senhores La Ravardiére e De Razilly. Fizeram-se ouvir o superior Yves d'Evreux e Daniel de La Touche e, após a fixação do estandarte e o juramento de fidelidade a S. M. Cristianíssima, [...]. (MEIRELES, 2008, p. 41-42)²²

Trago também a SD8, que é constituída por um recorte do jornal Diário Oficial do Estado do Maranhão (09.09.1912) reproduzido no álbum, para demonstrar o modo pelo qual o relato da cerimônia de abertura do centenário coaduna com o do historiador, de modo que seja possível estabelecer as estratégias discursivas que foram utilizadas pelos organizadores do evento na construção deste efeito de sentido.

SD8 - Ainda cêdo, o movimento do povo se tornou intenso, enquanto o Corpo Militar se reunia no respectivo quartel. A força foi às 8 e ½ para a praça João Lisboa e daí para a Avenida Maranhense, onde estava postada a banda de musica do 48 de Caçadores.

Ao Palacio do Governo chegou logo depois o exm. sr. dr. Luiz Domingues, honrado Governador do Estado, acompanhado dos seus secretários civil e militar.

As bandas de musica tocaram o Hymno Maranhense.

S. exc. e as pessoas que ali se achavam, *dentre as quaes as principaes autoridades civis e militares, seguiram para o Palacio Episcopal, onde se reuniram o exm. sr. dr. Francisco de Paula e Silva, bispo diocesano, voltando ao lugar em que foi implantada a cruz da fundação da cidade pelos francezes.*

Enorme multidão enchia a Avenida.

O benemerito chefe de Estado *assistiu ao desfraldar do Pavilhão Brasileiro*, em poste especial, pelas normalistas Esmeralda Martins e Elvira Fontenelle, bem como ao das *bandeiras da França e do Maranhão*, pelas meninas Dionéa Lisboa, Cotinha Leda, Xandoca Bottentuit, Amancita Mattos, Altiva Smith, Cotinha Lima e prof. normalista Zila Paes.

Ouviram-se entuziasticas salvas de palmas, partidas dos assistentes.

As bandas de musica tocaram o Hymno Nacional, a Marselhesa e o Hymno Maranhense. (ALBUM..., 1913, p. 05)²³

Na comparação entre o relato do historiador com a SD8, destaquei algumas marcas discursivas às quais os organizadores do centenário recorreram para construir o efeito de analogia entre os eventos de 1612 e os de 1912. Dentre estas marcas destaco o uso de datas comemorativas, dos lugares, dos objetos, dos gestuais e do modo de celebrar. Através das cerimônias de abertura e de encerramento do tricentenário, os organizadores refizeram,

²² O local escolhido para realizar a cerimônia era denominado, em 1912, de Avenida Maranhense. Posteriormente, em 1960 foi modificado para Avenida Pedro II.

²³ Diário Oficial do Estado do Maranhão.

ritualmente, os atos das solenidades organizadas pelos franceses quando da fundação em 1612.

Comparando estes momentos ritualísticos, destaco o desejo dos organizadores do evento em estabelecer uma analogia entre ambos, pois nas duas cerimônias foram reunidas as autoridades e o povo na Avenida Maranhense, foram feitas continências e realizado o hasteamento de bandeiras, foi rezada uma missa e uma caminhada até o local onde em 1612 era o Forte Saint Louis e em 1912 é o Palácio do Governo, onde realizou-se a exposição do tricentenário.

Dizendo de outro modo, através de um processo de rememoração e atualização da memória, os organizadores do evento procuraram construir um argumento de legitimação discursiva da comemoração ao estabelecer uma relação de analogia entre o lugar e os ritos destas duas comemorações. Neste sentido, a data de abertura do centenário, 08 de setembro, remete à data da fundação da cidade pelos franceses e a realização da missa de abertura do centenário à da 1ª missa rezada naqueles 1612. O hasteamento das bandeiras procura refazer o ato de colocação das armas da França junto à cruz. Do mesmo modo, a data de encerramento do centenário, 1º de novembro, remete àquela em que os franceses tornaram, simbolicamente, os indígenas cidadãos daquele país.

Nesta construção, a imagem da Avenida Maranhense ao ser publicada no álbum produz um efeito de sentido de reforço da mensagem verbal, ou seja, o de estabelecer relação entre o ontem e o hoje, pois é, na Avenida Maranhense, que as autoridades se apresentaram nas duas comemorações.



Imagem 4 – Avenida Maranhense

No álbum, a imagem da Avenida Maranhense tem a função de remeter o espectador aos lugares onde o poder se materializa, pois é o lugar físico e também simbólico de concentração e exposição do poder, tendo em vista que na Avenida Maranhense se localizavam os espaços clássicos do poder: a sede do governo estadual e municipal, do jurídico, bem como o religioso. Se na imagem da cruz a relação entre o ontem e o hoje se dá de modo subjetivo, na imagem da Avenida Maranhense as marcas visuais estabelecem relação direta com o relato histórico da fundação, ou seja, o local onde se dão os festejos de 1912 é o mesmo em que se deu a fundação, em 1612.

Em relação à importância e a motivação da comemoração, trago um recorte composto SDs 9 a 12 e por recortes das SDs 1, 2 e 4 (já enunciadas na seção 3.1.1) que remete ao trabalho de enquadramento da data comemorativa e à sua ressignificação.

SD1 – A formosa cidade de São Luiz, Capital do Estado do Maranhão, *foi fundada no anno de 1612, pelos francezes, [...]* (ALBUM..., 1913, p.4, grifo nosso)²⁴

²⁴ Discurso de abertura do álbum.

SD2 – *Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos. (ALBUM..., 1913, p.05, grifo nosso)*²⁵

SD4 – *Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade que os Maranhenses, pelo nosso orgulho, e a Patria, pela sua honra, temos hoje como a Capital de um dos Estados Unidos do Brazil. (ALBUM..., 1913, p. 07, grifo nosso)*²⁶

SD9 – *É assim a tantos títulos memoraveis para nós o dia 8 de setembro, o que vale dizer que bem inspirada foi a Sociedade Festa Popular do Trabalho promovendo, para comemora-lo, esta exposição [...](ALBUM..., 1913, p. 07, grifo nosso)*²⁷

SD10 – *Esta commissão, que era presidida pelo Dr. Justo Jansen Ferreira, fez sua reunião no Palacio do Governo, ficando resolvido que a commemoração se estendesse do dia 08 de Setembro, data em que foi implantada, em 1612, a primeira cruz, no lugar onde é a “Avenida Maranhense”, até o dia 1º de Novembro, quando foi celebrada a incorporação dos indígenas da ilha á civilização do Ocidente pelo compromisso de obediência á França. (ALBUM..., 1913, p. 4, grifo nosso)*²⁸

SD11 – *A exposição que vai ser inaugurada é pois a quarta da “Festa Popular do Trabalho” e, de accordo com nosso Regulamento, deveria ser realisada em 1º de Maio; porem, o desejo de comemorar a passagem do terceiro centenario da fundação, pelos franceses de nossa Capital, levou-nos a transferir este certamen para esta gloriosa data.*

*Por intermedio do Governo do Estado solicitamos o auxilio prometido pelo Governo Federal para a organização de exposições estaduaes. Nada nos sendo respondido recorremos ao exmo. sr. dr. Luiz Domingues da Silva, digno Governador do Estado, que, sempre prompto a acompanhar o povo nas suas manifestações de patriotismo, prometeu e em tudo nos tem auxiliado para a realização do certamen que ides apreciar. (ALBUM..., 1913, p. 6, grifo nosso)*²⁹

SD12 – *Não sendo possível a realização da exposição annual no dia 1º de Maio, como preceitua nosso Regulamento, e como o Governo do Estado cogitava em festejar o terceiro centenario da fundação de nossa Capital, no anno de 1912, resolvemos transferir a exposição para a epocha desses festejos, afim de a elles nos associarmos. (ALBUM..., 1913, 15, grifo nosso)*³⁰

Como vemos nestas SDs, os organizadores do álbum quiseram registrar a motivação e a importância desta comemoração para o maranhense. Para isso, eles utilizaram como estratégia de legitimação o uso de datas comemorativas e o acúmulo de anos destas datas que, conforme já vimos com Hobsbawn (1998), tornaram-se mais significativas para este tipo de uso a partir do final do século XIX, nas comemorações públicas de centenários. As marcas

²⁵ Discurso do sr. Domingos Perdigão.

²⁶ Discurso do sr. Luiz Domingues.

²⁷ Idem.

²⁸ Discurso de abertura do álbum.

²⁹ Discurso do sr. Domingos Perdigão.

³⁰ Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho.

deste funcionamento encontram-se nas SDs 1, 2 e 4 que reiteram a relação entre a data da festa do centenário e aquela da fundação.

Mas, para estabelecer esta relação de analogia entre estas datas comemorativas e os seus sentidos, foi necessário realizar um duplo trabalho de enquadramento que consistiu em deslocar a data da Exposição do Trabalho, que anteriormente era realizada no dia 01 de maio, para o dia 08 de setembro e o seu sentido de comemoração do trabalho para o de aniversário da cidade. De acordo com Barros (2001), as exposições do trabalho realizadas em São Luis antes de 1912 tinham por objetivo difundir o progresso material da sociedade maranhense e a idéia de que o trabalho era o motor da economia, o que não difere totalmente daquele do centenário, mas este objetivo passará a segundo plano na festa de 1912.

Estes deslocamentos das datas comemorativas e a importância destas para a memória social não é algo novo ou estranho a estas comemorações, pois de acordo com Pollack (1989) eles fazem parte das estratégias de legitimação destes eventos.

Os rastros destes deslocamentos estão expostos nas SDs 9, 10, 11 e 12. Sendo que as SDs 9 e 11 foram enunciadas na cerimônia de abertura da comemoração, já as SDs 10 e 12 foram escritas posteriormente, quando da produção do álbum, que sabemos que foi lançado em 1913. Portanto, com um distanciamento temporal e sentimental daqueles festejos, acarretando por isso uma diferença no modo de enunciar. Se nas SDs 1, 2 e 4 não há referência ao trabalho de enquadramento realizado, ocorre o contrário no segundo grupo de sequências.

Estabelecendo relação de composição entre estas três SDs e as condições de produção da festa do centenário (explicitadas no capítulo 1) vemos que na SD9 o orador alude ao regulamento da instituição que determina a data para realização daquela exposição, mas utiliza como estratégia de legitimação o argumento do *desejo de comemorar a passagem do terceiro centenario de fundação* (SD11), como uma justificativa para terem modificado a data. Já na SD10, mesmo relembrando o regulamento, não se trata mais de desejo, e sim de necessidade. Porquanto, não foi possível, por falta de recursos financeiros, à Sociedade Festa Popular do Trabalho realizar a exposição conforme o previsto, fazendo-se necessário o apoio financeiro do governo do Estado.

Quero destacar na SD10 o uso do verbo na locução verbal “ficando resolvido”. O efeito de sentido que esta locução produz é o de apagamento do trabalho de enquadramento realizado, pois faz crer na imparcialidade da tomada de posição da comissão organizadora, dividindo com o governo do Estado a responsabilidade quanto ao financiamento e aos

resultados do evento. Por outro lado, no discurso do governador temos o uso da mesma estratégia, a de fazer crer na imparcialidade do governo do Estado ao dizer que *bem inspirada foi a Sociedade Festa Popular do Trabalho promovendo, para comemora-lo, esta exposição* (SD9), de modo que transfere a responsabilidade para aquela instituição.

Cabe então perguntar por que ressaltar o motivo e a importância dos festejos que se realizaram? A meu ver esta estratégia de rememoração objetivava pôr no esquecimento as condições de produção do evento e as críticas que o governo de Luis Domingues vinha sendo alvo, em especial pela imprensa maranhense, desde que este havia feito um empréstimo externo.

Quando o século XX começa, o Estado e a capital necessitam de infraestrutura de saneamento, iluminação, habitação, transportes, comunicação e políticas públicas de saúde. Faltavam recursos inclusive para o pagamento do funcionalismo público e dos credores. No comércio, a maioria dos estabelecimentos havia decretado falência. (MEIRELES, 2008; VIVEIROS, 1992). Assim, “ao assumir o governo, em 1910, Luis Domingues recebeu o Estado endividado financeiramente e um campo político marcado pela tensão entre os dois partidos vigentes”, de modo que “para sanear o Estado pediu o primeiro empréstimo internacional da nossa história” (Mendonça, 2005, p. 120-121). Conforme Meireles “foi tomando dos banqueiros Mayer Freres & Cia., por intermédio do Banco Argentino Francês, 20 milhões de franco, pelo prazo de 25 anos, ao tipo 82, juros de 3% e amortização de 2%” (2008, p. 279).

Utilizando os recursos do empréstimo, o governo financiou particulares na indústria têxtil e na agropecuária, mercados que já estavam em situação de falência. Construiu e reformou prédios públicos, desde o Lar da Infância Desvalida até as salas de aulas do Liceu Maranhense. Iniciou os trabalhos de estruturação dos portos e investiu em transporte fluvial, principal meio de escoamento dos produtos do Estado. Financiou também a reestruturação e pavimentação de algumas praças da cidade. Mandou fazer e inaugurou uma estátua para Benedito Leite e, já no final do governo, contratou engenheiros para construir um sistema de saneamento da cidade, que continuava quase o mesmo desde o Império, tendo como única mudança a retirada dos tigres – que no início eram os escravos e depois empregados que carregavam os dejetos em baldes – mas ainda jogavam os detritos no mar.

Em todas estas ações o governo teve a crítica dos adversários políticos e dos jornais. Destes últimos, o Correio da Tarde e Pacotilha foram os mais contundentes, sendo que o jornal Diário do Maranhão procurou manter posição mais moderada. Por outro lado, a Revista

Typográfica foi um dos espaços onde a voz do governo pode ser difundida sem críticas, pelo menos nas edições que estão disponíveis no arquivo de jornais da Biblioteca Pública Benedito Leite. Em outras palavras, não é possível dizer com certeza absoluta a posição editorial desta revista em virtude do reduzido número de edições disponíveis para pesquisa, mas as que tive acesso levam a crer que a posição deste impresso era favorável às ações do governo de Luis Domingues.

De modo que me detive mais especificamente no jornal Pacotilha, não só pelo número de edições dedicadas à crítica de Luis Domingues, seu governo e seu partido, mas também por que é o que está mais facilmente disponibilizado ao pesquisador.

O jornal Pacotilha desde a sua fundação, em 30 de dezembro de 1880, até a sua extinção, em 1939, foi uma voz crítica, não só da política e dos políticos maranhenses, mas também dos costumes locais e da posição da igreja frente aos desenvolvimentos científicos e sociais da época (JORGE, 2008).

Por volta de 1892 o jornal foi vendido para o político José Barreto Costa Rodrigues, que fazia parte do grupo político do Coronel Mariano Lisboa. Conforme vimos na seção 3.1.1, com a morte de Benedito Leite iniciou-se uma intensa disputa pelo poder no Maranhão. E o jornal que já vinha de uma forte campanha contra Benedito Leite transferiu para seu sucessor político, Luis Domingues, a mesma disposição crítica. O embate foi tal que Benedito Leite viu-se obrigado a fundar outro jornal para combater o Pacotilha. Denominado de Federalista – que é também o nome do partido político a que Benedito era filiado – este jornal funcionou até 1908 com a morte de seu fundador (JORGE, 2008).

Os pontos principais das críticas ao governo foram o uso do dinheiro do empréstimo para financiar fazendeiros e industriais falidos. O estopim desta discórdia foi a publicação pelo governador de três monografias, todas lançadas em 1912, com os títulos de “Dois anos de governo (1910 - 1911)”, “Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Maranhão” e “Atos e Fatos”. Embora tratassem das questões financeiras e administrativas do Estado, estas monografias funcionaram como uma defesa de Luis Domingues aos ataques da imprensa e dos grupos políticos, tanto da oposição quanto de seu próprio partido na pessoa do sr. Urbano Santos, “O Congresso do Estado, manobrado por Urbano Santos, Cunha Machado e José Eusébio, meteu no orçamento um artigo que cortava extremamente os poderes do governador, a ponto de quase este não poder administrar” (FILHO DOMINGUES, 1992, p.31).

Neste empate, Luis Domingues fez questão de ressaltar o apoio que recebeu do Congresso Legislativo do Maranhão para a realização do empréstimo externo tomado para financiar o Estado, destacando o fato de ter recebido o apoio da maioria dos deputados estaduais.

E cumpre notar que não estou a justificar-me de o haver negociado, porquanto fui na operação mero executor de Leis [...] apenas venho a vangloriar-me de o ter negociado em condições de *ser louvado pelo Congresso*, com a *circunstancia bem expressiva da unanimidade* dos votos [...]. (DOMINGUES, 1912, pag. 04, grifo nosso)

Esta rememoração da unanimidade da votação deixa no esquecimento que tal circunstância, a da oposição votar no governo, considerando o clima da *Dualidade*,³¹ teve a ver decisivamente com as condições econômicas em que se encontrava o Estado, ou seja, como disseram Meireles (2007) e Corrêa (1993), de penúria e miséria. Uma situação que afetava a todos e não apenas o governo e a oposição, de modo que era de interesse da oposição senão a resolução da situação, pelo menos que os recursos do empréstimo sanassem as dívidas públicas e fossem feitos investimentos em setores econômicos do Estado.

Nesta querela, apenas dois pontos de consenso, o primeiro é que o empréstimo era a única solução possível, tendo em vista as condições financeiras do Estado e o segundo consenso era a realização do centenário. Este último era tão forte que todos os jornais convocaram a população a participarem da exposição enviando suas produções. O Pacotilha também enviou suas produções gráficas para a seção de *Artes Liberaes* e divulgou os acontecimentos relativos à abertura e ao encerramento do tricentenário em duas matérias, a primeira publicada no dia 06 de setembro daquele ano, sob o título “A exposição”, onde convocou a população a enviar os produtos para a exposição e fez uma relação dos produtos já enviados e dos nomes de seus respectivos doadores.

No dia seguinte (07/09) publicou “As festas do Tricentenário – A exposição”. Nesta matéria os editores do Pacotilha divulgaram o local, o horário, a programação do evento e fizeram uma nova relação de produtos e doadores. No dia seguinte ao da festa de abertura do tricentenário (09/09), o jornal publica a matéria “O centenário”, onde faz uma descrição dos principais momentos do evento.

Estabelecendo relação de comparação entre estas matérias e aquelas em que os redatores do Pacotilha põem em causa o governo de Luis Domingues, conclui-se que a crítica

³¹ Sobre Dualidade ver a pág. 56 e 57.

produzida por este jornal assenta-se no *modo* como o recurso do empréstimo foi utilizado e, não, no seu *sentido*, conforme os trechos da matéria publicada por este jornal sob o título de “A MONOGRAFIA” na edição do dia 04 de junho de 1912:

A defeza do dr. Luiz Domingues, contra as graves acusações que lhes são feitas, a proposito do emprestimo externo, consiste na transcrição dos artigos que, no primeiro ano do seu governo, publicaram sobre este assunto, a “Pacotilha” e o “Diario do Maranhão”.

Mas que disseram estes jornais? Acazo o estão atacando por atos que já defenderam?

Absolutamente não. O dr. Luiz Domingues não aponta na sua longa monografia, um só ato seu, sobre o qual se tenha as duas folhas pronunciado contraditoriamente.

Sobre o emprestimo escreveram, de fato, os artigos que o governador transcreve. Disseram, realmente, como dessas transcrições se vê, que o Estado *tinha necessidade* da operação de crédito que realizou e que, na situação em que se encontrava, não lhe era dado ambiciona-la em melhores condições.

Precizava realizar a operação, por um lado, porque urjia que satisfizesse seus compromissos, não podendo absolutamente, continuar o pejimen do calote oficial, a que nos vínhamos habituando.

Por outro lado, essa necessidade se manifestava diante da situação a que se viam reduzidas as fontes naturais de receita do Estado.

E, dezacreditado, como se achava, sem garantias que oferecesse aos seus credores, *não podia o Estado pretender que o emprestimo fosse feito em condições diversas daquellas que nos comunicaram Luiz Domingues.*

[...]

Mas onde, então, a incoerência dos dois jornais?

[...]

Eis aí. Ao mesmo tempo em que *justificavamos o emprestimo, subordinavamos o nosso apoio a elle ás intenções* que, sobre o destino da sua importancia, manifestava o sr. Domingues.

Só este destino justificava.

A aplicação da importancia do emprestimo era questão capital para a ‘Pacotilha’, [...]

Leiam-se e releiam-se os artigos transcritos na monografia, e vêr-se-á que está a súmula fiel do que contem.

Mas onde, então, a incoerência dos dois jornais?

Em atacar o modo por que foi dispendida a importancia do emprestimo?

Em combater este, hoje, pelas próprias condições em que foi realizado?

Mas nisso, vai-se vêr, não há sombra, siquer, de incoerência.

Com relação á primeira destas interrogações, *cabe-nos dizer que nem a “Pacotilha”, nem o “Diario do Maranhão”, nem os que nestes jornais escreveram, individualmente, se comprometeram a apoiar incondicionalmente as aplicações que a essa importância se viesse a dar.*

[...]. (grifo nosso)

Não obstante o consenso acerca da necessidade de comemorar o aniversário de trezentos anos da cidade e a participação do citado jornal na divulgação da exposição, fica claro, pela disposição gráfica da primeira página do dia 09 de setembro – ao publicar, lado a lado, as matérias “O centenario” e “O empréstimo e a imprensa do Rio” –, que o embate

continuava e que as desavenças políticas – e econômicas – não haviam sido superadas. Afinal, do ponto de vista do jornal, estes haviam sido duplamente ofendidos pelo governador, por este ter utilizado o tal recurso para mandar fazer uma estátua – que não teria utilidade alguma para o povo do Maranhão, ao contrário só aumentava os gastos públicos – e, por ser, o homenageado, seu maior adversário político, o ex-governador Benedito Leite .

Trago para análise a SD13 que é construída a partir de recortes da matéria “A estátua” publicada no dia 08 de março de 1912, no jornal Pacotilha.

SD13- Será hoje inaugurada a estatua do dr. Benedito Leite.

[...]

Quaisquer que fossem as intenções do dr. Benedito Leite, o rezultado da sua ação governativa *não nos parece que justifique a ereção daquela estatua.*

Diz-se que ninguem nunca pôz em duvida a honestidade pessoal do dr. Benedito Leite. É uma verdade, e incontestavelmente *honra a sua memoria.* Mas é, de certo, *muito pouco para lhe dar direito á glorificação por um monumento,* como esse que se vai descortinar hoje na praça do seu nome.

Muito justo seria que os seus amigos lhe rendessem preitos de saudade e reconhecimento. *A sua estatua, porém, na praça publica, só poderia ser erguida pela gratidão do povo, como simbolo desta gratidão.*

Amanhã quando os vindouros, diante deste monumento, lhe procurarem a explicação não poderão deixar de fazer um juízo desfavorável da época em que o levantaram. Porque hão de chegar, muito lojicamente, á conclusão de que o mais elementar dos deveres de um homem de governo – o ser honesto, constituia *motivo para glorificação tamanha.*

[...]

Não poderíamos passar em silencio sobre Ella, e as palavras que ai ficam traduzem mais do que uma opinião conhecida, para mudar da qual ainda não tivemos razão.

[...]

Um morto a quem se erije uma estatua está entregue ao juízo da historia.

Foram os amigos do dr. Benedito Leite que a esse juízo o entregaram, e não serão, de certo, menos suspeitos do que nós para lhe apreciar a obra.

Nesta SD o ponto central da argumentação é o questionamento acerca da legitimidade que o governo teria ou não para definir o que é digno de se tornar memória. O redator põe em questão os critérios utilizados pelo governo e a sua autoridade para determinar quem seria homenageado. De acordo com este discurso, o que legitima uma personagem a ser elevada à honra de ter uma estátua inaugurada em praça pública é a *gratidão do povo* (SD13). Só este gesto garantiria que no futuro esta memória fosse significativa para aqueles que a herdaram. Neste sentido, o povo seria o único autorizado a determinar quem merece ficar registrado na memória social da cidade, porque a história não era garantia suficiente.

Ora, este questionamento nos remete à formulação do conceito de lugar de memória elaborado por Nora (1993). Para que um objeto seja alçado à condição de lugar de memória,

faz-se necessário que haja relação de contingência entre a materialidade e um acontecimento histórico e que tal objeto constitua-se então um rastro desta história e, por último, é necessário que haja uma vontade de memória, tanto por parte dos que o produzem, quanto daqueles que o apreciam posteriormente.

Nesta disputa em torno da construção e inauguração de tal estátua está implicada não apenas a compreensão do presente e o passado, mas principalmente, do futuro. A questão central é como eles poderiam afetar a compreensão do passado pelos maranhenses no futuro. O que está em jogo nesta fala são dois questionamentos: que vontade de memória motiva seus produtores? Que vontade de memória possibilitará à posteridade estabelecer um elo entre aquele objeto e a história da comemoração de 1912?

A crítica do jornal é a de que não se pode justificar a homenagem apenas por aquela que deveria ser a qualidade intrínseca de um homem público, a honestidade, de modo que assim agindo, o ex-governador Benedito Leite não teria feito mais que o cumprimento do dever. Se a sua ação governamental tivesse resultado em sucesso, certamente não haveria a necessidade de que os amigos o entregassem ao juízo da história, pois este seria legitimamente erguido a este patamar pela *gratidão do povo* (SD13). Nesta crítica os oradores estão rememorando o fracasso do governo de Benedito Leite na gestão de 1906 a 1910 (a qual ele não chegou a completar).

Em 1906, Benedito Leite, advogado, político e jornalista decide assumir o governo do Estado: “se já mandava de fato desde o segundo quadriênio, Benedito Leite, [...], resolveu fazê-lo também de direito, para aumentar e consolidar seu prestígio; e fez-se eleger governador” (MEIRELES, 2008, p.277), tendo em vista grave crise econômica em que se encontrava o Estado. Ao assumir implementou uma série de projetos para dinamizar a economia, mas as condições mercadológicas e a baixa arrecadação fiscal fizeram com que suas medidas não dessem o resultado esperado. Por motivos de saúde entregou o cargo em 1908 vindo a falecer no ano seguinte.

É importante destacar que a crise econômica tinha raízes muito mais profundas. Desde a segunda metade século XVIII a situação econômica e administrativa do Maranhão era extremamente difícil, conforme relata o historiador Meireles:

Em 1748, quando começou a correr dinheiro amoadado, em ouro, prata e cobre, ao invés do cravo, do açúcar, do cacau e tabaco e, principalmente de panos e novelos de algodão, feitos antes moedas de curso [...] A situação de penúria ainda não fora minorada; as providências do Senado da Câmara, com tabelar de preços, e da Coroa, com conceder parcimoniosos favores, não eram bastantes

para pôr um paradeiro à crise. [...] assumindo Mendonça Furtado o governo geral, escreveu a seu todo-poderoso irmão: “Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzida a extrema miséria”. (2008 p. 190).

De 1778 a 1841 a economia do Maranhão passa por pequenos ciclos de riqueza, mas não alcança resultado significativo, e a “abolição da escravatura fez desmoronar, de um só golpe, o edifício de nossa economia, e tão ruinosamente, que não pudemos restaurá-lo até hoje.”³² (MEIRELES, 2008, p. 248).

Quando Benedito Leite assumiu o governo, em 1906, o panorama era o seguinte, como informa Meireles (2008, 251-252):

[...] cerca de 70% dos engenhos de cana a 30% das fazendas algodoceiras, fecharam as portas. As nossas propriedades agrícolas sofreram uma desvalorização instantânea de 90% e os nossos grandes latifundiários, perdido o enorme capital empatado na escravatura, procuraram salvar o que e como possível, correndo a abrigar-se em São Luis para escapar à derrocada impetuosa; aqui, como que desvairados, atiraram-se, como única tábua de salvação antevista em meio ao dilúvio destruidor, à loucura industrial com que se pretendeu, [...], transformar o Maranhão, escravocrata e agrícola, num parque industrial de trabalho livre. Entramos para o capítulo da história da República, com dezessete fábricas, das quais dez de fiação e tecelagem de algodão [...]. Essa miragem, porém, cedo se desvaneceria.

Estabelecendo relação de composição entre a SD13 e o discurso do historiador, foi possível flagrar as disputas geradas em torno da memória social da cidade e o trabalho de enquadramento realizado pelos organizadores do álbum para dar status de lugar de memória àquele monumento. É importante destacar que este trabalho se completou com a publicação da imagem da estátua no álbum comemorativo, sem, contudo, haver qualquer referência às estas disputas.

3.3 Um maranhão civilizado: “O esplendor do bello sol da França Equinocial”³³

Na seção anterior vimos como uma narrativa gloriosa da história da cidade foi discursivamente construída no álbum comemorativo. Nesta seção, procurarei demonstrar o

³² Esta argumentação sobre o motivo da crise maranhense é contemporizada por outros historiadores que viam na falta de técnica dos trabalhadores maranhenses e na má administração das riquezas, o motivo principal deste declínio.

³³ Trecho do discurso de encerramento do centenário pronunciado pelo sr. Justo Jansen.

modo pelo qual se deu a construção da imagem do maranhense como um povo civilizado no discurso em análise. Parto do pressuposto de que a construção desta imagem se dá pela produção de uma distinção cultural do maranhense em relação aos outros brasileiros em função de uma herança cultural francesa. Pressuponho, ainda, que para construir esta distinção, os organizadores do álbum realizaram um trabalho de enquadramento dos discursos e práticas de sociabilidade de modo a visibilizar e legitimar aquelas que eram consideradas civilizadas na época.

Procedendo pelo estabelecimento de relações entre as condições de produção do discurso civilizador nos séculos XIX e XX, a imagem de um grupo de visitantes na exposição do tricentenário e as SDs 2, 4 e 14-24 foi possível indicar dois efeitos de sentidos. O primeiro diz respeito ao efeito de sentido de orgulho da herança cultural francesa e o segundo é o efeito de sentido de hegemonia dos modos civilizados do maranhense de 1912.

3.3.1 O orgulho da herança cultural francesa

A imagem de um maranhense orgulhoso de uma herança cultural francesa é construída no álbum por um discurso de exaltação do outro e pelo estabelecimento de relação entre as realizações da França e as da cidade de São Luis, posto que a primeira seja apresentada como o ideal de civilização a ser alcançado pela segunda. Para demonstrar como se deu a construção deste efeito, trago as SDs 2 e 4 (para facilitar a leitura transcrevo-a novamente) e as SDs 14-16:

SD2 – [...] Eram poucos os que vieram; porém, arrostaram todos os perigos da travessia quasi desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, *só habitada por selvagens, tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua patria e da civilização*” (ALBUM..., 1913, p. 05, grifo nosso).³⁴

SD4 - Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade que os Maranhenses, *pelo nosso orgulho*, e a Patria, pela sua honra, temos hoje como a Capital de um dos Estados Unidos do Brazil. [...] *não só a fundação da Cidade, aos Francezes lhes devemos sinão ainda a humanidade e a lealdade* de seu convivio com os indígenas; o empenho persistente no cultivo do solo; a *fidalgua do trato com os Portuguezes, ainda no revéz das armas*; e pelo tempo adiante a *formação do nosso espirito ao molde do seu*, no sentimento do Patriotismo e do Direito. (ALBUM..., 1913, p. 07) (Grifo nosso)³⁵

³⁴ Discurso do sr. Domingos Perdigão.

³⁵ Discurso sr. Luiz Domingues.

SD14 – [...] como para dar-lhes *um exemplo de civilização européa*, fundou a cidade de São Luiz, justamente no lugar onde existe a *gloriosa Athenas Brasileira, formosa capital* do Estado do Maranhão. (ALBUM..., 1913, p. 06, grifo nosso.)³⁶

SD15 – *E se elles conseguiram mostrar aos indigenas como se principia a edificar uma cidade, nós queremos ter a vaidade de continuar a desbravar o caminho do progresso*, [...].

O que se tem feito durante trezentos annos na cidade de São Luiz do Maranhão? Ella propria responderá: - Eu sou a capital de um dos Estados da gigantesca Republica Brasileira.

E só esta resposta, synthetisa perfeitamente toda a sua evolução histórica e mostra que longe e separada dos seus fundadores, acompanha e applaude sempre todo o progresso da poderosa e culta Republica Franceza.

[...]

E quanto ao progresso intellectual e material do povo que habita a cidade de São Luiz, o que ha, o que se pode ver que *o atteste exhuberantemente?*

[...]

No pouco que aqui conseguimos reunir podeis, entretanto, ver que os *tres seculos de existencia desta cidade não tem sido inuteis para os seus habitantes, para nossa grande patria e para toda a humanidade.*

Na parte intellectual tendes ahi no sagrado relicario da brazilica Athenas, o talento dos nossos grandes vultos espargindo luz em todos os ramos dos conhecimentos humanos. (ALBUM..., 1913, p. 06, grifo nosso)³⁷

SD16– Relembrando-me desse passado, *tributo homenagem á França, que, mantendo-se grande entre as grandes nações do mundo*, [...] (ALBUM..., 1913, p. 13, grifo nosso)³⁸

Considerando que exaltar alguém ou alguma coisa é engrandecer, tornar célebre tal objeto (AMORA, 2008, p. 297) os organizadores do álbum nas SD 2 e 4 exaltam os franceses e sua cultura para construir uma equiparação entre os modos de ser e de estar deles com o do maranhense em oposição aos outros brasileiros e aos portugueses. As marcas do estabelecimento de um processo de equiparação, ou seja, de produzir relação de igualdade entre os feitos dos franceses de trezentos anos atrás com os dos maranhenses daquela época é demarcado na SD15 pela enumeração dos bens econômicos e culturais que a cidade de São Luis alcançou.

Em todas as sequências acima vemos que a França não é apenas o fundador, seu papel é muito mais amplo. Ela representa um ideal de nação, um lugar simbólico onde o maranhense pode se espelhar. Um lugar que reúne um conjunto de características consideradas civilizadas, as quais convinham que fossem adotadas. O francês é apresentado

³⁶ Discurso do sr. Domingos Perdigão.

³⁷ Id.

³⁸ Discurso de Justo Jansen.

como bravo, corajoso, fidalgo e aquele que veio trazer o progresso, não só material como intelectual.

O maior exemplo de civilidade que os franceses poderiam ter-lhes legado foi o ato de fundação da cidade, através do qual os franceses mostraram aos portugueses *um exemplo de civilização européa*, tanto no modo de conquistar a terra como de civilizar os indígenas (SD14 e 15). E, ainda de acordo com estas SDs, os franceses só conseguiram vencer as diversidades impostas pela natureza e pela dificuldade de tornar civilizada uma sociedade de selvagens porque tinham o nobre objetivo de trabalhar pelo *engrandecimento da sua patria e da civilização* (SD2).

E a cidade de São Luis e os maranhenses que fizeram com essa herança? Os organizadores do álbum reiteram por diversas vezes, tanto nos discursos de abertura como de encerramento, a relação direta entre o desenvolvimento econômico, social e cultural da cidade de São Luis e a herança cultural francesa, como vemos neste trecho da SD15, a cidade de São Luís “*mostra que longe e separada dos seus fundadores, acompanha e applaude sempre todo o progresso da poderosa e culta Republica Franceza*, pois segundo estes discursos o Maranhão também alcançou o progresso e a civilização. Vimos novamente, neste recorte, o funcionamento do processo de equiparação entre São Luís e a França por um discurso de exaltação do progresso e da cultura desta última.

Para dar mostras de sua civilidade e ilustração, registraram no álbum vários momentos de sociabilidade onde os maranhenses puderam demonstrar seus modos civilizados, conforme veremos nas SDs abaixo.

SD17– Os salões do Palacio *ostentavam uma bellissima decoração*. Em todos os seus departamentos *notava-se immenso gosto esthetico*.

Depois da inauguração *grandes festas se realisaram* no recinto da exposição [...] No dia 15 de Setembro, a “Casa Bastos” realizou um *bello concerto*, com as aperfeiçoadas machinas fallantes, que fez affluir ao certamen enorme multidão de vizitantes.

A harmoniosa orchestra dos “Irmãos Pargas”, deliciou aos vizitantes do certamen, no dia 29 de Setembro, organizando uma festa musical, onde foram executados escolhidos trechos do seu vasto repertório. Esta festa artistica attrahiu grande numero de familias ao recinto da Exposição, especialmente os amadores da bôa musica. (ALBUM..., 1913, p. 09, grifo nosso)³⁹

SD18– A Exposição Commemorativa foi honrada com a visita de muitos viajantes, em transito pelo porto desta cidade e, d’entre estes, alguns estrangeiros e pessoas de alta posição social, como o illustre General Dr. Ismael da Rocha, que percorreu todas as secções, examinando e elogiando os bons

³⁹ Discurso do narrador do álbum.

trabalhos expostos e o *illustre escriptor francez Paul Adam, que veio acompanhado de sua digna consorte.*

Para receber este visitante o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado nomeou uma comissão especial, [...] dirigiu-se, em lancha especial, para bordo do vapor em que viajava o illustre par, afim de dar-lhes as boas vindas e acompanhá-los para a terra, onde depois de visitar o certamen commemorativo e percorrer, a carro, os diversos bairros da cidade, foi-lhes offerecido, no Palacio do Governo, um sumptuoso almoço.

A estes illustres vizitantes a Comissão Directora da Exposição offereceu diversos productos alli expostos, como lembrança do Maranhão ao distincto par de francezes que o vizitava, trezentos annos depois que os seus antepassados fundaram aqui a cidade de São Luiz, sua Capital. (ALBUM..., 1913, p. 09-10, grifo nosso)⁴⁰

Para compreendermos o sentido dessas demonstrações de civilização faz-se necessário compreender o que significava ser civilizado naquela época. Ao problematizar o modo pelo qual as sociedades modernas se tornaram civilizadas, Norberth Elias (1994, p. 23, grifo do autor) identifica como uma das características intrínsecas do processo civilizador o estabelecimento da distinção entre o nós e os outros. Esta distinção tem a ver com a consciência que cada povo ou nação tem de si. De acordo com este autor, é com a palavra civilização que “a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de *sua* tecnologia, a natureza de *suas* maneiras, o desenvolvimento de *sua* cultura científica ou visão do mundo, e muito mais”.

Se alcançar o patamar de civilização, segundo o autor, significa distinguir-se dos outros pelas maneiras, pelo desenvolvimento tecnológico e pela visão de mundo, então para ser civilizado é necessário portar um conjunto muito amplo e variado de qualidades que vão desde uma ambiência física adequada, como lugares públicos de sociabilidade e meios de transportes modernos, até a exibição de costumes refinados, como a participação em eventos públicos como festas, concertos, etc.

Neste sentido não basta ser civilizado, faz-se necessário parecer civilizado.

Em São Luís, assim como na corte, esses bailes promovidos pelas elites representavam o luxo, o requinte, uma das expressões da forma polida de convívio e relação social. Freqüentar bailes encerrava, desse modo, uma possibilidade de exibir o requinte da indumentária, dos modos “polidos” e das demais condutas previamente artificializadas pelo referencial cultural francês. Em outras palavras, era um dos palcos indispensáveis e disponíveis às elites ludovicenses para a encenação do teatro civilizador. (SILVA, 2004, p. 72)

⁴⁰ Discurso do narrador do álbum .

É preciso participar da cena civilizada no teatro das aparências, ou seja, é necessário dar demonstração de ilustração pela participação em eventos públicos, em especial, aqueles considerados de bom gosto, pois remetem às práticas de sociabilidade da vida européia, como as festas e os concertos.

Nesta configuração, a festividade de comemoração do tricentenário ofereceu os cenários onde estas maneiras puderam ser processadas como um discurso de distinção e de pertencimento em um mundo civilizado. A festa funcionou então como um lugar simbólico onde os maranhenses puderam dar mostras de sua ilustração e de seu comportamento civilizado, pois lhes foi oferecido, nos rituais de abertura, de visitação da exposição e no encerramento do evento, os espaços para manifestarem tais modos, conforme vemos nas SDs abaixo:

SD19- *A comemoração civica de hontem, de um cunho verdadeiramente original, teve o deslumbre que era de esperar. Foi uma festa brilhante que agradou em summa ao espirito publico.* (ALBUM..., 1913. p. 05)⁴¹

SD20- *Reboaram palmas, sendo o orador muito cumprimentado.* (ALBUM..., 1913. p. 07)⁴²

SD21- *Enorme multidão enchia a Avenida.* (ALBUM..., 1913. p. 05)⁴³

SD22- *Ouviram-se enthuziasticas salvas de palmas, partidas dos assistentes.* (ALBUM..., 1913, p.05, grifo nosso.)⁴⁴

SD23- [...] finalmente, esta *selecta assembléa, attestando o civismo* da população de S. Luiz, e abrilhantando um acto em que também se fizeram representar varias associações scientificas do nosso paiz. (ALBUM..., 1913, p. 11, grifo nosso)⁴⁵

SD24- *Ao terminar a brilhante allocução, s. exc. foi saudado por longas salvas de palmas [...]*
O benemerito chefe do Estado *recebeu effusivos cumprimentos* das autoridades e outras pessoas presentes. (ALBUM..., 1913, p. 08, grifo nosso)⁴⁶

Em todas estas SDs o maranhense corresponde às exigências dos protocolos, ora saudando com palmas os discursos proferidos, ora cumprimentando as autoridades. Compondo, assim, a imagem de um homem civilizado no trato com os outros (como vimos na SD18 ao receberem os visitantes da exposição), tendo em vista seus decoro gestual e seus

⁴¹ Diario Official do Estado do Maranhão.

⁴² Discurso do narrador do álbum.

⁴³ Diario Official do Estado do Maranhão.

⁴⁴ Id.

⁴⁵ Discurso de Justo Jansen.

⁴⁶ Discurso do narrador do álbum.

modos de ser e de estar na vida social (SD17). E mais, estes modos civilizados constituem motivo de orgulho, tendo em vista que refletem os atributos da civilização francesa (SD4), e demarcam, ainda, uma *singularidade* do maranhense perante aos outros brasileiros que se afrancesaram, ou seja, que buscaram, pela imitação, parecer-se com os franceses⁴⁷. Enquanto que os maranhenses, pela sua fundação, distinguem-se por considerarem-se legítimos representantes da civilização francesa no Brasil (BARROS, 2001; SILVA, 2002; MENDONÇA, 2005).

3.3.2 A hegemonia dos modos civilizados

Como vimos nas sequências verbais analisadas na seção anterior, os organizadores do álbum esforçam-se por reiterar a imagem do maranhense como um povo civilizado e ilustrado. Este esforço objetiva, a meu ver, a construção de um efeito de hegemonia desta concepção de civilização. Esta construção é reiterada pela imagem fotográfica de um grupo de visitantes à Exposição do tricentenário.

⁴⁷ A análise destas práticas de sociabilidade no Maranhão será realizada na próxima seção.



Imagem 5 – Um grupo de visitantes na Exposição

Esta imagem fotográfica foi produzida na porta de entrada do Palácio do Governo, onde estava sendo realizada a exposição do tricentenário e de acordo com a legenda é um registro de uma visita ao local do evento.

Na relação de composição entre o imagético e o discursivo, as seqüências discursivas analisadas na seção anterior projetam o ideal de ilustração e civilização daquela sociedade, sendo que nesta fotografia, tal ideal é representado pela pose, a vestimenta e a ordem das personagens na construção da imagem. Vemos que os elementos visuais que compõem esta imagem produzem um efeito de sentido de ordem, em função da sua disposição no plano imagético.

No alto da fotografia temos três bandeiras, que são respectivamente, a do Brasil, do Maranhão e da França, as quais estão em composição com as linhas das três portas da entrada da exposição. Neste mesmo efeito de ordem temos a disposição dos personagens em forma de uma meia lua estando presentes homens, mulheres e crianças. Note-se que este efeito de

ordem é quebrado por três elementos: um é a entrada de uma personagem à direita, os outros dois são um jarro de planta e a estátua de um leão. É pela paralisação do movimento da perna da personagem que esta entrada se dá produzindo um efeito de sentido de legitimidade no discurso do álbum, com a apropriação do efeito de real que o discurso fotográfico da época carregava.

Como já argumentei no início deste capítulo, acreditava-se na época da comemoração do tricentenário que a técnica fotográfica era capaz de produzir uma imagem do real tal como ele era sem a intervenção da subjetividade humana. Daí que a entrada da personagem não constitui um dissenso com este discurso, ao contrário, contribui para a construção deste efeito de real fotográfico.

O jarro de plantas e o leão embora destoem do sentido de ordem, não constituem um dissenso, eles contribuem para a construção do discurso civilizatório, pois remetem à capacidade do homem de dominar a natureza. A imagem do leão tem ainda a função de representar o poder e a força, remetendo-se no caso, aos âmbitos político e coercitivo da governabilidade.

Temos ainda nesta imagem a questão da vestimenta. Ao aprovar a destinação de recursos financeiros para a organização do centenário, o governador Luis Antonio Domingues da Silva, exigiu que todos estivessem *decentemente vestidos*, conforme nos mostra a SD abaixo:

SD25 – [...] que a exposição seja franqueada gratuitamente a todos os que se apresentarem *decentemente vestidos*. (ALBUM..., 1913, p. 15, grifo nosso.)⁴⁸

Esta exigência demonstra uma forma de controle social, ou seja, a de selecionar pelo vestuário o tipo de platéia que lhes interessava. Uma platéia que compusesse uma cena civilizada, ou seja, que soubesse manifestar nos ritos e protocolos da comemoração sua adequação aos códigos sociais vigentes como podemos ver a seguir:

SD26– [...] finalmente esta *selecta assembléa*, atestando o civismo da população de São Luis, [...].(ALBUM..., 1913, p. 11, grifo nosso.)⁴⁹

⁴⁸ Carta do sr. Luis Domingues dirigida aos organizadores do 3º centenário.

⁴⁹ Discurso do sr. Justo Jansen.

Tais modos foram efusivamente elogiados pelo Diário Oficial do Estado do Maranhão, na edição de 09 de setembro daquele ano e pelos organizadores da exposição. De modo que ao projetar esta imagem de si, os sujeitos discursivos, no álbum comemorativo, recorrem à memória social da cidade retomando a imagem de cidade ilustrada e civilizada, cuja referência principal era a França, que haveria legado ao maranhense, como já disse, a humanidade, a fidalguia, a formação do espírito que o enobrece e engrandece culturalmente (SD4).

Deste modo, o maranhense é visualmente representado com solenidade e em situação de decoro gestual, resultando da relação de composição entre o discurso verbal e o imagético, um efeito de sentido de hegemonia dos modos civilizados, ou seja, estes discursos fazem crer que os maranhenses eram um povo civilizado, pois suas maneiras corresponderiam aos códigos sociais em vigor na época.

Cabe então questionar por que este esforço para construir tal efeito e que processos de esquecimento estavam em jogo nesta configuração. Primeiramente, se é necessário impor regras civilizatórias, no caso quanto ao modo de vestir (SD25), é porque tais regras não estão internalizadas no comportamento cotidiano da população, ou seja, a imagem de um maranhense civilizado não era tão hegemônica conforme queriam fazer crer os organizadores do evento. Decorre daí que o *esforço* para parecer que tais comportamentos são hegemônicos é justamente para produzir um esquecimento quanto ao trabalho de enquadramento necessário para fornecer esta imagem hegemônica e das práticas de sociabilidade que não coadunavam com este discurso civilizador.

Para demonstrar como se deu este esforço de construir um *modus vivendi* tendo como referência os atributos da civilização francesa, trago para este debate a questão específica da vestimenta. Dentre as mais variadas práticas consideradas civilizadas, a arte de vestir-se era no final do século XIX uma das mais importantes demonstrações de sofisticação e de bom gosto.

Com a proclamação da República, as elites brasileiras buscaram construir uma nova imagem para o Brasil cujo modelo era a Europa, mais especificamente, a França. Esta nova imagem deveria refletir a concepção de nação que as elites brasileiras queriam legitimar, qual seja o de uma sociedade moderna e civilizada, “a europeização, antes restrita ao ambiente doméstico, transforma-se agora em objeto – o melhor seria dizer em “obsessão” – de políticas públicas” (PRIORE, 2001, p. 273). Para isso, foi importado um conjunto de práticas, de

objetos da cultura material, leis, modelos arquitetônicos de moradias e de estrutura física das cidades que transformaram a vida social, política e econômica na virada do século XIX.

Em todos os aspectos do cotidiano brasileiro procurou-se imprimir a marca européia. No café da manhã, por exemplo, o pão “francês” substituiu a mandioca cozida, [...]. As formas de tratamento também não ficam imunes a essas mudanças: expressões tradicionais, portuguesas ou resultados da influência africana, como *dona*, *sinhá* ou *yayá*, dão lugar a denominações afrancesadas, tipo *mademoiselle* ou, mais popularmente, *madame*. No vestuário, apesar do clima tropical, adotam-se a lã e o veludo como padrão, em roupas sobrepostas, como no caso das saias compostas por três camadas de panos. [...] Nas cidades, os antigos sobrados e casas-grandes dão lugar a chalés ou a construções de inspiração neoclássica [...]. (PRIORE, 2001, p. 229, grifo da autora)

Durante os anos de 1840 a 1860, criou-se no Rio de Janeiro uma febre de bailes, concertos, reuniões e festas. Os bailes à moda de Paris eram um dos símbolos que operava o corte entre o mundo europeizado e o restante da sociedade. (SILVA, 2004, p. 71)

O ambiente criado pela *belle époque*, contudo, não conseguiu apagar as vicissitudes da vida cotidiana brasileira:

O início da República conviveu com crises econômicas, marcadas por inflação, desemprego e superprodução de café. Tal situação, aliada à concentração de terras e à ausência de um sistema escolar abrangente, implicou que a maioria dos libertos passasse a viver em um estado de quase completo abandono. Estes últimos, além dos sofrimentos da pobreza, tiveram que enfrentar uma série de preconceitos cristalizados em instituições e leis, feitas para estigmatizá-los como subcidadãos, elementos sem direito a voz na sociedade brasileira. (PRIORE, 2001, p.273)

Considerando estas condições de produção da vida social no Brasil em relação ao processo civilizador daquele período, verificamos que no Maranhão as condições não foram diferentes. Inserido no discurso da *belle époque*, o Maranhão também participou do esforço de construção de uma nova imagem para um Brasil republicano. A elite maranhense procurava, ao aderir a este processo, distinguir-se das classes populares e, principalmente, dos escravos. Consoante com a idéia de parecer civilizado, as mulheres e os homens buscaram imitar o modo de vestir da sociedade francesa como descreve a historiadora maranhense Ana Ládía C. Silva:

O *mond-chic*, como era conhecido o modo francês de trajar-se, tornava-se progressivamente mais acessível às elites simpatizantes dos estilos civilizados. Nesses anos do bom tom a fina flor da sociedade ludovicense trajava-se à francesa. Pouco importava o desconforto causado pelo calor da província e os inconvenientes das ruas sujas e sem calçamento, quando o mais importante era respeitar as conveniências de estilo ou os modismos da alta costura européia. Abandonavam-se os trajes mais modestos e mais adequados à situação climática da província, pelos mais refinados ou mais afeitos à estética da civilização. [...] No vestuário feminino, as saias simples de seda foram substituídas pelas saias e anáguas de balão, feitas de crinolina (tecido de crina) e outras qualidades que eram confeccionadas por *Madame Balico*, instalada a partir de 1860, no Largo do Carmo, onde mantinha uma badalada oficina de moda. As camisas de cambraia foram substituídas pelos corpetes de pafos com talas de baleia, que com o passar dos anos, evoluíram para os famosos espartilhos, cuja missão era sublinhar as formas femininas acentuando consideravelmente as curvas das ancas e dos seios. Esses acessórios causavam um grande desconforto, especialmente às mulheres que habitavam regiões quentes. As senhoras de “boa estirpe” da elite ludovicense, pouco importavam os desconfortos causados por esses artefatos estéticos, quando o afrancesamento da aparência tornava-se uma possibilidade real. [...] Essa preocupação com o “trajar-se à francesa” não era restrito apenas às damas da “boa sociedade” ludovicense. Aos senhores também era oferecida a possibilidade de vestirem-se com “esmero” e “elegância”. Em 1853, o jornal mencionado fazia publicar os serviços de *Monsieur Etienne Hoefler*, alfaiate francês de reconhecida competência na arte da confecção que recém-chegado da capital francesa, acabava de abrir sua loja na rua de Nazaré, nº 19. As pessoas que se dignassem a honrá-lo com sua confiança encontravam em sua loja um variado sortimento de fazendas para calças, paletós, coletes, etc. (SILVA, 2004, p. 62-63)

No relato da historiadora vemos que o esforço de adequação aos modos civilizados de vestir não aconteceu sem sacrifícios. Nem as condições climáticas, nem as de infraestrutura da cidade eram adequadas àquele modo de sociabilidade que foi adotado pela elite maranhense. Como já apontei no início deste capítulo, na virada do século XIX para o XX o Maranhão estava vivenciando uma crise política e econômica que afetava de modo mais grave a maioria da população que não havia acumulado bens e títulos durante a fase áurea da economia.

A economia maranhense era, sobretudo, agrícola e não fabril, como exigia o sistema capitalista. A população era formada em sua maioria por ex-escravos e mestiços, a educação formal era privilégio apenas da elite econômica e imperava o analfabetismo. As instituições públicas eram anacrônicas e carregavam todos os vícios do funcionalismo público brasileiro.

O traçado arquitetônico da cidade com suas ruas estreitas dificultavam ainda mais o desenvolvimento de um sistema de transportes mais moderno e o que havia era apenas alguns bondes, que circulavam apenas na região central da cidade, e o sistema de transporte fluvial era extremamente precário tornando as comunicações com o interior do Estado muito difíceis e lentas. É neste quadro dissonante que a elite política e econômica maranhense desejava

implantar o *modus vivendi* da capital federal, o Rio de Janeiro, este por sua vez também já importado da França.

Foi necessário, então, construir discursos e instituições que apagassem ou minimizassem o impacto destas práticas⁵⁰. Dentre estes discursos e instituições está a criação da “Sociedade Dramática Maranhense”,⁵¹ a construção do Teatro União (depois São Luis e hoje Artur Azevedo), a organização de saraus, a realização de torneios de elegância, a adaptação da língua e da escrita ao sistema francês, com a inserção de termos como *mademoiselle* e *madame* e a transformação da grafia de certas palavras imitando a francesa como os pronomes ele e ela, escritos com dois ll em alusão ao “elle” (no Maranhão escrevia-se elle para indicar a 3ª pessoa do masculino, quando na língua francesa este termo significava justamente o contrário).

Como vemos neste pequeno extrato dos modos de sociabilidade da sociedade maranhense na virada do século XIX e início do XX, as disparidades entre o discurso e as práticas eram evidentes. Daí que não é de estranhar a exigência do governador de que a população viesse *decentemente vestida* (SD25) e a insistência dos organizadores do álbum em produzir uma imagem hegemônica dos costumes da época.

3.4 Um Maranhão áureo: “A Manchester Brasileira”

Nesta última seção, procurarei analisar o modo pelo qual os organizadores do álbum constroem a imagem de um “Maranhão áureo”, considerando a grave crise que vinha atravessando a economia do Estado. Conforme já vimos no capítulo 1 e nas seções anteriores deste capítulo, a crise econômica por que passava o Maranhão era tão séria que os partidos políticos da oposição e da situação uniram-se para votar a tomada de um empréstimo estrangeiro.

Nesta configuração, a construção de uma imagem de progresso e modernidade é, principalmente, uma estratégia memorialística que objetiva pôr no esquecimento as condições

⁵⁰ Estas adaptações não passaram sem críticas pela intelectualidade maranhense nos jornais e folhetins que ironizavam estas práticas. Dentre estes intelectuais podemos citar Artur Azevedo, Aluízio Azevedo, João Franciso Lisboa (SILVA, 2004; BORRALHO, 2000; CORRÊA, 1993).

⁵¹ Criada em 1878 por artistas e intelectual maranhenses “propunha uma renovação no teatro maranhense pelo favorecimento do surgimento de atores maranhenses, pela educação do público e pela promoção do teatro realista, já que o público conhecia apenas o teatro romântico” (SILVA, 2004, p. 77).

concretas de existência no Maranhão naquela época. Parafraseando o historiador, o principal símbolo desta miragem é a “Exposição do Tricentenário”:

A parte principal dessa comemoração foi a exposição de productos do Estado, organizada pela Sociedade “Festa Popular do Trabalho”, antiga associação que tem por ideal a divulgação e propaganda dos productos do Estado e por fim a organização de exposições. (ALBUM..., 1913, p. 04, grifo nosso.)⁵²

A construção de um espaço desta natureza possibilitou que os conflitos sociais e econômicos pudessem ser processados através de um conjunto de sociabilidades, conforme vimos na seção anterior, de modo que fossem minimizados. Considerando que a realização do centenário representou um consenso entre as mais diversas classes sociais do Estado, a Exposição funcionou, então, como um lugar material e simbólico onde os maranhenses puderam projetar um futuro mais próspero e estável.

Temos então dois efeitos de sentido, um é o efeito de sentido de grandeza pela exaltação da riqueza maranhense e o outro é o efeito de sentido de decadência.

3.4.1 A grandeza do Maranhão

Para analisar a construção do efeito de sentido de grandeza da riqueza do Maranhão, trago as SDs 25 a 29 e as imagens das fábricas de tecidos, conforme segue:

***SD27**– No pouco que aqui conseguimos reunir podeis, entretanto, ver que os tres seculos de existencia desta cidade não têm sido inuteis para os seus habitantes, para a nossa grande patria e para toda humanidade.*

Na parte intellectual tendes ahí no sagrado relicario da brasilica Athenas, o talento dos nossos grandes vultos espargindo luz em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

Na parte material, ahí tendes: na agricultura, o nosso algodão, o melhor do mundo, avaliado pela extensão da fibra, o nosso substancial arroz, o pão do maranhense, produzido quazi que expontaneamente nas nossas terras; as feculas de mandioca e os demais produtos agricolas expostos, indicando a uberdade do nosso abençoado solo.

Os mineraes, as madeiras, as borrachas rezinas e muitos outros produtos naturaes.

Em manufacturas, vereis os tecidos de algodão, as redes para dormir, os magnificos moveis artisticamente feitos com madeira deste Estado, os delicados

⁵² Trecho do discurso de abertura do álbum comemorativo do tricentenário.

trabalhos de prendas femininas, de typographia, encadernação e ... para que enunciar tudo que ides ver immediatamente e julgar com a vossa criteriosa apreciação?

É necessario declarar, porém, que a *Exposição não está ainda completa*; espera os productos dos municipios do interior do Estado e muitos trabalhos mesmo da Capital, ainda não concluidos, e que serão expostos durante o tempo em que ella permanecer aberta. (ALBUM..., 1913, p. 06-07, grifo nosso)⁵³

SD28- Secção de Productos Naturaes

Ricas madeiras extrahidas nas nossas *gigantescas mattas*, amostras dos mineraes das nossas *valiosissimas minas*, ainda não exploradas, *magnificos especimens das nossas borrachas de seringueira e maniçoba*, das *nossas innumeraveis fibras textis, palntas medicinaes* e grande variedade de outros productos da nossa *exuberante natureza*, enceram amplamente o compartimento destinado aos “Productos Naturaes” e se tornaram *objecto de exame e estudo* para muitos visitantes no certamen commemorativo. (ALBUM..., 1913, p. 19, grifo nosso)⁵⁴

SD29- Secção de Industria Pastoril

Bellos exemplares de raça mestiça, cruzamento de reprodutores estrangeiros com o gado do nosso Estado, concorreram a exposição commemorativa. (ALBUM..., 1913, p. 20, grifo nosso)⁵⁵

SD30- Secção de Várias Industrias

Não foi completa a Secção de Várias Industrias no certamen commemorativo, porém, se concorressem todos os productos do Estado, nella classificaveis, seria necessario, para exhibi-los, um outro edificio igual ao que occupamos com toda a exposição.

Comtudo tivemos magníficos productos, que encheram vastos salões, um no pavimento superior e outro no inferior. (ALBUM..., 1913, p. 21, grifo nosso)⁵⁶

SD31- Secção de Artes Liberaes

O certamen commemorativo veio provar mais uma vez que no Maranhão, gloriosa Athenas Brasileira, existe ainda muito gosto Bellas-Artes e Bellas-Letras.

A nossa Secção de Artes Liberaes foi a mais perfeita affirmação de que continuamos a ser um povo culto e intellectual. (ALBUM..., 1913, p. 21, grifo nosso)⁵⁷

Na construção de um efeito de sentido de grandeza os organizadores do álbum utilizaram um discurso de exaltação das riquezas naturais e das qualidades do povo maranhense, consideradas decisivas para que a cidade e o Estado tenham alcançado o nível de progresso material e intelectual que alardeavam. Esta construção é materializada na SD27 pela enumeração dos produtos enviados à exposição. Neste discurso são elogiados o algodão maranhense, que seria *o melhor do mundo*, a *uberdade* do solo, os magnificos moveis, os delicados trabalhos de prendas femininas, bem como *o talento dos nossos grandes vultos*

⁵³ Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho

⁵⁴ Id.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ Op. cit.

⁵⁷ Passim.

(SD27 e 31). E para dar mostras de que não estavam a exagerar, ressaltam o grande número de produtos recebidos embora a *Exposição não está ainda completa* (SDs 27) . E prosseguem neste discurso de exaltação das coisas do Maranhão nas SDs 28-31.

Em todas elas a figura do exagero é construída pelo uso de adjetivos, alguns no grau superlativo, como em *gigantescas mattas, valiosissimas minas, magnificos especimens das nossas borrachas de seringueira e maniçoba, exuberante natureza* (SD28). Em todos estes discursos a imagem que sobressai é a de que, em tudo, o Maranhão é melhor, quer seja no Brasil ou no mundo, como no caso do algodão.

No sentido de reiterar esta imagem de grandeza foram publicadas no álbum duas imagens relativas à agricultura e à pecuária. Do setor da indústria foram publicadas três imagens que trago a seguir para analisar o seu uso no discurso do álbum em relação a essa imagem de prosperidade.



Imagem 6 – Fábrica de Tecidos de Codó



Fabrica de Fiação e Tecidos do Rio Anil (Suburbio da Capital)

Imagem 7 – Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Anil



Fabrica de Tecidos São Luiz

Imagem 8 – Fábrica Tecidos São Luiz

Consoante com a imagem de um Maranhão moderno, o uso destas imagens no discurso do álbum vêm reiterar o discurso de grandeza produzido nas SDs 27-31.

Do ponto de vista arquitetônico, a marca visual desta representação é a chaminé, que nas imagens acima ainda obedecem ao padrão visual das fábricas inglesas, durante a Revolução Industrial no século XVIII. Como representação visual e material da indústria, a fábrica é o espaço principal de produção na sociedade capitalista no início do século XX.

E para o Maranhão daqueles tempos, a imagem da fábrica funcionava como um símbolo do progresso e de novos tempos de riqueza e prosperidade, pois os maranhenses estavam “desiludidos com a lavoura, quiseram substituí-la, como elemento básico da nossa economia, pela indústria têxtil. Sonhou-se transformar São Luis numa Manchester. Na quimera deixou-se embalar todo Maranhão.

Não obstante, os esforços dos organizadores do álbum para construir uma imagem de prosperidade, vemos nas três imagens que o uso do recurso da grande angular e a localização do fotógrafo em relação ao objeto possibilitou visualizar o cenário ao redor das referidas fábricas. O cenário constituído por um matagal ao redor da fábrica constrói um efeito de sentido de abandono.

De fato, naquele período o Maranhão já acordara do sonho dourado de ser a Manchester do norte. O sonho de modernização econômica ainda seria alimentado por Luis Domingues com o primeiro empréstimo internacional do Maranhão. O que ao final do seu governo não havia resolvido os problemas econômicos do Estado e agravara a situação dos credores. (MENDONÇA, 2005, p. 131)

De fato, o Maranhão já havia vivenciado um período próspero em sua história econômica. Segundo a maioria dos historiadores maranhenses (MEIRELES, 2008; VIVEIROS, 1992; BORRALHO, 2000; SILVA, 2004, 2008) este período vai de 7 de agosto de 1755 quando foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e vai até 25 de fevereiro de 1778, quando por decreto de D. Maria I a companhia foi oficialmente extinta, o que só ocorreu de fato em 1814 (MEIRELES, 2008).

Criada por determinação do Marquês de Pombal, a Companhia tinha “o objetivo de introduzido nas capitanias escravos negros que suprissem a falta do braço indígena, animar-lhes o comercio fomentando a agricultura” (MEIRELES, 2008, p. 165). Até o encerramento das atividades da referida Companhia houve um período de grande prosperidade no Maranhão, como vemos no relato do citado historiador:

“De 1760 a 1771, zarparam de São Luis, para os portos portugueses, 71 navios, conduzindo 112.339 arrobas de algodão, 4.437 de arroz, 21.084 de gengibre, 398 de cacau, 249.780 de atados (couro curtido)”, 255 alqueires de tapioca, 439 pães de cera, 23 peças de lona de algodão, 3.933 quartos de óleo de copaíba, 138 toros de madeira fina, 1.564 hastes de paineira, 5.350 velas de sebo, 1.599 madeiras para navio, cravo, fumo, café, sola, anil, seda em rama, âmbar, tartaruga, etc...”. (2008, p. 166)

É este momento que será transmitido, pela memória social, como a idade do ouro maranhense e ao qual recorreram os organizadores do evento para legitimarem suas produções.

3.4.2 O efeito de decadência

Como vimos na seção anterior o discurso de prosperidade e de grandeza corresponde ao desejo de legitimação da exposição pela qualidade dos produtos expostos. No entanto, foi possível observar um efeito de sentido de decadência relativo à produção agrícola do Estado. Para analisá-lo trago a SD30, conforme segue:

SD6 – *Dotado de um solo fertilissimo, o Maranhão poderia ser um dos primeiros Estados da União Brasileira pelo valor da sua agricultura; grandes obstáculos lhe antolham os passos do caminho do progresso e são: a falta de braços para o serviço da lavoura, a falta de capital e a falta de viação.* (ALBUM..., 1913, p. 19, grifo nosso)⁵⁸

SD32- Secção de Agricultura

Muito vacillante e tropega como um convalescente de antiga enfermidade receoso de uma recaída, apresentou-se a nossa renascente agricultura no certamen commemorativo amparada na uberdade do nosso privilegiado solo e nos ensinamentos da Inspectoria Agricola deste districto.

E já que me referi a esta util repartição do Ministerio da Agricultura, devo salientar a *figura brilhante* que fez na nossa exposição, augmentando consideravelmente a secção de agricultura. Mandou-nos *os aparelhos de lavoura, mais modernos e aperfeiçoados,*

[...]

ASSUCAR

Mais uma vez o “Engenho d’Água”, magnífica uzina em Caxias, propriedade da Exma. Viuva & Filhos de João da Cruz, triumphou dentre todos os estabelecimentos agricolas que enviaram seus produtos á exposição.

O fino e alvissimo assucar e a crystalina aguardente de canna fabricados neste importantissimo estabelecimento não encontraram no certamen outros que os egualassem.

⁵⁸Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho.

É mais uma lição pratica ensina pelas exposições. Praticuem os outros lavradores como o “Engenho d’Água”, cultivem perseverantemente a terra pelos methodos modernos, adoptem apparatus aperfeiçoados no fabrico do assucar, que nós teremos o prazer de ver, nas futuras exposições, muitos productos semelhantes a esses, que merecem do Jury de Recompensas o grande premio do – Tricentenario; [...]

ARROZ

O arrôz – pão do maranhense – *foi exhibido no certamen de um modo brilhante.*
[...]

FUMO

Apesar de possuirmos terrenos proprios para a cultura do fumo, tem ella *decrescido* consideravelmente nos últimos anos. [...]. (ALBUM..., 1913, p. 16-18, grifo nosso)⁵⁹

Considerando que o objetivo da exposição era o de divulgar os produtos do Estado, parece-nos que um discurso de conotação negativa quanto à produção agrícola é, nesta configuração, no mínimo, estranho e questionável. Mas se considerarmos que, apesar de todos os esforços quanto ao trabalho de enquadramento das referências sócio-históricas e culturais da cidade não foram suficientes para apagar as críticas dos adversários, nem tampouco as marcas da longa crise econômica, este discurso de decadência nada tem de estranhável. Ele visa à construção de um argumento que justifique o atraso econômico em que se encontra o Estado.

Utilizando-se da metáfora da doença, o orador do Relatório constrói uma imagem negativa do setor agrícola do Estado ao estabelecer relação de comparação entre o aspecto visual de um doente e as condições deste setor econômico (SD32). Para compreender como se dá esta construção recorri a Othon Garcia (2007, p. 107-108) acerca do conceito e do funcionamento da metáfora.

A metáfora não é apenas um recurso que se lança mão por falta de uma *expressão adequada* mas também um meio de *caracterização pitoresca*, [...] consiste em dizer que uma coisa (A) é outra (B), em virtude de qualquer semelhança percebida pelo espírito entre o traço característico de A e o atributo *predominante*, atributo por *excelência* de B [...]. Quanto maior é a área de semelhança, tanto mais expressiva, tanto mais congruente é a metáfora. (grifos do autor)

De acordo com este autor, o uso da metáfora não se dá pela falta de uma palavra adequada para caracterizar um objeto, mas porque se quer estabelecer relação de contingência entre eles, no caso específico, entre as características do doente e o estado da agricultura naquela época.

⁵⁹Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho.

Assim, a agricultura do Maranhão é apresentada como *trôpega e vacilante* (SD32), ou seja, como um doente que sobreviveu à grave moléstia e ao tentar caminhar tem poucas forças para seguir em frente e a cada passo tropeça, vacila. Devido ao seu estado de convalescência procura amparar-se em outrem, no caso a Inspetoria Agrícola, para evitar nova queda. Deste modo, a Inspetoria é apresentada como um sustentáculo do setor agrícola no Estado e, devido a esta apresentação, não constitui contradição com o efeito de sentido de decadência classificar a participação desta instituição na exposição como *brilhante* pelo nível das peças expostas, que foram os *mais modernos e aperfeiçoados aparelhos de lavoura* (SD32)..

Vemos ainda, nesta SD, o louvor à cultura do açúcar e do arroz como dois exemplos positivos da qualidade do solo e da persistência do maranhense em vencer as dificuldades que lhe são impostas pelo campo econômico. Para louvar o desempenho daqueles que cultivam o açúcar e demonstrar a importância das exposições utilizam a estratégia de homenagear um empreendimento específico e seus proprietários.

Consistente com a metáfora da doença, os oradores do Relatório indicam um médico, a Inspetoria Agrícola e um remédio que é a combinação de *methodos* de cultivo e o uso de *aparelhos aperfeiçoados* (SD32). Mas sendo grave a doença faz-se necessário uma atitude positiva do doente com vistas à cura, no caso a persistência no cultivo do açúcar. E para demonstrar que a receita é infalível, promete uma recompensa a todos que seguirem a recomendação acima, qual seja, a concessão de um dos prêmios do Júri de Recompensas das referidas exposições do trabalho organizadas por aquela Sociedade.

Ainda na configuração da metáfora da doença, o orador do Relatório faz um diagnóstico das causas. Neste diagnóstico descarta qualquer debilidade intrínseca do corpo, pois este (no caso o solo) é *fertilíssimo* (SD06) e tem atestado sua resistência mesmo em condições de debilidade, pois se não fosse a *uberdade do nosso privilegiado solo* (SD27) não teria a agricultura resistido às constantes crises políticas e econômicas pelas quais tem passado o Maranhão ao longo de seus trezentos anos de história. Enumeram então três causas para tal estado: *a falta de braços para o serviço da lavoura, a falta de capital e a falta de viação* (SD06).

Gostaria de retomar aqui uma interpretação que produzi na seção 3.1 ao analisar o efeito de sentido de valoração positiva versus negativa, que é a do sentimento de ressentimento do maranhense em relação ao governo central do país. O que está em jogo na

formulação das causas de tal doença é a rememoração de um sentimento de perda em relação às políticas nacionais.

Procurando explicar a motivação da crise da lavoura do açúcar e do algodão no final do século XIX, Viveiros (1992) aponta a abolição da escravatura como a causa principal da crise. De modo que ao referir-se à *falta de braços para o serviço da lavoura*, o orador procura demonstrar que a responsabilidade pela situação de debilidade da agricultura não é nem do maranhense, nem do solo, mas das decisões políticas do governo central tomadas à revelia dos dirigentes maranhenses. A segunda causa é decorrente da primeira, pois a crise leva à desvalorização da moeda e perda do crédito bancário (MEIRELES, 2008). E, por fim, a última causa é uma crítica à política local que não havia, até aquele ano, conseguido construir um sistema de transporte moderno e ágil que pudesse escoar a produção agrícola até os portos do Rio de Janeiro, principal elo entre a economia brasileira e o comércio exterior.

Considerações finais

Considerando o percurso realizado, proponho neste espaço discursivo algumas interpretações acerca dos efeitos de sentidos analisados.

Meu interesse principal era o de estabelecer as relações entre memória e discurso para compreender como estas relações mobilizam processos memorialísticos e redes de sentido naquelas condições de produção específicas. E para fazê-lo procurei estabelecer que estratégias discursivo-memorialísticas foram utilizadas na produção do álbum e os efeitos de sentido daí decorrentes. Para isso, construí um outro arranjo das materialidades discursivas procedendo pelo estabelecimento de recortes no discurso do álbum e os pus em relação de composição com os outros campos discursivos que constituem esta pesquisa, quais sejam, o jornalístico, o político e o acadêmico. De modo que o objeto discursivo foi formulado como sendo os processos discursivos de construção da imagem do maranhense no álbum comemorativo do tricentenário.

Considerando que uma análise de discurso busca determinar os efeitos de sentidos produzidos em uma determinada materialidade discursiva a partir da análise das condições de produção em que os discursos se deram e das formações discursivas que o constituem, foi possível apontar no discurso do álbum três formações discursivas, a saber, a de legitimação da festa do tricentenário, a civilizacional e a econômica. Estas formações discursivas foram nomeadas em função da imagem de si a que cada uma corresponde, ou seja, a primeira foi a de um “Maranhão grandioso”, a segunda de “Maranhão civilizado” e, a última FD de um “Maranhão áureo”.

Vimos que a FD de um “Maranhão grandioso” tem por saber os discursos de legitimação da realização do evento e está envolvida numa rede de sentido que se fundamenta na crença de que os maranhenses herdaram as qualidades positivas dos franceses em virtude da fundação da cidade por estes últimos. É a referida fundação, motivo de orgulho para o maranhense, o que torna a realização do centenário um dever e uma responsabilidade com as gerações futuras em virtude da importância desta data para a memória da cidade e do maranhense.

Nesta configuração enunciativa, o maranhense de 1912 é apresentado ao mesmo tempo como aquele que tem a honra de homenagear esta data importante, bem como aquele que tem o dever cívico para com as gerações futuras e com a memória da cidade.

Quanto à formação discursiva de um “Maranhão civilizado”, a mesma está inserida na rede de sentido do discurso civilizador que vinha sendo implantado no Brasil desde a segunda metade do século XIX e início do século XX. Quando se dá a comemoração do tricentenário de São Luis, este discurso já se tornara mais ou menos estabilizado nas elites brasileiras, muito embora as práticas não coadunassem com o ideal de civilização proposto. Neste contexto de importação de modos civilizados, o Maranhão e o maranhense procuraram construir uma distinção em relação aos outros brasileiros em função de uma herança cultural que teriam recebido seus fundadores, os franceses. Herança esta que eles acreditavam refletir nos modos polidos e refinados no trato com os demais, na arte de vestir-se e no bom gosto estético. Segundos estes discursos, herdaram, ainda, a humanidade e a lealdade, as noções de civismo e de patriotismo, assim como um espírito enobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, ciências e artes, conforme enunciado no discurso do governador na cerimônia de abertura do evento. De modo que podemos dizer, por estes discursos, que o maranhense de 1912 considerava-se mais civilizado do que os outros brasileiros, porque não precisa imitar os modos franceses.

Considerando o conjunto da obra, o maranhense não poderia segundo estes discursos, ter outro destino que não o de esplendor e grandeza material e intelectual. A materialização destes enunciados foi fortemente demarcada na SD 4 e reiterada nas demais sequências discursivas analisadas nas seções 3.2 e 3.3.

Na construção da imagem de um “Maranhão áureo” este passado de esplendor e glória funcionou como uma certeza histórica de que apesar das dificuldades econômicas e políticas da época, o maranhense conseguiria superá-las, pois à semelhança de seus fundadores não lhes faltava a coragem e a perseverança para cultivar o solo – considerada a maior riqueza que dispunham para continuar a trilhar o caminho do progresso. Esta FD está relacionada às redes de sentidos constituintes do discurso capitalista que tem no progresso econômico sua principal legitimação, sendo que ela remonta ao período da primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no século XVIII.

A marca distintiva desta fase capitalista é a implantação de fábricas e o desenvolvimento de uma economia internacional com a circulação de bens e serviços. Um aspecto central na construção discursiva capitalista é a exaltação do progresso e da modernidade, embora os países pobres só participem dele como exportador de matérias-primas e importador das manufaturas produzidas pelos ricos.

Nesta configuração, a realização da Exposição do Tricentenário constitui um gesto simbólico de pertencimento a este discurso de progresso econômico. Sabe-se que estas exposições tinham como principal objetivo divulgar as novas técnicas, a ciência e um novo padrão de vida e de consumo. Elas funcionaram como cenários para a difusão desta mentalidade e foram montadas tanto nas grandes capitais do mundo, como Paris, Londres, Amsterdam e Nova York, quanto em países periféricos como o Brasil.

Com a realização maciça de comemorações de centenários a partir do século XX, as exposições passaram a constituir a parte central destas comemorações e não tardou que estas estruturas – das exposições e dos centenários – fossem reproduzidas em todos os Estados brasileiros, havendo inclusive uma verba do governo federal destinada à realização de tais exposições.

Pondo em relação de composição as análises elaboradas no capítulo 3, podemos observar que o saber da FD de um “Maranhão grandioso” está imbricado no saber das outras duas FDs projetando-se como dominante nesta construção discursiva. Esta projeção nos faz crer que haja um sentido oficial da comemoração, pois todas elas remetem a um sentido dominante na construção discursiva do álbum que o sentido de orgulho, tanto do desenvolvimento econômico e cultural da cidade quanto de sua memória histórica, produzindo um efeito de legitimação destes discursos.

No entanto, essa dominação é relativa. Ela só se apresenta como tal por que no jogo das FDs seu saber perpassa todas as outras FDs em questão. Isto acontece porque estas fronteiras não são fixas, seus limites são muito tênues e em determinadas condições de produção elas podem permitir a entrada de saberes alheios ao seu domínio. É o que ocorreu, a meu ver, no discurso do álbum. Inseridas numa configuração discursiva que tem por interdiscurso as comemorações do tricentenário de fundação da cidade, as FDs de um “Maranhão civilizado” e a de um “Maranhão áureo” têm suas fronteiras constantemente invadidas pelo domínio de saber da FD de um “Maranhão grandioso”, tendo em vista que esta última oferece a motivação principal da comemoração e a própria condição de enunciação destas FDs.

Dizendo com outras palavras, o domínio de saber que constitui a identidade do discurso econômico de prosperidade na FD de um “Maranhão áureo” nesta construção discursiva só se legitima por que se sustenta nos feitos dos fundadores da cidade, ou seja, no progresso que eles teriam alcançado. Do mesmo modo, no discurso civilizador a exaltação das maneiras do maranhense ao feito dos franceses constitui a identificação deste domínio de

saber com o da FD de um “Maranhão grandioso”. Este movimento de construção de identidade das FDs econômica e civilizacional não se dá apenas na direção da FD de legitimação do evento, ao contrário, a própria FD de um “Maranhão grandioso” procura sustentar sua legitimação pelo domínio de saber das outras duas FDs, buscando, assim, construir uma estabilidade que lhe permita apresentar-se como o sentido oficial do evento.

Afinal, para construir a imagem de um maranhense orgulhoso e vaidoso de sua descendência francesa foi necessário que o sujeito discursivo do álbum pudesse ser enunciado como um sujeito civilizado, intelectual, próspero e guardião desta memória histórica.

Considerando o domínio de saber da FD dominante é possível enunciar que o sujeito do discurso do álbum é o maranhense. Retomando o já dito, o sujeito discursivo não se confunde com os sujeitos empíricos – os quais produzem a enunciação onde o saber da FD se materializa –, tendo em vista que para a AD o sujeito do discurso é determinado pela *posição* que o enunciador ocupa em relação ao domínio de saber de FD. Neste sentido, o discurso do álbum é constituído pelos seguintes discursos e enunciadoreis:

- a) no discurso de abertura do Álbum o narrador é o sr. Domingos Perdigão na função de oficial da Secretaria de Governo;
- b) na descrição da abertura do evento foi transcrito o discurso do Diário Oficial do Estado do Maranhão cujo narrador é o governo considerando que este é o órgão oficial de imprensa do Estado;
- c) discurso de abertura do evento pronunciado pelo sr. Domingos Perdigão na posição de Presidente da Sociedade Festa Popular do Trabalho;
- d) discurso do governador, sr. Luiz Domingues, também na abertura da comemoração;
- e) discurso do sr. Justo Jansen, presidente da comissão organizadora do tricentenário na cerimônia de encerramento do evento;
- f) discurso do Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho, produzido pelo seu presidente, o sr. Domingos Perdigão;

Como podemos observar, trata-se de diferentes enunciadoreis em diferentes lugares sociais. No entanto, no que diz respeito ao discurso sobre a necessidade de realizar a comemoração todos estão em posição de adesão aos enunciados que constitui a FD de um “Maranhão grandioso”, qual seja o da importância do evento para o maranhense. De modo

que esta posição de adesão relaciona-se à modalidade de tomada-de-posição de superposição, conforme formulada por Pêcheux e que foi desenvolvida no capítulo 2.

Dizendo por outras palavras, inserido neste domínio de saber nenhum maranhense poderia ser contra a comemoração deste momento histórico da cidade. De modo que o que se pode dizer está diretamente implicado no que não se pode dizer, pois uma posição contrária a esta ordem do dizer é interdita ao maranhense enquanto sujeito empírico e discursivo.

A construção de uma imagem especular do sujeito discursivo, ou seja, do maranhense, no álbum comemorativo se dá pelo uso de estratégias discursivo-memorialísticas. Do ponto de vista das estratégias discursivas, os organizadores do álbum recorreram ao uso do discurso autorizado do Diário Oficial do Estado do Maranhão para descrever as cerimônias de abertura e de encerramento do evento a partir das matérias produzidas por este jornal. Este uso promove um efeito de verdade acerca daqueles acontecimentos, ou seja, os organizadores apropriam-se deste efeito de verdade do referido jornal para legitimar a narrativa dos ritos comemorativos no álbum. Ainda nesta estratégia de legitimação do evento e do álbum, eles utilizaram o discurso fotográfico para dar efeito de real ao registro imagético dos lugares de memória do evento, da cidade e das personalidades políticas.

Em todas estas estratégias discursivas foi possível flagrar o trabalho de enquadramento das referências sócio-históricas e culturais que perpassam o discurso do álbum. Este trabalho de enquadramento consistiu em adequar estas referências aos objetivos do evento. Para realizar este trabalho de enquadramento e de adequação da memória histórica da cidade, eles produziram lugares de memória destas referências, como por exemplo, o caso da estátua de Benedito Leite e o uso da imagem da implantação da cruz quando da fundação da cidade em 1612.

Eles também utilizaram estratégias de rememoração e de esquecimento das condições sócio-históricas e culturais da época. Foram rememoradas as glórias alcançadas pelos maranhenses, o período áureo da economia, os intelectuais, os literatos e as personagens históricas, como Daniel de la Touche, Charles des Vaux, François de Razilly, Claude D'Abbeville e Jerônimo de Albuquerque. Ao dar visibilidade a estas personagens e acontecimentos foi possível pôr no esquecimento a situação econômica do Estado e as intrigas políticas da sociedade maranhense daquele tempo.

No jogo de espelhos entre os efeitos de sentidos produzidos nas FDs analisadas e as estratégias discursivo-memorialísticas que perpassam o discurso do álbum é possível propor

que as visões do maranhense apresentadas nesta materialidade discursiva, ou seja, de um povo culto, moderno e civilizado corroboram com a idéia de que o centenário foi um lugar material e simbólico onde os conflitos de legitimidade que marcaram a sociedade maranhense no período de 1910 a 1912 puderam ser processados como um discurso de distinção e pertencimento que lhes permitiu minimizar tais conflitos.

Sem dúvida que estas interpretações são apenas uma história possível dentre outras que se poderia enunciar. Certamente ainda será necessário produzir uma historiografia do evento, ou ainda, escrever uma história da cobertura midiática da festa do tricentenário. As possibilidades são diversas, no entanto, gostaria que esta dissertação pudesse servir de apoio a outros pesquisadores, assim como eu pude encontrá-lo em produções acadêmicas de meus conterrâneos.

Em 2012, São Luis completará o seu quarto centenário. Mas isso já é, literalmente, outra história.

Referências

1- Bibliografia

ABREU, Regina. Chicletes eu misturo com bananas? Acerca da relação entre teoria e pesquisa em memória social. In: GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 27-42.

_____. **A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil.** Rio de Janeiro: Rocco/Lapa, 1996. (Artemídia)

_____. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. In: **LUA NOVA – REVISTA DE CULTURA E POLÍTICA.** Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, 1994, p. 205-230.

ACHARD, Pierre. [et. Al] **Papel da Memória.** Tradução e introdução José Horta Neves. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ALBUM COMMEMORATIVO DO 3º CENTENÁRIO DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE SÃO LUIZ, CAPITAL DO ESTADO DO MARANHÃO. São Luís, MA: Tipografia Teixeira, 1913.

ÁLBUM MARANHÃO 1908. Rio de Janeiro: Ed. Spala/Andrade Gutierrez, 1945.

AMAR, Pierre-Jean. **História da Fotografia.** Tradução Vitor Silva. Lisboa: Edições 70, 2001. (Coleção Arte e Comunicação)

AMORA, Antonio Soares. **Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa.** 11ª ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2001.

AMOSSY, Ruth (org). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos.** Tradução Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005.

AUMONT, Jacques. **A imagem.** 3ª ed. Tradução Estela dos Santos Abreu, Cláudio C. Santoro. Revisão técnica Rolf de Luna Fonseca. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Série Ofício de Arte e Forma)

BARROS, Valdenira. **Imagens do moderno em São Luis.** Revisão Flávio Reis, Núbia Maranhão, Norton Correia. São Luís: Estações em Movimento, 2001.

BARTHES, Roland. **A câmara clara.** Tradução Manuela Torres. Lisboa: Edições 70, 1998. (Coleção Arte e Comunicação)

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 4ª ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. Revisão Márcia Copola, Elvira da Rocha. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Obras Escolhidas). p. 165-196. v. 1.

_____. Pequena história da fotografia In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 4ª ed. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. Revisão Márcia Copola, Elvira da Rocha. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Obras Escolhidas). p. 165-196. v. 1.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação a edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **Terra e céu de nostalgia**: tradição e identidade em São Luís do Maranhão. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista. Assis, SP: 2000. (Área de Concentração: História e Sociedade).

_____. **A Atenas equinocial**: a fundação de um Maranhão no Império Brasileiro. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, RJ: 2009. (Área de concentração: História Social)

_____. Tradições historiográficas do Maranhão. In: **REVISTA OUTROS TEMPOS**. São Luis, v. 04. s/d. p. 111-134.

BORGES, Maria Elza Linhares. **História e fotografia**. Revisão Ana Elisa Ribeiro. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. (Coleção História e Reflexões)

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos. Revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru, SP: EDUSC, 2004. (Coleção História)

_____. BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg à internet. Tradução Maria Carmelita Pádua Dias. Revisão técnica Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004. (Interfaces)

_____. **A escrita da história**: novas perspectivas. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CATÁLOGO DOS JORNAIS MARANHENSES DO ACERVO DA BIBLIOTECA PÚBLICA BENEDITO LEITE 1821-2007. Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Pública Benedito Leite. Serviço de Apoio Técnico. São Luis, MA: Edições SECMA, 2007.

CATÁLOGO DOS MANUSCRITOS AVULSOS RELATIVOS AO MARANHÃO EXISTENTE NO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO (Lisboa). Coordenação Caio C. Boschi. Edição e revisão final Jomar Moraes. São Luís: FUNCMA/AML, 2002.

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO “O UNIVERSO DE ARTHUR AZEVEDO 1908 – 2008”. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2008.

CANNADINE, David. Contexto, execução e significado do ritual: a monarquia britânica e a “invenção da tradição”, c. 1820 a 1977. In: HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. 6. ed. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Pensamento Crítico). p. 111-174.

CAMPOS, Marize Helena de. Farrapos de algodão: observações acerca da economia maranhense na primeira metade do século XX. In: REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA E HISTÓRIA ECONÔMICA. Núcleo de Economia político e história econômica, São Paulo, nº 12, ano 05, junho, 2008.

CÓDICE nº 98/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com os magistrados. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1912.

CÓDICE nº 99/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com os magistrados. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1912.

CÓDICE nº 280/1911 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com diversas autoridades em 1911. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

CÓDICE nº 281/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com diversas autoridades em 1912. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

CÓDICE nº 282/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com a Imprensa Oficial em 1912. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

CÓDICE nº 597/1911 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com os magistrados. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1911.

CÓDICE nº 742/1911 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com o chefe de polícia. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1911.

CÓDICE nº 743/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com o chefe de polícia. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1912.

CÓDICE nº 1108/1911 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com o Inspector da Instrução Pública. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1911.

CÓDICE nº 1109/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com o Inspector da Instrução Pública. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1912.

CÓDICE nº 1532/1906-1913 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com o Inspector da Instrução Pública. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1913.

CÓDICE nº 1533/1912 – Livro de minutas da correspondência do Estado do Maranhão com o Inspector da Instrução Pública. São Luis, MA: Arquivo Público do Estado do Maranhão, 1913.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaios). p. 15-22. v. 12.

_____. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. Prefácio de Michel Pêcheux. In: **LANGAGES**, n° 62, junho, 1981. Acessado do site: <http://www.magarinos.com.ar/courtine.htm> Com tradução em castelhano de María del Carmen Saint-Pierre e Supervisão de Giovanna Winckler. s/n pág.

COUTINHO, Milson. **O poder legislativo do Maranhão 1830-1930**. São Luís, MA: Assembléia Legislativa do Maranhão, 1981. v. 1.

CORRÊA, Rossini. **Formação social do Maranhão: o presente de uma arqueologia**. São Luís: SIOGE, 1993.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução Ruy Jungmann. Revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. v. 1.

_____. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Tradução da edição inglesa, Ruy Jungmann. Revisão, apresentação e notas Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. 2.

DIAS, Antônio Gonçalves. **Exame dos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão**. São Luís: Arquivo Público do Estado/Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1993. (Série Ofício de Arte e Forma)

FERREIRA, Lucia M. As práticas discursivas e os (im)previsíveis caminhos da memória. In: GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 105-114.

FERREIRA, Luiz Alberto. Decomposição e recomposição: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos no Maranhão (1889-1894). In: **REVISTA OUTROS TEMPOS**. São Luís, v. 04. s/d. p. 111-134.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O lugar da sintaxe no discurso. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaios). p. 60-66. v. 12.

FILHO DOMINGUES, Virgílio. **Vida e obra de Luiz Domingues**. São Luiz/MA: Sioge, 1982.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso: aula inaugural do Collège de France, pronunciada no dia 02 de dezembro de 1970**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12ª. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. (Leituras Filosóficas).

GASKELL, Ivan. História das imagens. In: BURKE, Peter. **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução Magda Lopes. São Paulo: Editora UNESP, 1992. P.

GARCIA, Othon M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, mídia e identidades. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 173-186.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera (orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 11-26.

HALBWACHS, Maurice (1990) **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. 6. ed. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Pensamento Crítico). p. 111-174.

_____. A produção em massa de tradições: Europa, 1879 a 1914. In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das tradições**. 6. ed. Tradução Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008. (Coleção Pensamento Crítico). p. 111-174.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 163-172.

_____. **Lula lá: estrutura e acontecimento**. In: **REVISTA ORGANON**, vol. 17, nº 35, 2003.

_____. A fragmentação do sujeito em análise do discurso. In: INDURSKY, Freda. CAMPOS, Ma. do Carmo (orgs). **Discurso, memória, identidade**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000. p. 71-81.

_____. FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Os múltiplos territórios da Análise do Discurso. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaio). p. 8-11. v. 12.

_____. De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaio). p. 173-186. v. 12.

_____. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

JORGE, Sebastião. **A imprensa no Maranhão no século XIX (1821 - 1900)**. São Luis, MA: Lthograf, 2008. (Homenagem aos 200 anos da imprensa no Brasil)

JOLY, Martine. **A imagem e a sua interpretação**. Lisboa: Edições 70, s/d.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

_____. **Fotografia e história**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LACROIX, Maria de L. Lauande. **A fundação francesa de São Luis e seus mitos**. 3ª ed. rer. ampl. São Luis: Editora UEMA, 2008.

LAGAZZY, Suzy. O recorte significativo da memória. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos, SP: Claraluz, 2009. P. 67-78.

_____. A prática do confronto com a materialidade discursiva: um desafio. In: GUIMARÃES, Eduardo. BRUM-DE-PAULA, Miriam Rose (orgs). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes Editores, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão et al. 5ª ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Mirian Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. 2ª. ed. rev. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (122-1989)**. Rio de Janeiro: REvan; Campinas/, SP: UNICAMP, 1998.

_____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico: a Revolução de 30. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. (Coleção Ensaios).p. 102-121. v. 12.

MARIZ, Vasco. PROVENÇAL, Lucien. **La Ravardière e a França Equinocial: os franceses no Maranhão (1612-1615)**. Revisão Maria Alice Paes Barreto. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MARQUES, César. **Dicionário histórico e geográfico da Província do Maranhão**. 3. ed. São Luis, MA: SUDEMA, 1970.

MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do Segundo Reinado. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: Império: a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. (Coleção Fernando Novais). p. 181-231.

_____. Através da imagem e da fotografia: história intrfaces. **REVISTA TEMPO**, Rio de Janeiro, v. 1, nº 2, 1996. p. 73-98.

_____. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. In: **ANAIS DO MUSEU PAULISTA**, São Paulo, v. 13, nº1, jan-jun, 2005. p. 133-174.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 4ª. ed. rev. Revisão Adalberto Franklin. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **França Equinocial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Dez estudos históricos**. Apresentação Jomar Moraes. São Luis: Alumar, 1994. (Coleção Documentos Maranhenses).

MENDONÇA, Edinamária Conceição. Representações sociais em fatos culturais: o “Álbum Comemorativo do 3º Centenário da Fundação da Cidade de São Luís, Capital do Estado do Maranhão” In: MARQUES, Ester de Sá. **Jornalismo Cultural: da memória ao conhecimento**. São Luís, MA: UFMA, 2005.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. São Paulo, **Projeto História** - Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do Departamento de História. n. 10, dez. 1993.

O RIO DE JANEIRO DO BOTA-ABAIXO. Rio de Janeiro: Salamandra, 1997.

ORLANDI, Eni Puccinelli. O sujeito discursivo contemporâneo: um exemplo. In: INDURSKY, Freda. FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs). **Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites**. São Carlos: Claraluz, 2007. p. 11-20.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª ed. 3ª reimpressão. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Cultura é Patrimônio: um guia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução Eni Puccinelli Orlandi. 5ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. Prefácio. In: BURKE, Peter. Analyse du discours politique: le discours communiste adressé aux chrétiens. Prefácio de Michel Pêcheux. **LANGAGES**, nº 62, junho, 1981. Acessado do site: <http://www.magarios.com.ar/courtine.htm> Com tradução em castelhano de María del Carmen Saint-Pierre e Supervisão de Giovanna Winckler. s/n pág.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992/1.

_____. Memória, esquecimento, silenciamento. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992/1.

RIBEIRO. TRENTIN. POZENATO. A mudança do olhar: a fotografia como instrumento de resgate da memória cultural. In: **Fotografia**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, IPHAN, 2001.

SÁ, Celso Pereira de. Representações Sociais e memória coletiva de um acontecimento remoto. In. LEMOS, Maria Teresa T. Brittes. MORAES, Nilson Alves (org). **Memória e Identidade**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000. p. 27-41.

SILVA, Ana Ládía Conceição. **Falas de decadência, moralidade e ordem: a “História do Maranhão” de Mário Martins Meireles**. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. **C’est Muá et vós micê: afrancesamento caricato e identidade cultural no Maranhão oitocentista (1850-1890)**. Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2004. Monografia apresentada ao Curso de História.

SILVA, Luis Antonio Domingues da. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo de Maranhão**. São Luís, MA: Imprensa Oficial, 1912.

_____. **DOIS ANOS DE GOVERNO (1910 - 1911)**. São Luís/MA: Imprensa Oficial, 1912.

_____. **ATOS E FATOS**. Governo do Estado do Maranhão. São Luís, MA: Imprensa Oficial, 1912.

SOUSA, Jhonatan U. Pereira. Os estilhaços: debate intelectual sobre a fundação francesa de São Luis do Maranhão. In: **REVISTA OUTROS TEMPOS**. São Luis, v. 04. s/d. p. 111-134.

TURAZZI, Maria Inês. Uma cultura fotográfica. In: **Fotografia**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, IPHAN, 2001.

VICENTINO, Cláudio. **História Geral**. 8ª. ed. atual. ampl. São Paulo: Scipione, 1997.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1896 a 1934)**. São Luís, MA: Associação Comercial do Maranhão, 1992.

ZUÑIGA, Solange. Divagações mais ou menos contemporâneas acerca das coleções de imagens. In: **Fotografia**. REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro, IPHAN, 2001.

WERTHEIM, Margaret. **Uma história do espaço: de Dante à internet**. tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. (Coleção Interface)

2- Instituições

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Maranhão, 2008-2010. (Pesquisa sobre a festas de tricentenário de São Luis e do governo de Luis Domingues)

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO MARANHÃO. Maranhão, 2008-2010. (Pesquisa sobre a economia do Estado do Maranhão na virada do século XIX ao XX)

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. Disponível em: <http://catalogue.bnf.fr/servlet/autorite>. Acesso em 08 de agosto de 2009. (Pesquisa sobre o Presidente do país em 1912)

CENTRO DE CRIATIVIDADE DOMINGOS VIEIRA FILHO. Maranhão, 2008-2010. (Pesquisa sobre a festas de tricentenário de São Luis e do governo de Luis Domingues)

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, 2008. (Pesquisa sobre festas de centenário no Brasil no século XX)

JCB ARCHIVE OF EARLY AMERICAN IMAGES. Disponível em: <http://www.lunacommons.org/>. Acesso em 08 de agosto de 2009.

MUSEU DE ARTES VISUAIS DO MARANHÃO. Maranhão, 2008-2010. (Pesquisa sobre a festas de tricentenário de São Luis e do governo de Luis Domingues)

3- Periódicos

A EXPOSIÇÃO. **Pacotilha**, São Luis, MA, 06/09/1912.

A ESTATUA. **Pacotilha**, São Luis, MA, 06/03/1912.

AS FESTAS DO TRICENTENARIO: a exposição. **Pacotilha**, São Luis, MA, 07/09/1912.

A MONOGRAFIA. **Pacotilha**, São Luis, MA, 04 e 05/06/1912.

BREVE HISTÓRIA DA TYPOGRAFIA NO MARANHÃO. **Revista Typografica**, São Luis, MA, 30.11.1907.

DIARIO DO MARANHÃO, São Luis, MA, 15/02/1911. (Inauguração do Jardim Zoológico)

O CENTENARIO. **Pacotilha**, São Luis, MA, 09 set. 1912.

O EMPRESTIMO E A IMPRENSA DO RIO. **Pacotilha**, São Luis, MA, 09/09/1912.

O MARTELO. São Luís, MA, 01/06/1912. (Informa o afastamento de Luis Domingues, por motivo de doença, do Governo do Estado)

O MARTELO. São Luís, MA, 01/08/1912. (Matéria sobre a estrada de ferro São Luis/Caxias)

PACOTILHA. São Luís, MA, 24/02/1912. (Inauguração do Jardim Zoológico)

PACOTILHA. São Luís, MA, 01/06/1912. (Matéria criticando o governo em relação ao empréstimo)

PACOTILHA. São Luís, MA, 06, 07 e 10/06/1912. (Matéria criticando o governo pela falta de pagamento do empréstimo)

PACOTILHA. São Luís, MA, 15/06/1912. (Matéria criticando a contratação do serviço de esgoto pelo governo)

PACOTILHA. São Luís, MA, 21/06/1912. (Matéria criticando o governo pela destinação de recursos do empréstimo para o engenho do sr. Joaquim Antonio)

PACOTILHA. São Luís, MA, 25/06/1912. (Reproduz matéria de O Paiz sobre o empréstimo, publicada em 11/06/1912)

PACOTILHA. São Luís, MA, 09/07/1912. (Matéria criticando o governo em relação ao empréstimo)

REVISTA TYPOGRÁFICA. São Luis, MA, junho, 1910. (Nota elogiosa sobre o trabalho de Luis Domingues e seu aniversário)

4- Legislação

MARANHÃO. Lei Estadual nº 621 de 15 de abril de 1912. Concede ao Instituto de Assistência à Infância do Maranhão auxílio de cem mil reis. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 623 de 17 de abril de 1912. Autoriza o governo a reformar a Escola de Música e expedir novo regulamento para a mesma. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 629 de 19 de abril de 1912. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1912 a 1913. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

MARANHÃO. Lei Estadual nº 646 de 31 de março de 1912. Autoriza o governo a reformar a Escola de Aprendizes Artífices Música e expedir novo regulamento para a mesma. Arquivo Público do Estado do Maranhão.

Anexos



Anexo 1

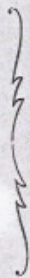
Discursos de abertura e de encerramento do 3º centenário



O TRICENTENARIO



Fundação da Cidade de S. Luiz do Maranhão



A formosa cidade de São Luiz, Capital do Estado do Maranhão, foi fundada no anno de 1612, pelos francezes, ao mando de Daniel de la Touche, senhor de la Ravardière, e Francisco de Rasilly, loco-tenentes da rainha regente Maria de Medicez, mãe do rei Luiz XIII. de quem recebeu o nome.

O terceiro centenário d'esse facto memoravel da historia maranhense não passou despercebido ao povo e ao Governo do Estado do Maranhão e, para solememente commemoral-o, o Exmo. Sr. Dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, seu actual Governador, nomeou uma commissão, composta do Dr. Justo Jansen Ferreira, illustre Geographo e lente de geographia do Lyceu Maranhense; Professor José Ribeiro do Amaral, illustre historador e Director da Bibliotheca Publica; e do Sr. Domingos de Castro Perdigão, official da Secretaria do Governo e Presidente da Sociedade «Festa Popular do Trabalho», a qual ficou encarregada da organização dos festejos commemorativos.

Essa commissão, que era presidida pelo Dr. Justo Jansen Ferreira, fez a sua reunião no Palacio do Governo, ficando resolvido

que a comemoração se estendesse do dia 8 de Setembro, data em que foi implantada, em 1612, a primeira cruz, no logar onde é hoje a «Avenida Maranhense», até o dia 1.º de Novembro, quando foi celebrada a incorporação dos indigenas da ilha á civilização do Occidente pelo compromisso de obediência á França.

A parte principal dessa comemoração foi a exposição de productos do Estado, organizada pela Sociedade «Festa Popular do Trabalho», antiga associação que tem por ideal a divulgação e propagação dos productos do Estado e por fim a organização de exposições.

Do relatório do Presidente da Comissão Directora desta sociedade, trabalho que será transcripto neste album se poderá avaliar o valor do certamen commemorativo, por ella organizado.

OS FESTEJOS

O "Diário Official" do Estado, na sua edição de 9 de Setembro, descreve assim os festejos realizados no dia 8:

"1612-8 DE SETEMBRO-1912"

OS FESTEJOS DE HOJE

A comemoração cívica de hontem, de um cunho verdadeiramente original, teve o deslumbre que era de esperar. Foi uma festa brilhante, que agradou em summa ao espirito publico.

Ainda cêdo, o movimento do povo se tornou intenso, quando o Corpo Militar se reuniu no respectivo quartel. A força foi ás 8 e 1/2 para a praça João Lisboa e dahi para a Avenida Maranhense, onde estava postada a banda de musica do 48 de Caçadores.

Ao Palacio do Governo chegou logo depois o exm. sr. dr. Luiz Domingues, honrado Governador do Estado, acompanhado dos seus secretarios civil e militar.

As bandas de musica tocaram o Hymno Maranhense.

S. exc. e as pessoas que alli se achavam, dentre as quaes as principaes autoridades civis e militares, seguiram para o Palacio Episcopal, onde se reuniram ao exm. sr. d. Francisco de Paula e Silva, bispo diocesano, voltando ao lugar em que foi implantada a cruz da fundação da cidade pelos francezes.

Enorme multidão enchia a Avenida.

O benemerito chefe do Estado assistiu ao desfilar do Pavilhão Brasileiro, em poste especial, pelas normalistas Emeralda Martins e Elvira Fontenelle, bem como ao das bandeiras da França e do Maranhão, pelas meninas Dionia Lisboa, Cotinha Leda, Xandoca Bottenhuit, Amancita Mattos, Alvia Smith, Cotinha Lima e prof. normalista Zila Paes.

Ouviram-se entusiasticas salvas de palmas, partidas dos assistentes.

As bandas de musica tocaram o Hymno Nacional, a Marcehesa e o Hymno Maranhense.

O Corpo Militar, sob o comando do tenente-coronel Fernandino Guspiandira, prescou continencias aos citados pavilhões, havendo por essa occasião uma salva de 21 tiros.

Logo depois o chefe do Estado repressou ao Palacio do Governo, acompanhado de todos os presentes.

A entrada, a banda de musica do 48 de Caçadores executou o Hymno do Estado.

As 12 horas do dia começaram a chegar as autoridades e familias, para assistir a sessão de inauguração da Exposição.

A 1 hora da tarde o salão nobre achava-se repleto.

O exmo. sr. dr. Luiz Domingues tomou assento na cadeira presidencial, ladeado pelo sr. bispo diocesano, dr. Justo Jansen Ferreira, Domingos Perdigão, José Maria de Lima, coronel Vieira Nina, Ricardo Barbosa, professor Ribeiro do Anzal e Raimundo Campos.

O sr. Domingos Perdigão, como presidente da sociedade Fesia Popular do Trabalho, pronunciou o discurso infra:

«Excelentissimo Sr. Dr. Governador do Estado, Exmo. Sr. Bispo Diocesano, Exmas. Senhores, e meus Senhores.

Trezentos annos são passados que a gloriosa França fundou esta formosa cidade, em que habitamos.

Iram poucos os que vieram; porém, arrostaram todos os perigos da travessia quasi desconhecida, e outros ainda maiores nesta terra, até então, só habitada por selvagens, tudo fizeram em prol do engrandecimento da sua patria e da civilização.

Mas era um povo forte, accomunado a andar na vanguarda de todos os grandes idéas da humanidade, e foi por isso que aqui veio, e tudo soube conseguir dos valentes possuidores da terra, e,

como para dar-lhes um exemplo da civilização europeia, fundou a cidade de S. Luiz, aqui, justamente no lugar onde existe a gloriosa Athena Brasileira, formosa Capital do Estado do Maranhão. E isto ha, trezentos annos, precisamente no dia 8 de Setembro de 1612.

Em poucos annos, disse eu, poucos tambem: somos nós os membros da Sociedade «Festa Popular do Trabalho», e temos que lutar contra o indifferentismo, a falta de comprehensão do nosso ideal e a despreocupaçào do povo pelo progresso desta terra.

E se elles conseguiram mostrar aos indigenas como se principiava a edificar uma cidade, nós queremos ter a vaidade de continuar a desbravar o caminho do progresso, que foi iniciado pelos fundadores da sociedade promotora da exposiçào que hoje se inaugura.

O que se tem feito durante trezentos annos na cidade de São Luiz do Maranhão?

Ella propria responderá:—Eu sou a Capital de um dos Estados da gigantesca Republica Brasileira.

E só esta resposta, synthetica perfectamente toda a sua evoluçào historica e mostra que longe e separada dos seus fundadores, acompanha e applaude sempre todo o progresso da poderosa e culta Republica Franceza.

E quanto ao progresso intellectual e material do povo que habita a cidade de São Luiz, o que ha, o que se pode ver que o ateste exuberantemente?

Eis o nosso ideal, a resposta a esta pergunta é o motivo da existencia da Festa Popular do Trabalho.

Fundada, em 1871, pelos senhores drs. Anronio de Almeida Oliveira, Martiniano Mendes Perreira e Antonio Ennes de Souza, Francisco G. Sabbas da Costa, Afonso H. de Albuquerque Mello, David Freire da Silva, dr. João Antonio Coqueiro, Domingos Thomaz Veltez Perdigão, João José Fernandes Silva, Bráulio Antonio do Rego Mendes, Antonio Cesar Camanhatê, Manoel Vieira Nina, Francisco Lourenço Ribeiro da Silva, João Duarte Franco de Sá, Ricardo E. Ferreira de Carvalho Rainundo Jansen Serra Lima, Miguel Archanjó de Lima, José Maria Corrêa de Frias, Manoel Perreira Martins e Antonio José Lisboa, tem por fim organizar ex-

posições de productos da agricultura, industrias e artes deste Estado.

Tem esta sociedade realizado tres exposições nesta Capital.

A primeira teve logar no salão noctro do Paço Municipal, nos dias 10, 11 e 12 de Dezembro de 1871. Presidiu o acto da inauguração o Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, então Presidente da Provincia.

A segunda foi em 1873, no edificio dos Educandos Artifices, e a terceira, a mais recente, teve logar, depois da reorganisaçào da Sociedade, no prédio n. 66 da rua da Cruz, dos dias 1.º a 13 de Maio de 1906.

Os diplomas conferidos aos expositores nessa exposiçào foram entregues em sessão solemne, presidida pelo exmo. sr. Governador do Estado, o benemerito dr. Benedicto Pereira Leite.

A exposiçào que vai ser inaugurada é pois a quarta da «Festa Popular do Trabalho» e, de accordo com o nosso Regulamento, deveria ser realisada em 1.º de Maio; porém, o desejo de commemorar a passagem do terceiro centenario da fundaçào, pelos francezes, da nossa Capital, levou-nos a transferir este certamen para esta gloriosa data.

Por intermedio do Governo do Estado solicitamos o auxilio prometido pelo Governo Federal para exposições estaduais; nada nos sendo respondido recorremos ao exmo. sr. dr. Luiz Domingues da Silva, digno Governador do Estado, que, sempre prompto a acompanhar o povo nas suas manifestações de patriotismo, prometteu e em tudo nos tem auxiliado para a realisacào do certamen que ides apreciar.

No pouco que aqui conseguimos reunir podeis, entretanto, ver que os tres seculos de existencia desta cidade não têm sido inuteis para os seus habitantes, para a nossa grande patria e para toda a humanidade.

Na parte intellectual tendes ali no sagrado relicario da brasileira Athenas, o talento dos nossos grandes vultos espargido luz em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

Na parte material, ahí tendes: na agricultura, o nosso algodão, o melhor do mundo, avaliado pela extensào da fibra, o nosso substancial arroz, o pão do maranhense, produzido quasi que

espanhamente nas nossas terras; as fecundas da mandioca e os demais productos agrícolas expostos, indicando a uberdade do nosso abençoado solo.

O minerar, as madeiras, as borrachas, rezinas e muitos outros productos naturaes. Em manufacturas, vereis os tecidos de algodão, as redes para dormir, os magnificos móveis artisticamente feitos com madeira deste Estado, os delicados trabalhos de prendas femininas, de typographia, encadernação e... para que enumerar tudo que idées ver immediatamente e julgar com a vossa enterosa apreciação?

É necessario declarar, porém, que a Exposição não está ainda completa; espera os productos dos municipios do interior do Estado e muitos trabalhos mesmo da Capital, ainda não concluidos, e que serão expostos durante o tempo em que ella permanecer aberta.

Restante agora agradecer em nome da Sociedade Real Promotor do Trabalho, em primeiro lugar, ao Excmo. Sr. Dr. Governador do Estado, o valiosissimo auxilio que nos prestou, ao Illm. Sr. Intendente Municipal da Capital, os bons serviços prestados pelo Municipio, as autoridades, as exmas. familias e servilhetos, a honra que nos deram com as suas presenças n'esta humilde feira do trabalho.

Reboam palmas, sendo o orador muito cumprimentado. O exmo. sr. dr. Luiz Domingues, sempre com a palavra prompta, de um estylo claro, disse o bellissimo discurso que se segue e que é, incontestavelmente, uma peça de alto valor.

Excmo. Sr. D. Francisco,
Sr. Agente Consular da França,
Minhas Senhoras, meus Senhores.

Quero sahir aqui do fatto official d'estas feiras de manufacturação.

É o estabelecimento de nossa Capital o motivo d'esta solemnidade e por elle mais me apraz elliptico como cidadão maranhense que na accidental qualidade de governador do Estado.

Tres seculos marca hoje o tempo do dia em que o patriotismo dos homens, assistido da Cruz de Christo, fundou a Cidade que os Maranhenses, pelo nosso orgulho, e a Patria, pela sua

horrá, temos hoje como a Capital de um dos Estados Unidos do Brazil.

Patriotismo muito embora de povo extanho, sem por isso menos benedito por quem d'elle houve, com a fundação da Cidade, a gloria do fundador; e nem sequer, por nenhuma maneira, extraniavel ante o abandono da terra que mais de seculo Portugal descobriu.

É que o glorioso Reino, de quem temos a justissima vaidade da descendencia, — fosse a principio pelo dominio de Castilla, fosse pela preoccupação de alta superioridade do Oriente, fosse — o que mais urdo, — pela nossa séria de ser o Maranhão menos cuidado dos seus que cobração dos extanhos por larguissimo tempo nos deixara a terra exposta a conquista do estrangeiro sajar. Assim é que não fbra o Senhor de la Ravardere, aqui trazido pela Corôa de França, graças a de Vaux, pertinzar pregouro das maravilhas do nosso solo, e não teriamos Diogo de Campos — mais que Jeronymo de Albuquerque — a revindicar da posse dos Francêzes para Portugal o dominio do Maranhão. Tanto assim que la Ravardere não encontrou em nossa ilha mais do que seus indigenas e uns corsarios francezes.

E não só a fundação da Cidade, aos Francêzes lhes devermos, sino ainda a humanidade e a lealdade de seu conviêto com os indigenas; o empenho persistente no cultivo do solo; a fidalguia do tempo adiante a formação de nosso espirito ao molde do seu no sentimento do Patriotismo e do Direito.

É assim a tantos tantos memoravel para nos o dia 8 de setembro, o que vale dizer que tem inspirada tol a sociedade *Festa Promotor do Trabalho* promovendo, para commemoral-o, esta Exposição, em que, tres seculos depois, afirmamos a França, sempre termo gloriosa, que somos um povo emobrecido pelo trabalho e engrandecido pelas letras, pelas sciencias e pelas artes e que, vaidoso embora da descendencia dos Portuguezes, guardamos como gloria a fundação de nossa Capital pelos Francêzes.

Assim, minhas Senhoras e meus Senhores, todos de pé e a alma em toda a mocidade agra: — Viva o Maranhão! Viva a França! Viva o Brazil! Viva a Republica na França e no Brazil!

Está aberta a Exposição.

Após terminar a brilhante alocução, o evc. foi saudado por longas salvas de palmas, enquanto se fora as bandas de música tocavam o Hymno Maranhense, ouvido de pé por toda a assistência.

O benemerito chefe do Estado recebeu efusivos cumprimentos das autoridades e outras pessoas presentes.

Franqueadas as salas da Exposição ao publico, foram ellas visitadas por compacta multidão, das 2 horas da tarde ás 10 da noite.

Emnos psto dizer que a Exposição estadual foi um verdadeiro successo, já pelos trabalhos expostos, que em grande numero e trabalhados com esmero ntecutur, e, logo, melhor artefactos, já pela feição irreprezível que os organizadores do certamen deixam ás decorações dos salões.

A sessão de inauguração assistiram inúmeras famílias, dentre as quaes foram as senhoritas Zenaida Lopes, Maria José Sá de Bulho, Inez Souza, Sibilasinha Amaral, Ramunda Belort, Januária Amaral Mattos, Dionen Lábba, Crisandino Domingues do Amaral, Maria Reikunony, Cotinha Leda, Avoniera e Maria Domingues, Jovita e Dolores Lima Brandão, Violeta Corra, Maricota Noves, Anna Amelia Perdigão, Dora, Diana e Alvia Domingues, Maria Marguerite, Anna Amelia Almeida e Alvia Domingues do Amaral, Zelia Anadio, Souza Carvalho, Hevilda, Regina e Lourdinha Britencourt, Zila Pass. Leonor Oliveira, Samantina Salles e Silva, Ballini Maria, as cunhadas, d. Celeste Corêa, Annicota Ribeiro, Pareina, Sampaio, Inez Perdigão, Leonilla Figueira, Julia dos Reis Sampaio, Maria Verônica de Souza, Alice Domingues do Amaral, Didiinha Mavianner, Maria Laura Gomeiro, madame La Riviere, Adalgiza Viôla e madame Juvenio Mattos, o recemido, e Francisco de Paula e Silva e sua secretario padre Lemercier, coronel Mariano Lábba, dr. Justo Jansen Ferreira, dr. Godofredo Vianna, coronel Felício Figueira, coronel Virgilio Domingues, major Smith, Felício Curiani, tenente Arthur Pedreira, representando o Inspector da 3.ª região militar, Exequiel Parada, Arsides Barbosa, Pransor Barreto Vianna, Victor Millhao Fernandes, Antonio Pedro Ribeiro de Moraes, coronel Dias Vieira, Nelson Jusqueira, Juviliano Barreto, coronel

Nuno Pinho, major João Marques da Fonseca e Silva, capitão Alcion Coelho, capitão Raimundo Pedro de Jesus, coronel Alexandre Cellares Moreira, tenente-coronel Alexandre Canhamêde Colares Moreira, sargento José da Silva Lopes, Clodomir Bellotti, Cyrillo Xery de Oliveira, capitão Nilo Pizon, capitão Lopes Pinto, coronel Manoel Vieira Neta, Asbêlo Marques, José Maria de Lima, dr. Lima Aguiar, Cyrillio Silva, João Rodolpho, Manoel Alves de Barros, Alcindo Oliveira, Almir Castro, dr. Pedro Dantas, professor Ribeiro do Amaral, dr. Tomm Rexag, Walter F. Brown, Arthur Paraiso, dr. Juvenio de Mattos, capitães Pedro Assencio da Costa Pereira e Eudoro Jansen Ferreira, tenentes Raimundo Gonçalves, João B. de Carvalho, Eugenio Lins, Adalberto Cunha, Frederico de S. Fias, Arimundo Pinheiro e Clemente Goedts, capitão Manoel Ferreira do Bomfim e Silva, major Feliciano Prieto Piratã, José Maria Filho, Pinho Anadio, Arthur de Lima Brandão, Antonio José Gaioso, coronel Joaquim Ribeiro, Raimundo Antonio Madeira, Raimundo Pereira Lima, João Tenreiro, José M. de Souza, Nereu Moura, Pedro Corrêa Pinto, dr. Luiz Serra de Moraes Reges, Raimundo R. de Carvalho, Guilherme Wehsteg, coronel Fabrício Caidas, dr. José Pires Filho, tenente Mario Leite, uma commissão da coronel syra, Luiz Galeotti, commandante Ignacio Jansen Ferreira, dr. Adolpho Domingues, R. de Assis, capitão João Drego, dr. Belisario de Assis Fonseca, Manoel de Souza Ramos, Rogério Branco, José Perdigão, pharmacêutico Antonio Pires da Fonseca, Augusto Mello, Ricardo Barbosa, Levy Damasceno, Augusto Pinho Casarino, Zozimo Perreira, Hygino Rêgo, Abelardo Rocha, Christipin Martins, dr. Joaquim P. Franco de Sá, dr. Aclides Pereira, Paulo Tosi, dr. Ernesto Viôla, dr. Almeida Nunes, Adolpho Domingues Vasconcellos, Eiver Souza, major Alfredo Cabral, Raimundo P. de Carvalho, Oscar Argollo, Joaquim Esteves Das, Michelzedeck Mischlager, Leonel Soares, dr. F. Teixeira, Braz Amalia, Emigdio de Mello, dr. Antonio Bona, José Guimarães, dr. Theophilus Teixeira, Adalberto Oliveira, Jaciário de Assis, Alvaro Silva, dr. Vieira da Silva, dr. Luiz Camêlo, capitão-tenente Theodoro Jardim, professor Raimundo Campos, major Camargo, João Lima, Gáezotomio De Souza e Jansen Mattos, do Diário Official.

A loja maçônica 17 de Outubro fez-se representar por uma comissão composta dos srs. Hygino Bilho e Manoel Alves de Barros.

Pela manhã estiveram à Avenida Maranhense, prestando cortinências ao lugar em que foi implantada a cruz da fundação da cidade, os alumnos do Internato de Aprendizizes Artificiaes do Estado, acompanhados do seu director, o nroso confrade Alberto Pinheiro.

Os salões de Palacio ostentavam uma bellissima decoração. Em todos os seus departamentos pozava-se immenso gesto esbástico.

No salão nobre relgavam as bandeiras nacional, maranhense e franceza.

Estava armada, numa das paredes, em quadro, a carta geographica do nosso Estado, trabalho do dr. Justo Jansen Ferreira, ladeada pela bandeira do Estado, da Republica e da França.

A ornamentação interna e externa do Palacio do Governo foi feita pelas casas Balbazar Pereira, Parada & Gomes e Maciel-ira & Filhos.

Merceo juvenis encomitós o artistico altar collocado na seccão de moedas da Exposição.

É trabalho da acrividaã casti Macieira.

O sr. Abdon Coelho, proprietario da Photographia Popu-lar, tirou diversas chapas photographicas da parte exterior do Pa-lacio, do jardim, de varios grupos que visitaram honrera a Expo-sição, do exmo. sr. dr. Luiz Domingues, entaoes Governador do Estado, e do exmo. sr. coronel Frederico Figueira.

O mesmo profissional vai photographiar o salão nobre e os diversos compartimentos do Palacio.

—Ao exmo. sr. ministro das Relações Exteriores dirigiu Hon-ramm: —

—Ao exmo. sr. dr. Governador do Estado e seguinte tele-gramma: —

«Povo Maranhense, commemorando hoje o tricentenarij fun-ção Capital Estado pelos Francezes, peã a V. Exc. gentileza apresentar Exmo. Plenipotenciario França os melhores votos pela felicidade desse glorioso Paiz.

Agradecimentos e saudações muito cordiaes.

Luiz Domingues,
Governador».

—Installada na parte ultimamente reedificada do Palacio do Governo, a Exposição Commemorativa occupava cinco vastos salões, ladeados pelo jardim da entrada e Jardim Zoologico, que se achavam artisticamente ornamentados.

Depois da inauguração grandes festas se realisaram no recinto da exposiçào, que se tornou o centro da commemoraçào, sendo frequentada ao publico todas as quinta-feiras, domingos, dias feria-dos e, aos viajantes, sempre que estes desciavam visital-a.

No dia 15 de Setembro, a «Casa Bastos» realisou um bello concerto, com as aperfoçadas machinas fallantes, que fez affluir ao certamen enorme multidão de visitantes.

A harmoniosa orçestra dos irmãos Puggst, delicioou aos visitantes do certamen, no dia 29 de Setembro, organizando uma festa musical, onde foram executados esculbidos trechos do seu vasto repertorio. Essa festa artistica atrahiu grande numero de familias ao recinto da Exposição, especialmente aos amado-res de boa musica.

A Exposição Commemorativa foi honrada com a visita de muitos visitantes, em transitio pelo porto desta cidade e, dentre estes, alguns estrangeiros e pessoas de alta posição social, como o illustre General Dr. Israel da Rocha, que percorreu todas as seccões, examinando e elogiando os bons trabalhos expostos e o illustre escriptor francez Paul Adam, que veio acompanhado de sua digna consorte.

Para receber este visitante o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado nomeou uma commissào especial, composta dos Senhores Antonio Lobo, Inspector Gerai. da Instrução Publica; Dr. Go-dofredo Mendes Vianna, Juy. Substituto Federal; Dr. Joaquim Franco de Sá, Procurador Fiscal do Estado; Dr. Jose de Almeida Nunes, lente de chimia da Escca Maranhense, e Domingos Barboza, Director da Empresa Officia, a qual, acompanhada pelo sr. Co-ronel Virgilio Domingues da Silva, Secretario civil do i. Gover-nador do Estado, Major João Pedro Smith, Secretario militar do Governador, Reverendissimo Padre José Lemercier e Mlle. Jose-phina Desterro, dirigiu-se, em lancha especial, para bordo do va-

por em que viajava o illustre par, fim de dar-lhe as boas vindas e acompanhá-lo para a terra, onde depois de visitar o gertamen commemorative e percorrer, a carro, os diversos bairros da cidade, foi-lhes offerellido, no Palacio Governo, um sumptuoso almoço.

A estes illustres visitantes a Commissão Directora da Exposição offereceu diversos productos alli expostos, como lembrança do Maranhão ao distincto par de francezes que o viziava, trezentos annos depois que os seus antepassados fundaram aqui a cidade de São Luiz, sua Capital.

Os festejos commemorativos terminaram no dia 10 de Novembro, data em que foi tambem encerrada a Exposição, e assim se refere o *Diário Official* do Estado, sobre as festas havidas nesse dia:

O TRICENTENARIO DA FUNDAÇÃO DE NOSSA CAPITAL

O ENCERRAMENTO DA EXPOSIÇÃO — A SESSÃO SOLENE — O DISCURSO DO DR. JUSTO JANSEN — NOTAS DIVERSAS

Encerrou-se a 1. do corrente a Exposição Estadual.

O acto reverteu-se de brilhantismo, notando-se a presença das principais auctoridades civis e militares, exmas. famílias, professores, os alumnos da Escola Modelo e do Instituto Rosa Nina, acompanhados de sua prosecta directora, d. Maria da Gloria Paiva Nina, os representantes da imprensa, funcionarios publicos, etc.

A 1 hora da tarde, a Avenida Maranhense chegou o Corpo Militar, prestadoo continências ao lugar em que foi erecta a primeira cruz.

As 2 horas, perante um selecto auditorio, teve lugar a sessão solenne de encerramento do certamen.

Presidiu a cerimonia o exmo. sr. dr. Justo Jansen, lidendo

peio exmo. sr. dr. Luiz Domingues, peio sr. bispo diocesano e membros da Festa Popular do Trabalho.

Depois de aberta a sessão, o sr. Domingos de Cerro Perdigão fez a leitura dos premios concedidos aos productos expostos, fazendo-se ouvir, depois, o dr. Justo Jansen, que pronunciou a seguinte allocução:

Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado.

Exmas. e Resdas. Sr. Bispo Diocesano.

Exmas. Srs.

Mes. Senhores.

Para commemoiar a passagem do 3.º Centenario do estabelecimento dos francezes no Maranhão, apresentei uma Carta Geographica do Estado, uma Carta da nossa principal Ilha e a Plana da nossa Capital, visando a utilidade de transmittir aos vindouros a synthese dos nossos conhecimentos cartographicos até 1912.

A esses trabalhos pretendia limiar o meu concurso, e achava-me nesse proposito, quando, por um acto todo de gentileza do Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, fui designado para, com o prestimoso historador maranhense, Sr. José Ribeiro do Aymal, e o inziagavel propagandista das riquezas da nossa terra, Sr. Domingos Perdigão, constituir a Commissão Commemorative do Tricentenario.

Tao honrosa incumbencia impelliu-me, quasi por um dever, a tribuna, desde o dia em que se iniciaram os festejos.

O recibo, porém, de occupá-la, motivado pela escassez dos meus merecimentos, contraste evidente com a grandeza das solemnidades, contreve-me até hoje, quando de todo se tornou impossivel continuar a minha ausencia, por ser esta sessão destinada ao encerramento dos alludidos festejos, enziagados tambem com a Exposição promovida pela Sociedade Festa Popular do Trabalho, já assignalada pelos valiosos servicos prestados ao nosso Estado.

E aqui tenho amparado na certeza de que realçam o esplendor desta sessão, mais do que as minhas singelas palavras, a presença do Exmo. Sr. Dr. Luiz Domingues, que, com intelligencia e solidiedade inextinguíveis, dedicou incertivante apresso a solemnisção da importante data, cuja passagem se dá no seu go-

zílias, consubstanciando estabelecimentos industriais que lhe salientam a importância nesse ramo da actividade humana.

Simplex capitata, dominada pela Cruz e o estandarte trazido de França!

Esplanado, de um lado communicando-se com esse mar que achava de trazer os precurosos do desenvolvimento e civilização desta terra, do outro, limitada por brezões, aqui e ali, interrompida por clareiras de torvoeiros e das florestas primitivas que, a um misto de admiração e de zombaria, se tinham aliado aos fructos, com altivez e zelosos dessas matas que lhes proporcionavam os frutos, these guardavam a esca e these combata-vam as lamp das correntes onde aparravam a sede.

Digo — com altivez, porque ella, vesla das palavras que se-gundo refere o historador Claudio de Abbeville, Japy-Assu, um dos primeiros indios, dirigiu ao Sr. de Rasilly.

Porovam os indios a immensa região da America do Sul, que constituiu o Brazil, estendendo-se para o norte, além do Equador, para o sul, além do Tropico, humilhando-se a este nas terras dominadas pelos Anões.

Tão giganteszimas demarcações, a imponência das riquezas natu- rales, a amplitude do clima, o influxo da civilização, o aug- mento da população, pouco a pouco, firmaram no animo dos novos habitantes do paiz, a aspiração de que elle definitivamente se tornaria independente, sendo certo que, segundo establia nota- se auctoridade, o caracter exterior verdadeiramente proprio da sociedade politica e a symbolica, isto é, a reunião de muitos in- dividos e familias vivendo em conjunto, e sem serem unidos por laços consanguineos.

A facilidade com que o extrangero, entre nós, obdeceção as leis mesologicas, rapidamente se convertiam em fervorosos de- fensores da terra com que se identificavam, confirma a verdade que chegou de avingar.

E, para não accentua-la, não preciso procurar exemplos fora da Historia do Maranhão, e bastante o nome de Bequimão.

Aessa, de presso, traido e abandonado, orgulhava-se na hora extrema, murendo pelo povo maranhense.

verno; a presença do Visco e Vidua, Sr. D. Francisco, oreci- to Chôf da Igreja Maranhense, que celebrou a 12 de Agosto, quando se completaram trescentos annos depois das primeiras en- terras do Maranhão; finalmente, esta selecta assembleia, attestando o civismo da população de S. Luiz, e artilhando um acto, em que tambem se fizeram representar varias associações sci- entificas do nosso paiz.

Certamente, mais ar, as festas que se vên realisando, de 17 de Agosto até 19 de Novembro, em que se comemora- ra a annexação do Maranhão ao dominio dos francezes em 1712, merecem uma pagina na Historia Maranhense tão bem trabalhada, principalmente por João de Barros, Claudio de Abbeville, Ivo d'Evreux, Diogo Moreno, Beirão, Cayoso, Gonzalves Dias, João Lisboa, Henrique Leal, Cesar Marques, Candido Mendes, Vieira da Silva, Ribeiro do Amaral e Barbosa de Colôto.

A cerimonia, que, a curta distancia deste logar, se realizou a 17 de Novembro, de 1612, retertiase de grande apparato: imponente cortejo, formado por francezes e indios, percor- reti a embaixada onde hoje se estende a ella Avenida, Mar- ahenne.

Em seguida, congregando-se todos em torno da cruz ergui- da a 8 de Setembro, elevou-se, depois da exhortação religiosa feita pelo historador, padre Ivo d'Evreux, o estandarte especial conferido pela Rainha Regente de França, o qual se desfilou as bridas desta terra, ao mesmo tempo em que vibravam as pala- vras de Kavadere, salientando o entusiasmo e a abnegação com que se identificava à causa da recente Colonia, officinalmente achada de furtar.

E assim se passou esse dia deitado tambem ao estabele- mento das leis essenciais que a deviam reger.

Que era então a nossa formosa capital, hoje de perspectiva encantadora, espeitandose nas aguas do Ail e do bacanga, en- beitada de pinas afiladas, onde o amanho do avorçado detem agudamente a attenção dos viajantes; possuindo vastos templos, excellentes edificios e institutos que lhe attizam o va- lor intellectual; orçada de nomencluras enalados em souvenires; e uns grandes homens que lhe granjearam o nome de Athenas Bra-

Que melhor exemplo poderia eu apresentar excedendo a esse bello gesto!

E, por saber que a Historia do Brazil está cheia de episodios em que os seus habitantes—indios, negros e europeus—o defendiam com heroismo inextinguivel, foi que lhe affimeci a interinvel independencia.

E a este respeito, divirjo co eximio historiador maranhense e incomparavel escriptor brasileiro, o grande João Francisco Lisboa, quando, n'uma das bellissimas paginas do meoioso livro em que scrib á immortalidade, deiza divinoso o brillante futuro do Maranhão, se, na lra travada entre lusitanos e francezes, fossem estes os vencedores.

Afastando-me, pois, de autoridade de tão alto renome, embora esteja eu em erro, é torçoso adduzir, além das considerações expostas, os factos que a tudo me levaram.

E' certamente incontestavel o auxilio que prestaram os filhos do Brazil, aos portuguezes, quando impediram, ao norte e ao sul, o dominio dos francezes.

E' ainda incontestavel o auxilio que, mais tarde, tambem prestaram na demorada e reutilida guerra contra os hollandezes.

E, muito mais tarde, então o mesmo clemente nacional, confiado nessa foyça adquirida e augmentada, avavez dos tempos, resultante inevitavel da uniao entre os homems e a terra a que se afizeram, achou opportunidade para finalmente isentar-se do dominio estrangeiro.

Favorece ainda a opiniao de que a independencia estava no caracter nacional, e não nas condições de misor ou meior prosperidade da nação colonisadora, o ensinar a Historia que nenhuma possessão portugueza em Asia, em Africa ou na Ocea-nia se tornou livre.

Avulta ainda em apoio do mesmo pensamento, a emancipação dos Estados Unidos da America do Norte, realizarse a despeito de lutar contra a Inglaterra, que já era potencia de primeira ordem.

Finalmente, a prova de que uma colônia franceza poderia libertar-se está na propria America, onde a ilha de Hayti, penitente em parte a Franca, apesar de pequena, de dispor de cascos ele-

mentos, resistiu forte e tenazmente, conseguindo por fim a gloria de ser a primeira ilha do Novo Mundo que se constituiu em paiz autonomo.

Assim pois, a independencia do Brazil como a das Emdões da America do Nout, se'ra indubitavel, fosse qual fosse a nação colonisadora.

E' que no grande pais em que atravessam as aguas do Amazonas, como nesse onde correm as do caudaloso Mississippi, a liltudade estava escripta na impetuosidade dos seus grandes rios, para os quaes não ha obstáculos impedindo o caminho do mar.

Antes de terminar, volto o meu pensamento para esse Brazil, cheio de tantas ditas interessantes, a respeito da expedição franceza no Maranhão.

Recordo-me, neste instante, das paginas attribuentes em que narrou os historadoes o enthusiasmo e a satisfação de Kwardite e dos seus companheiros, por occasião da partida a 19 de Março, do porto de Cascalé, em Franca, onde demoram um documento, recordando os intuitos generosos que os impeliaram ás terras da America para fundar a «França Equinoccial».

Elles já azeviavam o esplendor do bello sol da França Equinoccial radiando a belleza dos 3 lyrios, que então symbolisavam as armas da sua patria.

Recordo-me tambem, com emoção, da suggestiva descrição do dia em que esses intrepidos mercantis avistaram a primeira terra do Brazil; depois a costa do Ceará, dominada, ao longe, por montanhas, finalmente, o momento auspicioso do dia em que se lhes appareceram no horizonte «as areaz brancas» assinalando a costa sul do Maranhão a terra almejada, de onde de Vaux lhes tinha levado o ramo de oliveiras.

Ardeas brancas, «porção alvacenti da costa constituida por dunas e despidi de vegetação», que, ha 3 sculos, já despertavam tanto a curiosidade.

Como, vistas de longe, têm o aspecto de panno branco estendido á beira-mar, são hoje colleccidas pela designação de Lençóes.

Relembraudi-me desse passado, tributo homenagem á França, que, mantendo-se grande entre as grandes nações do mundo, mais uma vez, assegura o valor da raça latina.

Sóiam as milhas últimas palavras a glorificação de Daniel de la Trinité, se deixaram esta ilha, com a esperança devotada de fundar a Favela Equinocial, em compensação, foram os primórdios desta cidade, cuja população, 300 annos depois, hoje aqui distintamente representada, rememora os seus nomes, conservando-os entre os valorosos que da lei da morte se libertaram, permitindo-se-me paraphrasear, mais uma vez, o sublime verso do imperpetível varão da heroica nação lusitana de que descendemos.

Ao finalizar a brilhante oração, ouviu-se o Hymno Maranhense.

—Foram distribuidos entre as pessoas gradas diversos exemplares do livro *Fundação do Maranhão*, da lerra do illustre historiographo prof. José Ribeiro do Amaral.

—Fraqueado o certamen ao publico, todos os departamentos se encerraram de pessoas.

—Frez-se ouvir a banda de musica do 43.º de Caçadores Ao sr. d. Governador do Estado os illustres srs. tenentes-coronel Adalcto Mello e dr. Cesario Airuda dirigiram este telegramma:

«Anil, 1 novembro 1912.

Não podendo comparecer á sessão de encerramento da Exposição, congratulamo-nos com v. exc. e vosso Governo pelo feliz resultado da brilhante iniciativa com que muito tanto a lucrar as fontes productoras do Estado.—Saudações, Adalcto Mello, — Cesario Airuda».

Anexo 2

Relatório da Sociedade Festa Popular do Trabalho

RELATORIO

Apresentado pelo Snr. Domingos de Castro Perdigão, Presidente da Comissão Directora da Sociedade "Festa Popular do Trabalho", sobre a Exposição Comemorativa do Tri-centenario da fundação da cidade de São Luiz do Maranhão, em 1912.

Senhores membros da Sociedade "Festa Popular do Trabalho"

Em cumprimento ao disposto no § 3.º do Art. V do Regulamento desta Sociedade, venho apresentar-vos o relatório dos trabalhos da Exposição Comemorativa do Tricentenario da Fundação pelos francizes, da Capital do nosso Estado, exposição que foi organizada por esta sociedade.

Não sendo possível a realização da exposição annual ao dia 1.º de Maio, como preceitua o nosso Regulamento, e como o Governo do Estado cogitava em festejar o terceiro centenario da fundação da nossa Capital, no anno de 1912, resolvemos transferir a exposição para a epocha desses festejos, afim de a ellas nos associarmos.

Neste sentido, conferenciamos com o Exmo. Sr. Dr. Luiz Antonio Dominguez da Silva, Digno Governador do Estado e nosso Presidente Honorario, o qual concordou com o nosso desejo, prometendo todo o auxilio da parte do Governo do Estado para que poderemos levar a effeito o nosso certamen.

Chegando ao nosso conhecimento, por telegrama publicado no «Diario Official» do Estado, que o Ministerio de Agricultura auxiliaria as exposições organisadas nos Estados, logo solicitamos, por intermedio do Governo estadual, o auxilio prometido, obtendo a nossa solicitação a seguinte resposta:

—Palacio do Governo em São Luiz, 27 de Abril de 1912—
A Commissão Directora da Sociedade «Festa Popular do Trabalho»:

Sêntes, pea communicação que me fizesdes, e da honravel resolução tomada por esse util asso-
ciação de transferir a sua exposição annual para a
«epocha em que vai o Estado festejar o tri-cente-
nario da fundação de sua Capital, declaro-vos que,

de conformidade com o vosso pedido, nesta
data dirigi ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura
o seguinte telegrama:

«Festa em anno e Maranhão o tricentenario da
«fundação da sua Capital pelo Francese e no program-
«me das solemnidades figura a exposição dos productos
«do Estado, a cargo da Commissão Directora da So-
«ciedade «Festa Popular do Trabalho», que já ha re-
«alizado outras com successo. Assim peço a V. Exa.
«que contemple este Estado na direcção da verba de com-
«contos de que V. Exa. teve a bondade de dar-me co-
«nhecimento por telegrama. Saudações muito cordiaes».

«Independente do auxilio da União, podis con-
«star que o Governo do Estado prestará o concurso
«que a Sociedade «Festa Popular do Trabalho» ne-
«cessitar para a realização desse certamen, desejando,
«eporem, que a exposição seja franqueada gratuita-
«mente a todos os que se apresentarem decentemente
«vestidos, e que os productos doados pelos exposi-
«tores a essa instituição, sejam cedidos ao Estado
«afim de serem conservados em uma exposição per-
«manente. Saudo-vos. Luiz A. Dominguez da Silva».

Devo declarar-vos que do apello feito ao Governo da União,
solicitando uma parte d'aquillo que elle proprio havia offerecido,
não obtivemos resposta.

Entretanto, o Governador do Estado cumpria fidelmente o
que nos havia promettido.

Concedeu-nos S. Exa., além do auxilio pecuniario, es com-

partimentos do Palacio do Governo destinados a residencia do Governador, para n'elles ser effectuada a exposiçao, a guarda necessaria para o policiamento interno e externo do certamen, ficando ainda o Governo obrigado á nomeação dos membros do jury de recompensas e concessão dos premios aos expositores.

Assim prestigiados e auxiliados pelo chefe do poder executivo do Estado que, mais uma vez, prouve o seu acrisolado amor por esta terra, que é a d'elle e nossa, corramos coragem e energia e logo tratamos da propagação do certamen, distribuindo, por todo o Estado, as nossas circulares e convites avulsos aos produtores.

Apesar de todos os nossos esforços, o apello não foi attendido como desejavamos, já pela falta de facilis vias de transporte, já pela inercia de muitos que dormem andrajosos e famintos sobre grandes riquezas, que a sua ignorancia não lhes deixa perceber.

Tivemos, porem, no nosso festivo certamen, um pouco de tudo que a nossa exuberante natureza produz. Bellos trabalhos de arte, valiosos productos da nossa renascente agricultura, magnificos exemplares da nossa pecuaria e variados e variados productos da nossa industria manufactora.

Preparados convenientemente os compartimentos destinados á exposiçao, com os necessarios mostruos, bancadas e estantes, principiantes a receber productos, desde o dia 26 de Agosto.

Convidamos os decoradores desta Capital para exhibirem seus trabalhos, ornamentando ao mesmo tempo o certamen, os quaes, accedendo ao nosso convite, muito brilhantemente deram á exposiçao, quer na ornamentação interna quer na externa.

Organizados e arrumados convenientemente os productos foi inaugurada a exposiçao, conforme estava marcado, no dia 8 de Setembro, á 1 hora da tarde. data em que, ha trezentos annos, foi levantada uma cruz de madeira, no lugar onde é hoje a «Avenida Maranhense» e declarada a fundação da cidade de São Luiz, nossa formosa Capital.

A inauguração da exposiçao, como vises, foi em sessão solenne prezida pelo Exmo. Sr. Dr. Governador e honrada com a presença das mais altas auctoridades ecclesiasticas, civis e militares

deste Estado. Tornando-se necessario, dirigi a palavra ao illustre auditorio expondo o nosso ideal e agradecendo o concurso de todos.

Sua Exc. o Sr. Dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, illustre Governador do Estado, deu mais uma prova publica do seu brillantissimo talento oratorio, produzindo uma bellissima allocução, em que fez a «pologia da data commemorada, e referiu-se, em palavras animadoras, a esta sociedade e terminou declarando aberta a exposiçao.

Foram então fanqueadas todas as secções do certame aos innumeraveis visitantes, que percorriam alegres todos os compartimentos, avidos e curiosos, examinando e elogiando os productos expostos.

A alegria se estampava em todos os semblantes e eu vos digo com toda a sinceridade de minha alma, me sentia feliz, e muito feliz por mais esta victoria alcançada pela Sociedade «Festa Popular do Trabalho», feliz pelo progresso da nossa terra alli demonstrado, feliz pela civilização do povo, que já afflue ás exposiçoes porque lhes conteece o valor moral, e, finalmente, feliz por ver realizado um dos meus ardentes ideaes

Dividimos o certamen em cinco secções—Agricultura, Productos Naturaes, Industria Pastoral, Varias Industrias e Artes Liberaes.

Secção de Agricultura

Muito vacillante e tropega como um convalescente de antiga enfermidade receoso de uma recada, apresentou-se a nossa reberdade do nosso privilegiado solo e nos ensinamentos da Inspectoria Agrícola deste districto.

E já que me referi a esta util repartição do Ministerio da Agricultura, devo salientar a figura brillante que fez na nossa exposiçao, aumentando consideravelmente a secção de agricultura. Mandou-nos os apparelhos de lavoura, mais modèrnos e

apreciados, para que os nossos visitantes tivessem occasião de vê-los, conhecer as suas utilidades e maneira de empregal-os; mandamos amostras de productos agrícolas obtidos em diversos pontos deste Estado e, finalmente, os productos do seu campo de experiências, que agradaram geralmente aos visitantes e incentivaram aos lavradores.

Ainda resultante das lições praticas dessa Inspectoria, trouxemos o Internato dos Educandos Artífices, instituto mantido pelo Governo do Estado, magníficas amostras de productos agrícolas cultivados pelos alumnos desse estabelecimento, salientando-se, pela excellência da qualidade, a batata geralmente conhecida por *inglesa*, que é, porém, producto oriundo do nosso continente onde foi encontrado no Peru, e de lá transportado para a Europa. Se aqui podemos obter, com pouco trabalho, um producto completo no genero, para que importar, de qualidade inferior, do estrangeiro?

Assucar

Mais uma vez o «Engenho d'Água», magnifica uzina em Caxias, propriedade da Exma. Viuva & Filhos de João da Cruz, trouxe-nos dentro todos os estabelecimentos agrícolas que enviam seus productos á exposição.

O fino e alvissimo assucar e a crystallina aguardente de canna fabricados nesse importantissimo estabelecimento não encontravam no certamen outros que os egualassem.

E mais uma lição, pratica ensinada pelas exposições. Praticamente os outros lavradores como no «Engenho d'Água», cultivem perseveramente a terra pelos methodos modernos, adopiemapparelhos aperfeiçoados no fabrico do assucar, que nós teremos o prazer de ver, nas futuras exposições, muitos productos semelhantes a esses, que mereceram do Jury de Reconpensas o grande premio do—*Tribunozinho*.

Algodão

Para conseguirmos amostras mais perfitas do nosso algodão, tivemos que sollicitar a Companhia Alliança, onde

é depositada toda a produção desse precioso genero procedente do interior do Estado, destinada ás nossas fabricas e embarque para outros estados e para o estrangeiro. Essa util instituição accedeu ao nosso pedido remettendo á exposição amostras do algodão dos municipios onde é mais desenvolvido esse ramo de lavoura.

Dentre essas amostras distinguiram-se, pela excellência da qualidade, as procedentes dos municipios de Caxias, Turv-asso, Pinheiro, Vianma, Coroná, Codó, Pivós, São Bento e Igará.

O nosso algodão que tem sido considerado superior ao *Sir Island* da Georgia pela extensibilidade de sua fibra, do comprimento de 48 milímetros, nada tem perdido quanto á qualidade, porém dectese consideravelmente a produção. E tantos capitães criminosamente aterrorizados quando poderiam estar empregados em uma das mais seguras e rendosas empresas do mundo—*a cultura do algodão no Maranhão*.

Arroz

O arroz-pão do maranhense—foi exhibido no certamen de um modo brilhante.

A enorme quantidade e variedade de arroz expostos levam-me a confirmar aqui, com todo enthusiasmo de minha alma de maranhense, o que disse no relatório apresentado na Capital da Republica ao Presidente do Directorio da Exposição Nacional de 1908:

«O solo maranhense é muito apropriado para a cultura do arroz, que n'ele produz abundantemente sem grande trabalho do agricultor, e, se uma empresa se fundasse para explorar esse genero de lavoura nesse Estado, poderíamos vender ao mundo todo arroz melior e mais barato que nenhum outro».

Mandioca

Continua esta esforziacca a ser cultivada amplamente neste Estado notando-se, porém, nas amostras das farinha, com ella fabricadas e enviadas á exposição, que o preparo deste producto, de grande consumo, muito se tem aperfeiçoado.

Houve um tempo em que o desejo dos nossos agricultores era produzir muita farinha de mandioca sem se incomodarem absolutamente com a qualidade, o que depreciou muito este genero, porém, actualmente vê-se, pelas amostras exhibidas, que o producto é cuidadosamente manufacturado, tomando-se assim de bello aspecto e de sabor muito agradável.

Quer da farinha branca ou seca, quer da amarella ou *de agua*, tivemos no certamen magnificas amostras, que se conservam ainda na exposição permanente.

De táboca foram exhibidas diversas amostras das seguintes variedades: *táboca de gomma ou do só*, *táboca torrada ou de bolo e táboca do Pará ou de papa*.

Dessas amostras salientaram-se as enviadas pelo Dr. Deodilides Mourão, do Cocó, e D. Mariana Braga Ribeiro, de Cururupú.

Não nos faltaram no certamen os apreciados *beijós*—bolos chatos preparados com a massa da mandioca que poderiam, sem erro, ser denominados *macoães de farinha* e que foram exhibidos de excellente qualidade, sendo lamentavel, porém, não ter o fabricante, do municipio de Tutuoyá, declarado seu nome para lhe ser concedida a recompensa a que tem direito.

A *tápioca*, alcool extrahido da mandioca, teve um só expositor, o Dr. José Pires da Fonseca, do municipio de Cururupú, porém, a amostra exhibida, faz honra a toda a produção do Estado pela excellencia do producto.

Pela grande variedade de farinhas e tábocas exhibidas pôde-se calcular que a cultura da mandioca continua a ser uma das mais desenvolvidas neste Estado.

Ararúta

Poucas amostras tivemos na exposição da fícula da rhizoma desta planta, o que demonstra não se ter desenvolvido muito a sua cultura, aliz muito lucrativa e de pouco trabalho.

Distinguiram-se as amostras enviadas pelo Dr. José Pires da Fonseca, de Cururupú e Dr. Deodilides Mourão, do Cocó.

Cacau

Uma boa amostra de cacau foi exhibida pelo Coronel Manoel Ribeiro da Cruz, de Cururupú.

Dentro de poucos annos será grande a produção deste genero no Maranhão, calculando pelo desenvolvimento que tem tido a cultura do cacau e por serem as nossas terras muito apropriadas para ella.

Fumo

Não faltou á exposição o muito conhecido e afamado fumo do Cocó, cultivado e preparado no municipio deste nome.

Apesar de possuirmos terrenos proprios para a cultura do fumo, tem ella crecido consideravelmente nesses ultimos annos. Ainda na Exposição Nacional de 1908 tivemos amostras de fumo especial das colonias em Turry-assi e do municipio de Pinheiro e São Bento, que não compareceram no certamen commotivativo.

Feijão

Magnificas amostras desse legume foram exhibidas, demonstrando perfeitamente a grande cultura que se vai fazendo no Estado desse genero optimo para alimentação.

O Cacau Agricola—Aracé Castro—, utilissima instituição fundada em Junho deste anno, no municipio de Mourão, e a União Alliança—do Coronel Manoel Ribeiro da Cruz, de Cururupú, foram os que mais se distinguiram com as suas excellentes amostras de feijão.

Milho

Esta graminea é de facilissima cultura neste Estado, porém pouco desenvolvida devido á falta de braços para os trabalhos da lavoura e só ser usado como alimento para os animais.

Das amostras expostas salientaram-se as do expositor Dorotéu Reimundo Durães, do municipio de Pinheiro.

—Amostras de sergelim, amendoim, feijão e outros productos agricolas foram exhibidas no certamen commemorativo, não sendo, porém, cogitadas pelo jury de Recompensas, por terem sido enviadas pelos poderes municipaes sem a designação do nome do expositor ou do estabelecimento onde foram cultivados.

Devido de um solo fértilissimo, o Maranhão poderia ser um dos primeiros Estados da União Brasileira pelo valor da sua agricultura; grandes obstatulos lhe atrollam os passos no caminho do progresso e são: a falta de braços para o serviço da lavoura, a falta de capital e a falta de viação.

Aumento-se-lhe a população, formam-se grandes espezas para a cultura do algodão e do arroz, decaem-se-lhe camilhões de ferro e lóas estradas de rodagem, e vertis brotar das curruhas desta abençoada terra riquezas tão formidaveis como o talento dos grandes homens de que tem sido berço e cujos nomes aguram nas paginas brilhantes da historia da litteratura patria.

Se as instituições, creadas aqui pelo Ministerio da Agricultura, chegarem a produzir os seus benéficos effeitos e se a iniciativa particular vier auxillada com a organização de empresas agrícolas e introdução de capitães e trabalhadores estrangeiros formando colonias bem organisadas; se for impanado no Estado o systema de cooperativismo agrícola; então o Maranhão reapareça como que brotando do seu proprio solo, forte, florezcente, rico e feliz.

É necessário que natezemos todos primeiramente da agricultura, porque, depois d'ella, tem desenvolvimento, viação naturalmente surgindo, apoiada em bases sólidas, as industrias e as artes.

Quem quer ser lavrador neste Estado? Os que são, procuram deixar de ser e ninguém deseja subsistir-os.

Dizemos: é uma vida triste, embrenhada nos matos, sem confortos, sem distrações. Teis lembrem-se todos que se não procurarmos immediatamente melhorar a sorte desses entrecabidos, dar-lhes algum conforto ou, pelo menos, garantia para o seu trabalho, se esses poucos mesmos, que se dedicam à lavoura, cessarem completamente o seu labor, ou ainda se, procurando im-

tar o nosso egotismo, só produzirem o necessario para o consumo proprio, então soffreremos o mais terrivel dos flagellos e todo este apparente conforto que se goza nos centros populosos nos servirá de incommodo, todas as distrações, de tecido, emfim, nos faltará tudo pois, se ainda aqui nos mantemos sem soffrir os horrores da fome, é porque existe um punhado de homens que cultivam o nosso ibentocido solo para manutenção de todo o Estado.

Auxillemos a agricultura por todas as maneiras que nos for possível e que a Sociedade «Festa Popular do Trabalho», como sempre tem feito, continue a propaganda dos seus valiosos productos e; em homenagem a esse grande factor da abundancia e felicidade, considere o *agricultor o homem mais útil do mundo*.

Secção de Productos Naturaes

Ricas madeiras extrahidas nas nossas gigantescas matas, amostras dos mineraes das nossas valiosissimas minas, ainda não exploradas, magníficos especimens das nossas borrichas de seiva-guara e maniçoba, das nossas innumeraveis fibras textis, plantas medicinaes e grande variedade de outros productos da nossa exuberante natureza, encheram amplamente o compartimento destinado aos «Productos Naturaes» e se tornaram objecto de exame e estudo para muitos visitantes do certamen commemorativo.

A Borracha

Saltava-se entre os productos naturaes a borracha de seringueira (*gymnolium latifolium*) do Alto-Tury, extrahida pelo Sr. Luiz Antonio Alves, que alli se dedica a industria extractiva.

A seringa do Maranhão, segundo affirmam os entendidos, é igual á do Pará, o que é facil de se acreditar tendo em vista que as grandes matas onde a ella encontrada estão a Oeste, parte por onde continuamos com o visinho Estado, do qual somos separados pelo rio Gurupy, em cujas margens existem grandes zangãos.

Temos seringas desde o rio Gurupy até ao Pindaré e, pode se dizer, que o rio Tury-assi corre desde as suas vertentes até Santa Helena, entre matas de seringas.

A exploração methodica deste grande ramo da industria extractiva, será uma grande fonte de riqueza com que pode contar o Estado.

O producto temol-o, e da melhor qualidade; para confirmar isto vinde-o apreciado e admirado pelos entendidos, que visitaram o nosso certamen. faltam apenas braços e capitães para a exploração, anim de serem coronadas de bom exito as artiscadas tentativas do seu activo e industrioso expozitor.

A Maniçoba

Dos grandes maniçobas da margem esquerda do rio Parahyba, desde a Tutoya até São Francisco, tem sido exportada não pequena quantidade dessa especie de borracha, que tem obtido boa cotação no estrangeiro.

As amostras desse producto, que estiveram na exposição commemorativa, vieram do municipio de São Bernardo.

Com essas e outras pequenas amostras de borracha de mangabeira, massaranduba e araçá verifica-se que o Estado do Maranhão é rico deste producto e de diversas especies, tendo de Oeste a seringueira ou *symplocos elastica*, da margem direita do Gurupy a esquerda do Pindaré; a Leste a Maniçoba, a margem esquerda do rio Parahyba; ao Sul o caucho, do rio Tocantins e as borrachas de mangabeira, massaranduba e araçá abundante em todo o nosso sertão.

Madeiras

Sempre occupando lugar saliente concorreram ao certamen commemorativo as bellissima amostras das nossas valiosas madeiras e as arts; e das quaes contamos mais de duzentas variedades.

A nossa penuria de vias de transporte faz com que muitas dessas preciosas madeiras só sejam conhecidas pelas pequenas amostras enviadas ás exposições.

Os Mineræes

Quazi todas as amostras de mineræes expoztas são de procedencia official, isto é, extrahidas, por ordem do Governo Estadual, das minas que possuímos em grande quantidade.

Entretanto todos os annos são firmados contractos com particulares, empresas e companhias para as suas explorações sem que, até esta data, se tenha dessas empresas outras noticias a não ser os respectivos contractos publicados pela imprensa.

Seria esta a melhor occasião para essas empresas provarem a sua actividade, exhibindo amostras do minerio que se propõe explorar, porém, assim não foi, e essa falta veio corroborar o que affirmam em desalobro dellas, classificando de aventureiros e negociantes de privilegios os seus contractantes.

Os ricos mineræes nós os possuímos e o certamen commemorativo nos demonstrou nos preciosos especimens exhibidos pela Repartição de Obras Publicas, Viagem, Industria, Terras e Colonização, onde se viam desde o ouro das minas de Maracassumé, no Tury-assi, até o cobre das minas do Grajahu; e o valor e pureza desses productos ainda ficaram mais comprovados com a exhibição dos bellos trabalhos com elles manufacturados pelos srs. Ennes & Comp., que fazem parte da *Secção de Terras Industrias*.

Secção de Industria Pastoral

Bellos exemplares de raça mestiça, cruzamento de reproductores estrangeiros com o gado de nosso Estado, concorreram a exposição commemorativa.

O meu illustre amigo, o benemérito e inolvidavel Dr. Benedicto Leite, não teve o prazer de ver o resultado de sua grande obra em prol do melhoramento da raça do nosso gado, porém, o certamen commemorativo fez resumir grande numero de productos obtidos dos reproductores adquiridos pelo Estado, ficando assim comprovado mais um grande grande serviço prestado por aquelle criterioso administrador.

Apesar dos ensaios de reforma por parte dos poderes publicos e mesmo de alguns criadores, continúa a nossa pecuaria a ser praticada pelos methodos antiquados em campos communis sem outra preocupação, por parte dos proprietarios, além a de assignalar os exemplares para quando delles precisarem.

Entretanto a Industria Pastoral é uma das maiores fontes de riqueza do Estado.

Secção de Varias Industrias

Não foi completa a Secção de Varias Industrias no certamen commemorativo, porém, se considerassem todos os productos do Estado, nella classificaveis, seria necessario, para exhibil-os, um outro edificio igual ao que occupamos com toda a exposição.

Contudo tivemos magnificos productos, que encheram dois vastos salões, um no pavimento superior e outro no inferior.

Especialisar cada um desses productos descrevendo-o minuciosamente, seria ampliar demasiadamente este relatório, tornando-o enfadonho e, por isso, limito-me a salientar aquelles que mais foram apreciados e elogiados pelos visitantes e são:

Os artisticos moveis da Marcenaria Modêlo, dos Srs. José Maria de Lima & Filho; um bello altar, dos decoradores Maciera Filho & Comp.; os trabalhos de Alfanarria, do Sr. Nilo Pizon; os trabalhos de ourivesaria, dos srs. Eanes & Comp.; Souza Mourões e Idelfonso Soares; os apreciados productos da Tabacaria Lourdes e fabrica Caxias, do sr. Augusto Olimpio de Moraes Guimarães; os vinhos e licores, dos srs. Fonsêca & Comp.; as massas alimenticias, da Fabrica sr. Paulo Tozi; os alvissimos molhos, da «Fabrica de Fiação e Tecidos do Rio Anil»; os magnificos brins, riscados e domesticos, das fabricas São Luiz e Santa Amelia, do Sr. Candido Ribeiro & Comp.; a peça de artilharia do vapor Cabral, fabricada nas officinas da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão; um artistico violão feito no municipio de Guimarães; os saborosos biscoitos da padaria São Luiz, dos srs. C. Gonçalves & Comp.; os trabalhos em cera e velas de stearina fabricados pelo sr. Abilio Louand; os productos extra-

micos da Companhia da Estrada de Ferro de São Luiz a Caxias; o substancial chocolate, em pó e em tabletes, da fabrica «Primavera», do sr. José Rodrigues de Moraes; os trabalhos de fundaria do Sr. Manoel Ribeiro Carneiro; os perfectos trabalhos de colchoaria, do sr. Aristides Olimpio Barbosa; o sabão de andiroba, da fabrica dos srs. Lazaro Moreira & Filho; a artistica ornamentação do salão de Varias Industrias, dos srs. Ralchazar Pereira & Silva, e os vistosos fogos de artifício, trabalhados pelo sr. João Baptista da Silva.

Secção de Artes Liberaes

O certamen commemorativo veio provar mais uma vez que no Maranhão, gloriosa Albenas Brasileira, existe ainda muito gosto pelas Bellas-Artes e pelas Bellas-Lettras.

A nossa Secção de Artes Liberaes fôza mais perfeita affirmação de que compunhamos a ser um povo culto e intellectual.

Considero trabalho superior a minha competencia destacar, d'entre os esplendidos trabalhos exhibidos, quasi os mais valiosos como obras d'arte. Para mim pareciam todos magnificos.

Três utilissimos trabalhos chamaram, porém, a attenção geral, quer pelo seu valor scientifico, quer pela perfeição na sua execução, quer finalmente, pela reconhecida competencia do seu illustre auctor, — as *cartas geographicas do Estado e da Ilha do Maranhão e o plano da cidade de São Luiz, nossa Capital*, executadas sob a direcção do Dr. Justo Jansen Ferreira, distinctissimo lente de Geographia do Lyceu Maranhense.

Desses trabalhos foram expostos os desenhos originaes, e o esplendido quadro da Carta do Estado foi o escudo que, tendo o Pavilhão Nacional ao centro ladeado pelas bandeiras da Franca e do Maranhão, formava o trophéu que ornamentava o logar de honra do salão nobre do Palácio do Governo, onde se effectuaram as solemnidades da exposição.

O Jury de Recompensas descejiando distinguir esses magnificos trabalhos, os melhores no genero, até hoje organisados neste Estado, resolveu, em homenagem ao nosso muito illustre patrio

Senador Candido Mendes de Almeida, quem primeiro se dedicou aos nossos assumptos geographicos, prestando, a integridade territorial do Maranhão relevantes serviços; instituir o premio especial — *Candido Mendes* — e concedel-o ao Dr. Justo Jansen Ferreira.

A riquissima *Colleção Artística — Arthur Azevedo* — adquirida, por compra, pelo Estado e traqueada ao publico durante a exposição commorativa, formou, inegavelmente, a parte mais valiosa da *Secção de Artes Liberaes*.

Arthur Azevedo, o alegre escriptor maranhense, cuja perda é lamentada por todo o mundo intellectual, tem sido apreciado como escriptor dramatico, *contista*, poeta e jornalista, porém, não o foi ainda como colleccionador de trabalhos de arte e cultor de todos os processos graphicos, trabalho a que se dedicou durante toda a sua existencia, deixando a soberba colleção que o Maranhão guarda carinhosamente em homenagem ao seu illustre filho.

A parte mais importante da *Colleção «Arthur Azevedo»* é a de gravuras

Difficilmente se encontrará outra com tamanho numero de estampas em todos os processos graphicos até hoje conhecidos e, pela raridade de muitas dellas, avaliadas em altos preços por pessoas entendidas e competentes.

Encontram-se nessa esplendida colleção desde as antiquissimas gravuras sobre madeira, aguas fortes, lithographias, gravuras em aço e em cobre, até as modernas phototypias, photogravuras e zincographias.

Entre os preciosos desenhos e pinturas a oleo encontram-se quadros rarissimos originaes dos nossos pintores mais celebres.

Na organização da sua colleção, Arthur Azevedo procurou sempre reunir trabalhos de celebres gravuristas copiando quadros dos grandes pintores, e assim deu um valor duplo a essa preciosa dação artistica.

Dentre os diversos albums de estampas encontram-se quatro volumes encadernados do «*Maest François Renard Des Plus Beaux Tableaux, Statues et Bas-Reliefs existant au Louvre*», que constituem uma obra muito preciosa para quem deseja estudar a arte e conhecer os grandes mestres

A bibliotheca annexa á colleção é formada de magnificos livros de litteratura theatral, peças de theatro e obras litterarias de notaveis escriptores nacionaes e estrangeiros, notando-se pelas dedicatórias, feitas em diversos volumes, a esmola e o conceito em que era tido o nosso primoroso escriptor.

A Sociedade Festa Popular do Trabalho aproveitou o ensaio para louvar o acto do illustre Dr. Luiz Antonio Domingues da Silva, esforçando-se na sua patriótica passagem pelo Governo do Estado para doal-o com essa joia de alto valor que é a *Colleção Artística Arthur Azevedo*, e ao mesmo tempo agradecer a Sua Excellencia o ter mandado pol-a em exposição no cerra mento commorativo.

Jury de Recompensas

Para julgamento dos productos expostos o Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado nomeou, por portaria de 9 de Outubro ultimo, os seguintes membros do Jury de Recompensas:

Secção de Agricultura

Dr. José Joaquim Marques.
Coronel Alexandre Colliaris Moreira Junior.
Coronel Fabricio Caldas de Oliveira.

Secção de Productos Naturaes

Dr. Justo Jansen Ferreira.
Dr. Godofredo Mendes Vianna.
Dr. Adolpho Domingues da Silva.

Secção de Industria Pastoral

Barão de Itabary.
Dr. José Pires Filho.
José Pedro Serejo de Mendonça.
Coronel Gaetano de Oliveira.

Secção de Varias Industrias

- Coronel Filiziano Moreira de Souza.*
- Coronel Irenão do Lago Parça.*
- Francisco Pinto Teixeira.*
- Nelson Machado Junqueira.*
- Henrique José Gaspar.*

Secção de Artes Liberaes

- Professor José Ribeiro do Amaral.*
- Antonio Lobo.*
- Domingos Barbosa.*
- D. Maria da Gloria Parga Nina.*
- D. Maria dos Santos Pinho.*
- D. Josephina Daltro.*

Não havendo o Sen. Antonio Lobo accitado, por motivos justos, a nomeação para membro do Jury na Secção de Artes Liberaes, foi nomeado o Dr. Antonio Lopes para substituil-o.

A primeira reunião do Jury teve lugar a 15 de Outubro, no Palacio do Governo, a uma hora da tarde.

Reunidos os membros nomeados, foi deliberado o seguinte:
1.º Que o Jury seria presidido pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado e secretariado pelo Presidente da Festa Popular do Trabalho.

2.º Todas as deliberações do Jury seriam de caracter reservado, excepto o resultado final, lista dos premios, que deveria ser publicado.

3.º A Exposição Comemorativa concederia premios de 5 categorias: Grandes premios «Tri-centenario», 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º premios, que deveriam ser propostos pelos membros das diversas secções e approvados pelo Jury em geral.

4.º Que esses premios constariam de diplomas impressos por conta do Governo do Estado.

5.º Que todos os trabalhos do Jury deveriam ser registados no livro de actas da Sociedade «Festa Popular do Trabalho».

Dessa data em diante funcionaram as diversas secções do

Jury, examinando minuciosamente os productos expostos e organizando as propostas dos premios.

A sessão de julgamento teve lugar em 28 de Outubro no salão nobre do Palacio do Governo. Proccedida á leitura das propostas apresentadas pelas diversas secções do Jury de Recompensas, foram submettidas a discussão e, depois de algumas alterações, concedidos aos expostores os premios constantes da lista, que a este accompanha.

Desejando o Jury distinguir os trabalhos de cartographia desenhada, expostos pelo Dr. Justo Jansen Ferreira, resolveu crear um premio especial a que deu o nome de **CAXIDIO MENDES**, em homenagem ao nosso muito illustre patriótico Senador Candido Mendes de Almeida, de saudosa memoria.

Como medida geral tambem foi deliberado que a todos os expostores de productos, por ourem manufacturados, e aquelles não contemplados na lista dos premios propostos, fosse concedida uma Menção Honroza, pelo brilho que deram ao certamen.

Por occasião da sessão solemne de encerramento da exposição foi lida a lista dos premios concedidos pelo Jury de Recompensas aos expostores, sendo, depois, publicada pela imprensa e vai annexa ao catalogo, que accompanha este relatório.

A Sociedade Festa Popular do Trabalho confessa-se muito grata aos distinctos membros do Jury, por haverem accitado a nomeação do Governo e prestado os seus valiosissimos servicos nos trabalhos do julgamento dos productos e aproveitado o ensejo para louval-os pelo grande exemplo, que deram, de patriotismo e amor pelo progresso do Maranhão.

O Jury de Recompensas concedeu 217 premios, assim distribuidos: 1.º Premio Especial—Candido Mendes—, 17 Grandes Premios— Tri-centenarios,—85 Primeiros Premios, 51 Segundos Premios, 23 Terceiros Premios, 14 Quartos Premios e 26 Menções Honrosas.

Comissão Directora

Não havendo comparecido ás sessões nem aos trabalhos da exposição o 2.º Secretario Raul Astolfo Marques e tendo o Adjun-

to do Thezoureiro—Feliciano Primo Parada, allegado motivos justos de não aceitar o cargo para que fora eleito, na conformidade do § 2.º do Art. V do nosso Regulamento, foram chamados para substituí-los, respectivamente, os membros da Comissão Auxiliar Augusto Olímpio de Moraes Guimarães e Alfredo de Mendonça Lima, e preenchida a Comissão Auxiliar com os immediatamente em vãos, ficando a direcção da sociedade assim constituída:

- Assembleia Geral**
 Presidente Honorário—*Dr. Luiz Antonio Domingues da Silva*.
Comissão Directora
 Vice-Presidente—*Domingos de Castro Fardigo*.
 1.º Secretário—*Ricardo Barbosa*.
 2.º Secretário—*Augusto Olímpio de Moraes Guimarães*.
 Thezoureiro—*José Maria de Lima*.
 Adjunto do Thezoureiro—*Alfredo de Mendonça Lima*.

- Comissão Auxiliar**
Feliciano Primo Parada.
Ignacio da Costa Homem.
Manoel Valente.
José da Silva Leça.
Augusto de Faria Esik.
Eugenio Parada.
Nilo L. Pizon.
Arthur Pereira.
Zacario Pereira.

Tanto a Comissão Directora como a Auxiliar procuraram, por todos os meios, cumprir digna e brilhantemente o mandado que lhes confastes, sendo porém, merecedor de especiaes elogios o Adjunto do Thezoureiro—Alfredo de Mendonça Lima, pelos valiosissimos serviços que prestou em todos os trabalhos da exposição, revelando-se não só um esforçadissimo trabalhador em pro da instituição como um grande artista merecedor do apoio geral para que possa melhor demonstrar o seu talento.
 Alfredo Lima não mediu esforços para a realisação e embelezamento do nosso certamen commemorativo, merecendo porisso os nossos mais ardentes louvores.

Finanças

Todas as despesas feitas por esta sociedade com o certamen commemorativo foram pagas pelo auxilio pecuniario que lhe prestou o Governo do Estado, recebido por tres vezes na importância total de dois contos quatrocentos e sessenta mil réis (2.460.000), como verificados do balanço do nosso Thezoureiro. Devido ao accordo havido entre esta sociedade e o Governo do Estado, deixaram de ser cobradas as entradas na exposição, ficando o Governo obrigado ás despesas com a concessão de prémios aos expositores.

Tambem não foram cobradas as contribuições annuaes dos socios, que deverao ser pagas juntamente com as do proximo biennio.

Procuerei do melhor modo que me foi possível, aqui descrever-vos o que foi a Exposição Commemorativa do tricentenario da fundação da nossa Capital e, do seu brilho e acceitação publicas, todos vós tendes conhecimento proprio.

Quanto, porém, ao seu valor e utilidade, muitos pedidos de informações sobre preço e transportes de diversos productos, e muitos me têm sido dirigidos, e sou tambem informado, por productos dos expositores, do grande augmento na procura dos seus productos, depois que estiveram na exposição.

O mais facil e melhor meio de conhecer-se tem uma realisação é reunir em um só ponto todos os seus productos naturais e os da sua agricultura, industrias e artes. Está assim explicada a utilidade das exposições.

Quem tem recio de expor ao publico o producto do seu trabalho, não é profissional ou é falsificador.

A Sociedade «Festa Popular do Trabalho» orgulha-se de ter empregado todos os esforços para cumprir dignamente o seu fim. São Luiz do Maranhão, 29 de Dezembro de 1912.

Domingos de Castro Fardigo
 Presidente da Comissão Directora.

Anexo 3

Matérias do Jornal Pacotilha



...esta demanda, a respeito de par...
...E se antes de que se tenha...
...Se um artigo de esta...

...S. S. (o dr. Luiz Domingues)...
...Que pensa o leitor que fizem...
...Transcrevem essas minhas...

...«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...
...Deu-lhe as palavras finas do...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

...Tratava-se de uma posseção...
...A vida militar

...E que exige a solução, que me...
...Nada mais falto do que o...
...O dr. Antonio Costa vai ser...

Clodomir Cardoso.
O «Vianna»
Naufraque ante-hontem, na...

...«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...
...Deu-lhe as palavras finas do...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

...Tratava-se de uma posseção...
...A vida militar

Castanhas do Pará
Novas
Vende a
MERCADIA ALIANÇA

A estatua

Será hoje inaugurada a estatua do dr. Benedito Leite. Fomos, como todos sabem, dos que moveram opposição a esse chefe politico. A nossa opinião sobre a sua vida de homem publico está nas colunas desta folha.

Quisquer que fossem as intenções do dr. Benedito Leite, o resultado da sua ação governativa não nos parece que justifique a ereção daquella estatua.

Muito justo seria que os seus amigos lhe rendessem preitos de saudade e reconhecimento. A sua estatua, porém, na praça publica, só poderia ser erguida pela gratidão do povo, como simbolo desta gratidão.

«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...
...Deu-lhe as palavras finas do...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

O DIA FAMILIAR
Façam amor

Car. Candido José Ribeiro...
...«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

...Tratava-se de uma posseção...
...A vida militar

...«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...
...Deu-lhe as palavras finas do...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

...torça mais facil se r...
...«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

...Tratava-se de uma posseção...
...A vida militar

...«Ora, é o proprio dr. Clodomir...
...Declara que não poderia delat...
...Deu-lhe as palavras finas do...

...«S. S., porém, não podia delat...
...Muito parecido, não ha du...
...Fede-se lá discutir com hom...

A vida militar

A vida militar

Documentos do Estado

Puristas e cacoçarios

Puristas e cacoçarios

JORNAL DA MANHÃ

PARANHÁ — Sexta-feira, 6 de setembro de 1912 Número 212

Amelxas
e mais completo sor-
recheio e vende sem-
pre de prapo, a mar-
campa, prapo João Lis-
ta. 2405-3

Portuguez
Agora desta colectivi-
dade festejar, a 5 do
outro, o segundo an-
iversário do advento da Repu-
blicanagem.
Serão a faticamente
realizados, nesse dia,
doze vasos de flores
tanto na escadaria
como do edificio, e
uma sessão solene,
e serão enviados diversos
convites a hon-
radas estâncias e fa-
mílias.

Paranhá, na este pre-
sente da Republica e
do Sr. Bernardino
eminentemente governa-
rio no Brazil.
Esperar que a festa se-
ja revista do maior

de comercio
Amanhã regular o nu-
mero de matriculas
de alunos, e as aulas
serão abertas no con-
creto á rua da Pa-
lmeira da agencia

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Em setembro de 1911,
o Congresso ex-
aminou, em 31 de
setembro, a
verificando-se o
resultado das
economicas
economicas, em que esta
sistema atual das
economicas. A comissão
de economia, a qual bem
procedeu ao parecer de
parcialidade dos depo-
sitos para a sua au-
toridade dos juroes,
e, ter de exercer
no sentido de re-
sistência economica.
Atual, e os effectos
da economia
vida atual e da
economia, de pre-
sente a mulher. Seriam
o, beneficiando as
horas do trabalho, e
contra elle mais
ativa feliz tem sur-
tido proprio congres-
sista e de inega-
do o emprego pro-

O DIA FAMILIAR

Paranhá, 17 de agosto, uni-
versario da morte de Odorico
Mendes, por iniciativa do pro-
fessor José Feliciano de Oliveira,
serão inauguradas duas la-
pidas do marfim, com inscri-
ções em portuguez e inglez, no
monumento do grande poeta bra-
zeleiro, que se achá no cemitério
catolico de Sta. Maria, em Ke-
neal Green, perto de Londres.
O professor Feliciano e o dr.
Oliveira Linsá projectam fazer
uma apelo aos maranhenses, pa-
ra que seja erigido um monu-
mento ao grande brasileiro.

Odorico Mendes
O serviço telegraphico do "Jor-
nal do Comercio", do Rio
de Janeiro, esta grata noticia, em
16 do mez findo, num despacho
de Londres.

de comercio
Amanhã, 17 de agosto, uni-
versario da morte de Odorico
Mendes, por iniciativa do pro-
fessor José Feliciano de Oliveira,
serão inauguradas duas la-
pidas do marfim, com inscri-
ções em portuguez e inglez, no
monumento do grande poeta bra-
zeleiro, que se achá no cemitério
catolico de Sta. Maria, em Ke-
neal Green, perto de Londres.
O professor Feliciano e o dr.
Oliveira Linsá projectam fazer
uma apelo aos maranhenses, pa-
ra que seja erigido um monu-
mento ao grande brasileiro.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

**Uvas e maçãs portu-
guezas**
Em caixas de 30 e 15 ki-
logramas.
Recbeu a mercaderia aquita.

Carta aberta

Paranhá, 17 de agosto, uni-
versario da morte de Odorico
Mendes, por iniciativa do pro-
fessor José Feliciano de Oliveira,
serão inauguradas duas la-
pidas do marfim, com inscri-
ções em portuguez e inglez, no
monumento do grande poeta bra-
zeleiro, que se achá no cemitério
catolico de Sta. Maria, em Ke-
neal Green, perto de Londres.
O professor Feliciano e o dr.
Oliveira Linsá projectam fazer
uma apelo aos maranhenses, pa-
ra que seja erigido um monu-
mento ao grande brasileiro.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

SAMARITANA

Continua a grande liquidação na loja SAMARITANA. As mercaderias serão vendidas pelo custo. Ver para crer. RUA DO SÓL, 13

A exposição

Continuam com actividade os
trabalhos de arrumação de pro-
dutos e ornamento das di-
versas seções da exposição es-
tadual, que será inaugurada a
do corrente pela Sociedade Pa-
stosa Popular do Trabalho, e que
funcionará no palacio do go-
verno.

Foram recebidos mais os se-
guintes productos:
Abilio Lourenço—1 cabeça de
cêra (tamanho natural), 1 dita
de dita (pequena), 1 bone-
co de cêra, 1 perna de cêra,
4 um braço, 1 mão de cêra,
8 vélas de cá a um corao, 3 di-
tas pequeninas, 12 vélas de cê-
stearina.

Valdemiro E. dos Reis—1
quadro com um trabalho arti-
stico, da impressora tipographica,
sobre setim.

Colégio do Sagrado Coração
de Maria—1 quadro de bordado
a uma côr, sobre seda, 2
fronhas bordadas sobre filo.
Joaquim Domingues de Souza
—5 vidros com amostras de
produtos da ilha (tapioca do
Pará), dita para bolo, dita de
sacchara, dita para goma, fan-
chia mizozoa.

Antonio Bittencourt e Silva
—1 páde de linho, fabricada por
Mariana Pinheiro, de S. Bento.

D. Alice Bittencourt—1 lata
de doces de bacuri, 2 jijas de
goiabas, 3 ditas de goiabas de
goiás.

D. Maria Isabel da Silva—1
guardanapo artistico.

D. D. Antonia Mauricia Chaves
e Maria Isabel da Silva—1
toalha, bordada de seda, sobre
caturama.

D. Naomi Castro—1 camisa
de criança, trabalho de cam-
brata com renda, bordado e fi-
la.

Navas de Oliveira & C.—2
latas, contendo amostras de as-
sucar de seu fabrico.

D. Aracê G. Brito Fernan-
des—1 vaso com flores artifi-
ciais, 1 quadro trabalhado com
pê de seda.

D. D. Adylles, Odette e Zilda
dos Santos—3 ramos de
flores artificiais.

D. Ignez de Reis Perdigão
—30 latas de compotas de fru-
tas maranhenses.

Intendencia Municipal de
Capital—3 quadros (plantas de
obras executadas e por execu-
tar), paralelipedos do granito
(pedreiras do leito), trabalho
feito por operarios da inten-
dencia.

A. C. Guterres—2 caixas com
pompadas "Macassar" e "Flori-
da".

Arribales Olimpio Barbosa—
2 artisticos colchões.

A comissão avizra as pessoas
que pretendem enviar produ-
tos, de que os mesmos deverão
ter entrada pelo porto do Jar-
dim de Paçico.

Protesto da Infancia

Protesto da Infancia, que dis-
tribuem por toda a vizinhança
do maior bilhetes postais, e
fins de facilitar ser inform-
ados de qualquer ato de malici-
cia.

É claro que os mais pais,
recozcos de ser accusados ne-
cessariamente ante os tribunales,
deixam de maltratar os filhos, e
por uma reviravolta de senti-
mentos, mas por medo e tanto
mais que sabem e muito bem
que uma segunda condenação
agravaria profundamente a pen-
a.

O grão duque de Hesse tem
o que se sabe, uma assembléa
legislativa das mais democrati-
cas e está á frente de todos os
estados alemães, no que diz res-
peito á proteção das crianças
nas officinas.

Assim, e de uma forma geral,
é prohibido occupar-se da fami-
lia em quaisquer trabalhos,
e a idade das escolas, com
menos de 12 annos; mesmo no
seio da familia, essas crianças,
estão referidas a idade, não são
obrigadas a trabalhos manuaes
por mais de 3 horas por dia,
e os inspectores e os profes-
sores competes vistor, com o maior
rigor o cumprimento desta dis-
posição da lei.

É absolutamente prohibido o
trabalho de crianças nas sal-
das e nos tabacos, por malici-
cia da moralidade e de hygiene,
tambem não é permittida a ad-
missão de menores em trabalho
de brita de pedra, e nos
induzir ao que se occupam
substancias venozas.

As crianças só podem traba-
lhar entre as 8 da manhã e as 5
da tarde. É prohibido emprega-
las nos vendes dos jornais, nas
ruas. Tambem se pedeiros não
são permitidos empregar na distri-
buição de pão nas frequencias.

Mercaderias novas
Paranhá, 17 de agosto, uni-
versario da morte de Odorico
Mendes, por iniciativa do pro-
fessor José Feliciano de Oliveira,
serão inauguradas duas la-
pidas do marfim, com inscri-
ções em portuguez e inglez, no
monumento do grande poeta bra-
zeleiro, que se achá no cemitério
catolico de Sta. Maria, em Ke-
neal Green, perto de Londres.
O professor Feliciano e o dr.
Oliveira Linsá projectam fazer
uma apelo aos maranhenses, pa-
ra que seja erigido um monu-
mento ao grande brasileiro.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

economicas
O relator do con-
gresso para a fazenda
para a parte das
economicas
economicas, a quanto
se refere a parte
de comercio.

Associação Commercial
A Associação Commercial, á
qual, coadjuvando
as suas actividades
na sua aula de
ensino gural, d'onde
seus alumnos saem
com o diploma, im-
portante.

O Museu Nacional

Paranhá, 17 de agosto, uni-
versario da morte de Odorico
Mendes, por iniciativa do pro-
fessor José Feliciano de Oliveira,
serão inauguradas duas la-
pidas do marfim, com inscri-
ções em portuguez e inglez, no
monumento do grande poeta bra-
zeleiro, que se achá no cemitério
catolico de Sta. Maria, em Ke-
neal Green, perto de Londres.
O professor Feliciano e o dr.
Oliveira Linsá projectam fazer
uma apelo aos maranhenses, pa-
ra que seja erigido um monu-
mento ao grande brasileiro.

A Delegação Fiscal

O sr. ministro da fazenda,
conforme medi o seu collega
paranhense, ordenou que sejam
enviados para a delegação fiscal
de S. Luiz a Góias, emprovi-

Repolhos

A preço sem competencia,
de mercaderia aliçada.
2406

...o ministro de Eduardo...
...vez que ajudou a profe...
...ismo. Mas a verdade salta...
...olhos dos proprios pegos...
...dentem do odio ao fragua...
...combate á fradria e á...
...regação, que não andam em...
...to de santidade, perante o...
...angelico. Mesmo porque...
...os seus arreanhos de de...
...pensador, o cunhalho dos...
...bucuras dissolvencia os odios...
...findos do senegalico assa...
...do de Evare e aguará as...
...na ao jogo dos ultramon...
...ranza. E não foram poucos...
...evolucionarios que accorri...
...á armadilha e nela se es...
...nharam, providorizante...
...questão farva a bon ferver...
...do. E, lá hoje, o bravo...
...chego não aton, mas dezi...
...A farinha dos moínhos se...
...se obscurecia as retinas mais...
...s. Morry del Val, secreta...
...de Pio X, e, como tal, en...
...do ao jural dos jezuitas...
...quanto castelhamo, opór...
...os ao antroto, que amea...
...a dejenar em melodrama...
...ciedade lei do caudado ti...
...por discutir, embora a sub...
...assem ao congresso. Seria...
...granda passo, com effec...
...cambio libertador. Viente...
...absolutismo. Aranda, em...
...rio, Choiseul, em Paris...
...ando Pombal, não tibi...
...em espular os setecios de...
...E. Mendizabal, quando...
...implanteo o constituciona...
...na Espanha, rec...
...da das igrejas, desde o bro...
...sinos ao ouro das custo...
...reduzindo-os a moeda so...
...a, sem a menor indeniza...
...que se ditiem esta pro...
...ção. Que temeridade ha...
...a no jasto do sr. Canalejas...
...mediante esses antecaso...
...Mas as artes de guiar os...
...s mostram-se agora mais...
...avilicadas do que na época...
...laquavielli. Os riscos avu...
...e os reis respiram em...
...de precipicio. A...
...poia, separadas as confe...
...relijiosas do orçamento...
...nhol, os acilites do Vati...
...o perderiam perto de 30.000...
...s anuais (35.333.784.600...
...em moeda brasileira), e...
...as fabulozas riquezas que...
...ntam, nos templos e nos...
...saires, onde se fabricam oli...
...vões e razoaveis zurr...
...As 342.604 tabernas, que...
...spalham de Andaluza ás...
...pogadas, sofreriam um a...
...mento, com preveito, por...
...turs, das trizes 14.692 es...
...primarias, número que...
...s triplicadas, num abrir e...
...tar do olho.

...as suas que se prepara...
...Prussia lar-sá grande e lar...
...nará talvez, o núcleo de...
...Jermânia reconstituida. Mas...
...não durará muito. Subv...
...se, destruida pelas suas di...
...sensões e asficiada pelo es...
...mento eslavo, que a absorverá...
...reconduzindo á primitiva op...
...—a do Reno, assinados a...
...nós. A Itália unificar-se-á...
...Espanha, esabulhada dos su...
...za. A Grécia engrandecer-se-á...
...com a Macedónia e as ilhas Jo...
...nas. Nos Balcanes, levantar-se-á...
...a Grécia, esabulhada dos su...
...serão, como a Suiza e a Poló...
...a, pontos neutros. Na Euro...
...central, a Austria cedera o lig...
...a um vasto império húngar...
...berá a Rússia, estabelecida em...
...Constantinopla, e a Inglaterra...
...sora da Africa. A França...
...sua sempre a final do progr...
...so, o piz jeneroso; por honra...
...da humanidade, não poderá...
...clipar-se; mas a sua influên...
...afirmar-se-á, sobretudo, intell...
...tal e filosofica.

O tenível guerrero mostro...
...s vident. Muitas destas pro...
...ções já se realizeram e algu...
...mas das outras provavel é q...
...no correr dos tempos, se etab...
...vem. Do termo e das conse...
...quências do litigio italiano...
...dependará o futuro. A triplic...
...ente mexe-se. E, apesar d...
...solécia do barão de Marschall...
...a diplomacia alemã perderá...
...cariada, mais uma vez.

Frans Pacoco.

As associações

Increveram-se socios, na so...
...cidade «O Futuro», os srs...
...João Joaquim Barbosa, Edm...
...d José Fernandes, Charles B...
...nant Choiseul, Joaquim Henri...
...que da Silva e José Evaristo...
...Carvalho.

—Termina, amanhã, o pre...
...zo o para o pagamento de...
...quitas relativas ao falimen...
...to de Joanna Maria de Cunha...
...Luiz Francisco Ribeiro, da So...
...ciedade Sta. Barbara Protetora...
...das Missas.

Vér para Crór

Os telegrafos

O diretor geral dos telegra...
...fos removeu o telegrafista Jo...
...s Maria Mendonça Cortez de...
...ação desta capital para a di...
...strito do Estado do Pará.

—Foi concedida a ajuda de...
...custo de 50.000 ao inspetor...
...João Luiz Ferro, rev...
...dido desta cidade para o do Piauí.

—Por portaria de 4 do cor...
...rente, foi elevada de 4.000 por...
...30.000 a diaria dos telegrafistas...
...regionais Amadeu Arends Se...
...rojo, Ceovr Rocha de Andra...
...de Abreu, filho, Egidio de Car...
...lho e Eusebio Martins Trinta.

A vida religiosa

Realizou-se, amanhã, ás...
...12 horas da manhã, na igreja...
...de Sto. Antonio, por alma de...
...Mozel Moreira Gandra, 7 dia...
...de seu falecimento.

—Também se celebrou missa...
...amanhã na igreja de Cor...
...por alma de José Antonio Gol...
...beira, 7 dia de seu falecimen...
...to.

...Francisco de Paula e Silva, Domi...
...ngos de Castro Pereira, dr. Jus...
...to Jansen Ferreira, José Maria...
...do Lima, J. Ribeiro do Amaral...
...Macedo Vieira Nino, Ricardo...
...Barbosa e Raimundo Campos.

Fala, em primeiro lugar, o...
...sr. Domingos Perdigão, presi...
...dente da Sociedade Festa do...
...Trabalho, a promotor da ex...
...posição. Traçou a historia da...
...prestabe corporação, agrade...
...ceu o auxilio do governo, da...
...intendencia e de todas as pes...
...soas que contribuíram para la...
...var a effeito o certame. Pres...
...tizou que o povo não compre...
...nda bem o valor moral e econo...
...mico destes mostruos e conclui...
...u por um viva ao Maranhão...
...nido. Recebeu muitas palmas...
...tocando as duas bandas di...
...rectas hincos.

Orao, depois, o sr. Luiz Do...
...mingos, que salientou a pa...
...sajon dos francezes por esta...
...parte do Brasil, referindo-se...
...a respeito da Associação, Ant...
...nio Oliveira dos Santos e José...
...Meirelles, por submissão e distu...
...rbo, e Raimundo Araújo, por...
...querer fazer, com uma faca, a...
...mulher Albertina Francisca de...
...Abreu.

A policia terminou e resou...
...lou a autoridade competente o...
...querio contra Raimundo de...
...dos Santos, por crime de fer...
...mentos em Arthur Martins Dec...
...lam.

—Houtem, ás 8 horas da noi...
...te no Cotim do Padre, Angelo...
...Ferreira da Silva feriu, cuza...
...a machada, com um tiro de rev...
...lva Alexandre de tal.

A sala ajuizou-se na omopla...
...de offendido, sendo, porém, d...
...alguma gravidade o seu es...
...tado.

O ofensor foi preso e o ofen...
...do recolhido á Sta. Casa.

—Foi recolhido á penitenci...
...ria do Estado, vindo de S. Vi...
...cente Ferrar, o sr. Procopio...
...Oiticica, ali condemnado a 25...
...anos e seis meses de prisão celular...
...e aqui vem cumprir a senten...
...ça.

Procopio é autor de um hor...
...rillante crime: matou a sua...
...fraz, arrancando, em seguida...
...Marçalha, com um tiro de...
...que comu, conforme entio no...
...ticianos.

—Idalia Roza Pereira deu...
...queixa ao delegado de poli...
...cia contra o delegado de Cabe...
...ceras, Alcantara, por lhe ter...
...mandado dar uma dúzia de bo...
...los.

As reclamações do povo

Os brapos, mais do que con...
...venidos do abandono em que...
...achamos, em materia de polí...
...cia, deram agora para fre...
...quentar o bairro da Casa dos...
...Bancados. A' noite, viziam as...
...quintas e quintais da redondez...
...o zoco, de vez em quando, jim...
...pando galinhas e outras aves...
...domesticas.

Registamos o fato apenas para...
...salientar os mordores de quel...
...las parajias, porquanto sabemos...
...que, se no centro da cidade não...
...há patrulhas, para manter a or...
...dem e a moral nas ruas, muito...
...bãos haverá que se incomode...
...com as ladrocinhos nos arrab...
...does.

—Distribuiram-se, na sesso...
...sultiva, 500 mapas do Estado...
...segundo o modelo que o dr...
...Justo Jansen elaborou.

—A exposição prolongar-se-á...
...até ao dia 1 de novembro pro...
...ximo. Conservar-se-á franceza...
...da no publico, Germania, ás...
...quinta-feira, das 9 da manhã...
...às 5 da tarde, e nos domingos...
...das 9 da manhã ás 9 da tarde.

—A comissão para, ap...
...suo deste Estado.

...Francisco Barboza de An...
...drado—1 caixa com cal, do seu...
...abrigo, no rio Anil.

D. Francisca J. Alves—1 ca...
...ixa de cambaia, herdada a...
...franco: 1 guardanapo de cro...
...dê, sobre tudo.

O plantão

O plantão noturno de hoje...
...está a cargo da farmacia de Oz...
...mo Carvalho & C., á rua de S...
...João.

Amefexas

O maior e mais completo sor...
...tamento, recbeu e vende sem...
...com remedia de preço, a me...
...diante. Praça João Lis...
...tao, n. 10. 2106-1

Na policia

Foram presos, hontem, João...
...Ferreira de Jesus, Maximiano...
...Alípio de Assunção, Antonio...
...Oliveira dos Santos e José Me...
...lles, por submissão e distu...
...rbo, e Raimundo Araújo, por...
...querer fazer, com uma faca, a...
...mulher Albertina Francisca de...
...Abreu.

A policia terminou e resou...
...lou a autoridade competente o...
...querio contra Raimundo de...
...dos Santos, por crime de fer...
...mentos em Arthur Martins Dec...
...lam.

—Houtem, ás 8 horas da noi...
...te no Cotim do Padre, Angelo...
...Ferreira da Silva feriu, cuza...
...a machada, com um tiro de rev...
...lva Alexandre de tal.

A sala ajuizou-se na omopla...
...de offendido, sendo, porém, d...
...alguma gravidade o seu es...
...tado.

O ofensor foi preso e o ofen...
...do recolhido á Sta. Casa.

—Foi recolhido á penitenci...
...ria do Estado, vindo de S. Vi...
...cente Ferrar, o sr. Procopio...
...Oiticica, ali condemnado a 25...
...anos e seis meses de prisão celular...
...e aqui vem cumprir a senten...
...ça.

Procopio é autor de um hor...
...rillante crime: matou a sua...
...fraz, arrancando, em seguida...
...Marçalha, com um tiro de...
...que comu, conforme entio no...
...ticianos.

—Idalia Roza Pereira deu...
...queixa ao delegado de poli...
...cia contra o delegado de Cabe...
...ceras, Alcantara, por lhe ter...
...mandado dar uma dúzia de bo...
...los.

...o funcionamento e a par...
...ções inteiramente diversas. E...
...engracado e que se serve, ao...
...consequer a sua coiza de...
...deas mesmas palavras do sr...
...Luiz Domingues.

São estas as palavras do...
...«Correio».

«Agora mesmo, o Maranhão...
...está a braços com uma crise...
...tremenda. Esse Estado fez um...
...emprestimo de 12.000.000/000...
...Por artes e coizas de sua des...
...credito recebeu 5.000.000/000...
...O resto ficou com os credores...
...para garantir o serviço de di...
...vidia até 1910. Mas em 1903 a...
...amortização ha de concluir-se...
...segundo clauzulas contratuas...
...e se fará uma situação anorma...
...lissima: o Maranhão pagará...
...21.000.000/000 pelos 9.000 que...
...recebeu. Ora, essa emprestimo...
...foi justificado por governo ma...
...ranhense, isto é, pelo sr. Luiz...
...Domingues como necessario á...
...contratação de estradas de fer...
...ro, melhoramentos do sr. Luiz...
...compreendidos os egotos e a...
...granda homem pretenda im...
...porar á gratidão dos seus pa...
...trios.

«Isa bem: no Maranhão os...
...servicos do estabelecimento de...
...esgotos estão a paralizar. A...
...in parte para os trabalhadores...
...em parte, porque não recbe...
...m pagamentos. Heclamam...
...esses pagamentos e como re...
...curso para obtelos apellam...
...as reclamaciones da imprensa...
...e essa confessa que os esgotos...
...não serão executados... por fal...
...ta de dinheiro. Os juras dos...
...plices do Estado, relativos no...
...semente passado, até hoje aju...
...zados não foram pagos, e o gover...
...no, para manter esse estado...
...de coizas, não paga a justica...
...estadual, não paga os servicos...
...de instrução, e os fisca...
...es não fazem a sua cobrança. Como...
...consequencia dessa estravaga...
...deza de ordem financeira, já ma...
...nha terra se observa a anar...
...quia burocratica.

«Mas isto é simplesmente o...
...principio da grande crise que...
...há de vir. Em pouco tempo, o...
...Estado chegará a tal grau...
...de instabilidade, que a Unia...
...ão ha de assumir perante os...
...credores do Estado a mesma atti...
...tude que manteve perante o...
...Espírito Santo. Isto é declin...
...o argumento para o qual se...
...pretende o sr. Sá Freres obte...
...r do congresso.

Continúa, como se vê, a pro...
...duzir os melhores effeitos a mo...
...nografia do sr. Domingues, sen...
...do para assimilar, com particu...
...laridade aqui, o valor do lei...
...grama do sr. Frederico Figuer...
...as «Correio da Manhã», des...
...mentando a noticia sobre a sus...
...pensão de pagamentos.

«Hoje, apenas, um equivo...
...do da parte do «Correio», a deu...
...quando se referiu o artigo des...
...se jornal, de que transcreve...
...mos o trecho acima, aos aser...
...tos da imprensa sobre os esg...
...tos.

«Não se disse que os esgotos...
...não seriam executados, mas sim...
...que, não rostando do em...
...prestimo senão o produto das...
...obrigações ainda em poder dos...
...bancueiros, não se poderia...
...procurar na construção des...
...esgotos.

«Dizia-se isso, excluindo por...
...inadmissivel a hipótese de que...
...vissemos a lançar mão para...
...esse fim do produto da recolla...
...ordinaria; o que trata, como...
...consequencia inevitavel, a sus...
...pensão dos pagamentos no te...
...rreno. Quanto ao produto das...
...obrigações ainda, não po...
...deriamos contar com ella

«PACOTILHAS»
INTERIOR

RIO, 4
Reunhi-se, no Clube Militar, a comissão que assignou uma circunscricção a respeito de futuras eleições para a comissão de responsabilidade da officialidade do quartel e das quinquilhões nos Estados.

EXTERIOR

PARIS, 2
Apareceu o quadro «Gloria» do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Comemora o bilhão dos bens pertencentes á baronesa Cascaes. O quadro «Gloria» do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Explosão em uma bomba de dinamite no caso do Louvre, no ano passado. Falam pormenores sobre o misterioso caso.

Viagem Verde-Sin...
O que ha de mais...
governo, receberam...
José & L. De...
Luz...

Os palcos
O concerto Andrad...
Sua esposa e de...
para o teatro, os...
de evitar document...
das, e ha cabal...
que, a honra, um...
gratia para que o...
fora para a...
deu por...
jura e de...
porem, a...
Agora que...
sua public...
sua public...
sua public...

Os palcos
O concerto Andrad...
Sua esposa e de...
para o teatro, os...
de evitar document...
das, e ha cabal...
que, a honra, um...
gratia para que o...
fora para a...
deu por...
jura e de...
porem, a...
Agora que...
sua public...
sua public...
sua public...

Os palcos
O concerto Andrad...
Sua esposa e de...
para o teatro, os...
de evitar document...
das, e ha cabal...
que, a honra, um...
gratia para que o...
fora para a...
deu por...
jura e de...
porem, a...
Agora que...
sua public...
sua public...
sua public...

Os palcos
O concerto Andrad...
Sua esposa e de...
para o teatro, os...
de evitar document...
das, e ha cabal...
que, a honra, um...
gratia para que o...
fora para a...
deu por...
jura e de...
porem, a...
Agora que...
sua public...
sua public...
sua public...

Os palcos
O concerto Andrad...
Sua esposa e de...
para o teatro, os...
de evitar document...
das, e ha cabal...
que, a honra, um...
gratia para que o...
fora para a...
deu por...
jura e de...
porem, a...
Agora que...
sua public...
sua public...
sua public...

Os palcos
O concerto Andrad...
Sua esposa e de...
para o teatro, os...
de evitar document...
das, e ha cabal...
que, a honra, um...
gratia para que o...
fora para a...
deu por...
jura e de...
porem, a...
Agora que...
sua public...
sua public...
sua public...

A MONOGRAFIA

das despesas orçamentárias.
E foria uma das causas da
nosssa ruina:
«A mingua de estada, que
em lugar de lica, propozição
nos, outra coisa não tem feito
senão esse politica, debarraza-
do a importância do emprés-
tito, que não teve ainda uma
aplicação reproductiva: se
fôrmos condições, para real-
izar, ella mesma, pela que-
rrendimento, e proporçionarmos
se elementos necessarios para
o serviço de juros e amortiza-
ção da dívida, somos forçados
a tratar com um deturpador
das fôlhas não podem parar as
ontes da requisa do Exerçito;
e, diante disto, se verifica que
somos vilinos, de uma lica,
quando dizemos que a repub-
lica reproductiva do...
O J. J. de...
Manaus, a...
sua public...
sua public...
sua public...

das despesas orçamentárias.
E foria uma das causas da
nosssa ruina:
«A mingua de estada, que
em lugar de lica, propozição
nos, outra coisa não tem feito
senão esse politica, debarraza-
do a importância do emprés-
tito, que não teve ainda uma
aplicação reproductiva: se
fôrmos condições, para real-
izar, ella mesma, pela que-
rrendimento, e proporçionarmos
se elementos necessarios para
o serviço de juros e amortiza-
ção da dívida, somos forçados
a tratar com um deturpador
das fôlhas não podem parar as
ontes da requisa do Exerçito;
e, diante disto, se verifica que
somos vilinos, de uma lica,
quando dizemos que a repub-
lica reproductiva do...
O J. J. de...
Manaus, a...
sua public...
sua public...
sua public...

das despesas orçamentárias.
E foria uma das causas da
nosssa ruina:
«A mingua de estada, que
em lugar de lica, propozição
nos, outra coisa não tem feito
senão esse politica, debarraza-
do a importância do emprés-
tito, que não teve ainda uma
aplicação reproductiva: se
fôrmos condições, para real-
izar, ella mesma, pela que-
rrendimento, e proporçionarmos
se elementos necessarios para
o serviço de juros e amortiza-
ção da dívida, somos forçados
a tratar com um deturpador
das fôlhas não podem parar as
ontes da requisa do Exerçito;
e, diante disto, se verifica que
somos vilinos, de uma lica,
quando dizemos que a repub-
lica reproductiva do...
O J. J. de...
Manaus, a...
sua public...
sua public...
sua public...

das despesas orçamentárias.
E foria uma das causas da
nosssa ruina:
«A mingua de estada, que
em lugar de lica, propozição
nos, outra coisa não tem feito
senão esse politica, debarraza-
do a importância do emprés-
tito, que não teve ainda uma
aplicação reproductiva: se
fôrmos condições, para real-
izar, ella mesma, pela que-
rrendimento, e proporçionarmos
se elementos necessarios para
o serviço de juros e amortiza-
ção da dívida, somos forçados
a tratar com um deturpador
das fôlhas não podem parar as
ontes da requisa do Exerçito;
e, diante disto, se verifica que
somos vilinos, de uma lica,
quando dizemos que a repub-
lica reproductiva do...
O J. J. de...
Manaus, a...
sua public...
sua public...
sua public...

das despesas orçamentárias.
E foria uma das causas da
nosssa ruina:
«A mingua de estada, que
em lugar de lica, propozição
nos, outra coisa não tem feito
senão esse politica, debarraza-
do a importância do emprés-
tito, que não teve ainda uma
aplicação reproductiva: se
fôrmos condições, para real-
izar, ella mesma, pela que-
rrendimento, e proporçionarmos
se elementos necessarios para
o serviço de juros e amortiza-
ção da dívida, somos forçados
a tratar com um deturpador
das fôlhas não podem parar as
ontes da requisa do Exerçito;
e, diante disto, se verifica que
somos vilinos, de uma lica,
quando dizemos que a repub-
lica reproductiva do...
O J. J. de...
Manaus, a...
sua public...
sua public...
sua public...

das despesas orçamentárias.
E foria uma das causas da
nosssa ruina:
«A mingua de estada, que
em lugar de lica, propozição
nos, outra coisa não tem feito
senão esse politica, debarraza-
do a importância do emprés-
tito, que não teve ainda uma
aplicação reproductiva: se
fôrmos condições, para real-
izar, ella mesma, pela que-
rrendimento, e proporçionarmos
se elementos necessarios para
o serviço de juros e amortiza-
ção da dívida, somos forçados
a tratar com um deturpador
das fôlhas não podem parar as
ontes da requisa do Exerçito;
e, diante disto, se verifica que
somos vilinos, de uma lica,
quando dizemos que a repub-
lica reproductiva do...
O J. J. de...
Manaus, a...
sua public...
sua public...
sua public...

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

doendo senão em casos de im-
portante necessidade, e, por ou-
tra parte, de evitar com atenção
sua apleção dos fôlhas que, se,
vencido esses dinheiros.

